UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA

PAULA GRACIELE RODRIGUES

Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo.

.

MARÍLIA - SP
2009

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
CAMPUS DE MARÍLIA

PAULA GRACIELE RODRIGUES

Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - UNESP "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Marília, para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais. Área de Concentração: Ciências Sociais.

Orientadora: Dra. Sueli Andruciolli Félix.

MARÍLIA - SP
2009

Ficha Catalográfica

Serviço de Biblioteca e Documentação – UNESP - Campus de Marília

Graciele, Paula Rodrigues

G731g Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo / Paula Graciele Rodrigues. - Marília, 2009.

127 f: 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2009.

Bibliografia: f. 122-127.

Orientadora: Dra. Sueli Andruccioli Felix.

1. População de rua. 2. Adolescência. 3. Mulher. 4. Estratégia de sobrevivência. 5. Política de atendimento. I. Autor. II. Título.

CDD: 301.441082

PAULA GRACIELE RODRIGUES

Gênero entre as ruas e a trama institucional: um estudo sobre a vivência de mulheres adolescentes em situação de vulnerabilidade social no centro de São Paulo.

Dissertação para obtenção do Título de Mestre em Ciências Sociais

BANCA EXAMINADORA

Sueli Andruccioli Félix
Orientadora Professora Doutora

Tânia Sueli Antonelli Marcelino Brabo
Professora Doutora

Marisa Fefferman
Professora Doutora

Suplentes:

Renata Maria Coimbra Libório
Professora Doutora

Marcos Del Roio
Professor Doutor

Marília, 23 de outubro de 2009

Ao meu pai, que esteve comigo desde o começo até o fim dessa jornada, e às adolescentes que participaram da pesquisa - com as quais aprendi muito.

Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam que é natural!
Diante dos acontecimentos de cada dia.
Numa época em que reina a confusão,
Em que corre o sangue,
Em que o arbitrário tem força de lei,
Em que a humanidade se desumaniza...
Não digam nunca: isso é natural!
A fim de que nada passe por imutável.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço @s companheir@s querid@s, que fizeram parte da minha trajetória, responsáveis por eu ter chegado até aqui, por eu ter me tornado a pessoa que sou: Ginha, Mariana, Tânia, Simone, Jussara, Dani, Michele, Zé Luiz, Alex, Ronan, Taiguara, Giba e Fábio Maia. Pelo amor, pelo apoio, pelos puxões de orelha e por serem meus "sopros de existência".

Em segundo lugar, apesar de fazerem parte do primeiro grupo de companheir@s amad@s, agradeço à Camila e ao Márcio, por serem tão atentos comigo; por serem firmes e doces ao mesmo tempo. O incentivo de vocês foi fundamental para o fim deste ciclo. Por toda a dedicação, empenho e cuidado, esse trabalho também é de vocês!

Ao meu amado companheiro Robson, que com todo carinho, amor, compreensão e incentivo, não me deixou esmorecer em nenhum momento, estando ao meu lado a cada delícia e a cada angústia. Agradeço por me ensinar o estrito sentido da palavra compartilhar.

Ao meu pai, que em sua frenética batalha diária, sempre esteve presente, me dando apoio e carinho. À minha mãe, ao meu irmão Wellington e à minha cunhada Eliana, pela paciência e pela compreensão das minhas ausências e falhas.

Ao meu querido Fábio, por ter feito parte desta trajetória. Agradeço por ter me acompanhado, com muito afeto, durante tantos anos, me dando o respaldo necessário para a concretização deste sonho.

Agradeço à minha orientadora Sueli Andruccioli Félix pela paciência. À professora Marisa Feffermann, pela interlocução e pela amizade e à professora Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo pela solicitude e atenção, desde os tempos da formação do Coletivo Mulheres Livres.

Por fim, às jovens mulheres que aceitaram fazer parte desta pesquisa. Foi pelos esforços delas, de aceitarem falar sobre assuntos tão complexos de expor, que a realização dessa pesquisa foi possível.

RESUMO

A presente pesquisa tem o objetivo de refletir sobre o problema das pessoas em situação de vulnerabilidade social, que têm a rua como seu espaço de sociabilidade e, muitas vezes, de moradia, está longe de ser uma novidade no Brasil. Podemos encontrar registros a respeito da existência deste fenômeno e de tentativas de solucioná-lo desde os tempos do Império. Mas o problema se prolifera após o processo de industrialização, no começo do século XX, em decorrência da pobreza causada pelo desastroso adensamento urbano, sobretudo na cidade de São Paulo. Desde então a temática é amplamente abordada e discutida por juristas e membros de diversos setores da sociedade, que buscam uma solução para a questão. Porém, a heterogeneidade destes sujeitos que vivem na rua é grande: passa pelas diferentes faixas etárias (crianças, adolescente, adultos e idosos) e também pelas diferenças de gênero. Cada grupo etário apresenta especificidades. Elas se expressam em escolhas distintas quanto aos locais nos quais passam a noite estratégias de sobrevivência formas de socialização e muitos outros condicionantes da permanência na rua. Desta forma, admitindo que a sociedade possui resquícios do patriarcalismo, buscamos empreender um estudo acerca da realidade de mulheres adolescentes que estão submersas no contexto da vulnerabilidade social e na situação de rua. Procuramos identificar as adversidades do cotidiano destas adolescentes e compreender os mecanismos da exclusão social e das múltiplas violências sofridas, sobretudo daquelas que se relacionam diretamente com o fato de serem mulheres. Buscamos traçar um perfil das adolescentes que fizeram parte da pesquisa, apreender suas concepções do que é *ser* mulher e as suas estratégias em relação aos estigmas e aos papéis sociais *femininos* designados a elas. Refletimos, ainda, acerca do papel das políticas públicas direcionadas a essas pessoas, pontuando que os albergues são uma parte de suas estratégias de sobrevivência.

Palavras-chave: População de Rua. Adolescência. Mulher. Estratégia de Sobrevivência. Política de Atendimento.

.

Abstract

This research seeks to analyze the problem of people who live in situations of social vulnerability. The condition of people who have the street as their space of sociability and, sometimes, of dwelling, is far from being an anomaly in Brazil. We can find records that indicate the existence of this phenomenon as well as attempts to solve it since the Empire times. However, the problem began to proliferate after the age of industrialization - which started in the beginning of 20th century - due to the poverty caused by the disastrous urban denseness, especially in the city of São Paulo. Since then this topic has been broadly broached and discussed by legislators, intellectuals, and people from different segments of society, who seek to find a solution for the problem. Nonetheless, the heterogeneity of these people who live on the streets is large, and represents a diverseness that consists of different age levels (including children, adolescents, adults and elderly people) and also gender differences. Each group has its own peculiarities. These are expressed in the different choices that they make regarding the places where they spend the night, strategies for surviving, ways of socialization, and other conditionals that guarantee their stay on the streets. Thus, by admitting that Brazilian society has residual remnants of patriarchy, we endeavor to study the reality of the adolescent women who are submerged in a context of social vulnerability, experiencing the street situation. We plan to identify the adversities of their daily lives and comprehend the mechanisms of their social exclusion as well as the multiple expressions of violence that they have to face, especially acts of violence that are directly related to fact that they are women. We seek to highlight the main characteristics of the adolescents who took part of our research to apprehend their conceptions of what being a woman means as well as their strategies to deal with the stigmas and with the feminine social roles reserved for them. We also examine the role of the public policies addressed to these adolescents, pointing out that the shelters provided for them become part of their strategies for surviving.

Keywords: Street Population. Adolescence. Woman. Strategies for Surviving. Public Polices.

.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 10

CAPÍTULO 1

Reflexões sobre a formação da miséria na cidade

1.1 A pobreza urbana em São Paulo 24

1.2 A rua e a população em situação de rua..... 31

CAPÍTULO 2

As políticas de atendimento à criança e ao adolescente pobre na cidade de

de São Paulo

2.1 Breve histórico..... 39

2.2 A casa das adolescentes: a instituição..... 50

2.3 As adolescentes da casa: o perfil das participantes da pesquisa..... 56

CAPÍTULO 3

O circuito comum e as trajetórias distintas

3.1 O *ser* mulher e a rua 74

3.2 A vivência na rua 93

3.3 Famílias desestuturadas? 102

3.4 Os sonhos e o desfecho 111

CONSIDERAÇÕES FINAIS 119

REFERÊNCIAS 122

INTRODUÇÃO

O centro antigo de São Paulo, com suas belas e sólidas construções permeadas pela história da formação da cidade, onde outrora fora o estabelecimento do núcleo financeiro e habitação pela aristocracia paulistana, é um pomposo ponto turístico para ser visitado. Ali é possível encontrar visitantes advindos dos mais diversos lugares do mundo, que são facilmente encontrados em decorrência da multiplicidade de línguas e sotaques identificados nas falas proferidas pelos transeuntes que caminham pelas movimentadas ruas que compreendem a região.

Esse faustoso e lucrativo cenário possui uma grande contraditoriedade passível de ser reconhecida até pelo mais desatento indivíduo que esteja por estas imediações: a existência de uma população que faz da rua seu espaço de vivência. Dentre esses sujeitos estão homens e mulheres de idades diversas - desde crianças, até idosos. Cada uma dessas pessoas têm as ruas como o *locus* para o estabelecimento de suas transitórias ou permanentes moradas, construindo ali suas relações sociais e apresentando múltiplas razões por estarem imersos nesta condição que está muito aquém de ser a mínima razoável para o desenvolvimento das potencialidades humanas[1].

O que não se pode negar é que a esmagadora maioria possui uma trajetória marcada pela pobreza e pela violência de uma sociedade que os expõe a aviltantes estereótipos: por vezes são encarados enquanto “coitadinhos” e “dignos de pena”; em alguns momentos enquadram-se na condição de “vagabundos”, que não saem desta situação “por que não querem”; em outras situações são designados “perigosos”, capazes de qualquer coisa para conseguirem uma pedra de *crack*; ou ainda como “sujos” e desencadeadores do asco, seja pelas condições repugnantes em que vivem, seja pela aparência abjeta de suas vestes.

Esses estereótipos foram elencados por Mattos e Ferreira (2004), descritos em um artigo que discute a representação social sobre a população de rua, considerando que tais designações acabam se transformando em elementos

[1] Tiene (2004), em seu trabalho dedicado a refletir sobre a vivência de mulheres moradoras de rua, faz um capítulo que se designa a esclarecer que a rua não é adequada para servir como moradia para qualquer indivíduo. O que ocorre é uma subtração do direito a uma moradia digna no espaço urbano, pela falta de dinheiro para a manutenção de um lugar pra morar frente à pungente especulação imobiliária nas cidades ou pela ausência de políticas habitacionais eficientes.

negativos na construção de uma representação que cada um dos indivíduos que estão na condição de morador de rua tem sobre si mesmo.

As exemplificações citadas são designações atribuídas aos “moradores de rua” e são muito presentes no imaginário das pessoas que se deparam com essa realidade, que salta aos olhos dos passantes mais descomprometidos com uma análise social das desigualdades na cidade de São Paulo. É neste quadro, com estereótipos imputados por parte dos transeuntes que passam por aquele cenário diariamente e pelas adversidades com as quais se deparam diariamente, que os “moradores de rua” forjam estratégias para sobreviver, constroem uma sociabilidade entre seus pares e assumem suas identidades.

De um lado há uma parcela da população de rua que passou a viver essa condição quando já eram considerados adultos ou idosos. De maneira geral, as pessoas que compreendem este contingente estão imersas em um estado de miserabilidade por conta do desemprego e do abandono pela família consangüínea, pelos amigos e pela sociedade. Assim, sem qualquer outro referencial para se respaldar, acabam indo “parar nas ruas”. Por outro lado, há um grande número de jovens que estão nas ruas construindo suas identidades, seus laços de sociabilidade e sua experiência de vida. São sujeitos que estão em desenvolvimento, construindo ou consolidando sua identidade.

A identidade é, pois, a construção da consciência da singularidade individual do sujeito e que tem reflexos na sociabilidade do indivíduo frente ao seu grupo, muito embora o inverso também seja verdadeiro. Sendo assim, a identidade é admitida como elemento essencial da realidade subjetiva e, como toda realidade subjetiva, encontra-se em relação dialética com a realidade concreta do indivíduo. À medida que se vê prejudicada essa relação, torna-se limitada a possibilidade de o indivíduo conservar a concepção de si mesmo. (CAMPOS, 1984, p.29)

Admitindo isso, surgiram algumas inquietações: como o jovem, que está “morando” nas ruas, se percebe frente a esta situação? Quais são os meandros da sua história que o relega ao espaço da rua? Como se dá a construção de sua identidade e da sociabilidade entre seus pares? Os estereótipos imputados a eles são, de fato, entraves para a construção de uma identidade que se ontraponha a esses valores negativos? Essas são questões que pululavam e passaram a corporificar a pesquisa que será aqui apresentada. Debruçando, pois, sobre a

temática do jovem vivendo na rua, cabia refletir um pouco acerca da categoria juventude, a fim investigar as suas especificidades.

Segundo Pais (2003), a idéia de juventude começou a entrar na pauta das discussões sociais, a partir do momento em que se percebeu um prolongamento da passagem da infância para a vida adulta. Para o autor, a juventude deve ser pensada através de dois eixos semânticos: *juventude da unidade* - considerada como uma progressão gradual da vida através das faixas etárias; e *juventude da diversidade* - admitida como um conjunto heterogêneo, pertencente a classes sociais diferentes e portadores de ideologias, culturas e percepções de mundo distintas. As duas não estão dissociadas, embora a primeira seja muito utilizada para determinar o que seja juventude e acaba acarretando análises simplistas sobre o jovem.

Portanto, consideramos necessário ultrapassar a definição da categoria juventude por características biológicas e temporais e frisar suas relações com os fatores sociais e culturais da sociedade, das classes e dos grupos aos quais o sujeito está inserido. Se, de acordo com Welti (2002), em cada sociedade o "ser jovem" também se distingue devido aos conceitos produzidos pelos diferentes segmentos sociais, é possível afirmar que outros aspectos também contribuem para complexizar o que se trata por *juventude*.

É por essa razão que consideramos relevante ressaltar que o papel social que o jovem assume na sociedade também está relacionado com o gênero. Diante disso, questionamos: existem diferenças nas relações sociais estabelecidas entre os jovens e as jovens que moram nas ruas em decorrência da atribuição destes papéis sociais?

Compreendendo a sociedade em que vivemos como não igualitária nas abordagens no que se refere à questão de gênero, apesar das conquistas obtidas pelas lutas feministas ao longo da segunda metade do século XX, há uma necessidade de acolher a idéia de que o cotidiano das jovens mulheres que moram nas ruas pode ser marcado pela opressão e pela dominação. Além disso, se consideramos que a relação de poder entre homens e mulheres condiz às bases patriarcais de nossa sociedade, é possível afirmar que os rótulos, os abusos e as problemáticas alcançam uma tônica maior, procurando nas bases da condição de despojamento de qualquer direito a legitimação para possíveis violências sofridas?

Preliminarmente, observando o espaço das ruas do centro velho de São Paulo, percebe-se que há uma maioria de homens moradores de rua em relação ao número de mulheres. Essa é uma assertiva difícil de ser comprovada por meio de estatísticas, visto que não há consenso acerca dos números que formam esta população por conta de se tratar de um contingente flutuante, que não tem lugar fixo (GREGORI, 2000). No entanto, de acordo com a pesquisa encomendada no ano de 2003 pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SAS) da Prefeitura de São Paulo à Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), realizada de janeiro à outubro daquele mesmo ano, que visava estimar o número de pessoas moradoras de rua e/ou albergadas, verificamos que há um percentual de 84,3% de pessoas do sexo masculino, 13,7% de pessoas do sexo feminino e 2,0% de pessoas sem identificação.

Podemos, por meio de tais cifras, observar que há uma grande maioria de homens vivendo nas ruas. Esses dados permitem que nos questionemos: esse pode ser um indicativo de que o espaço das ruas é mais hostil para as mulheres? E, sendo assim, quais seriam os motivos que levam uma menina a viver no espaço da rua?

Durante o curso de Graduação em Ciências Sociais, na Universidade Estadual Paulista/ Campus de Marília, realizamos estudos a respeito das multirreincidências na Fundação do Bem Estar do Menor (FEBEM) e da falência destas Instituições de atendimento ao adolescente, com a finalidade de elaborar um Trabalho de Conclusão de Curso. Nesse período, conhecemos a biografia de Esmeralda do Carmo Ortiz, publicada sob coordenação do jornalista Gilberto Dimenstein. Sua história influenciou muito todas as questões que suscitaram a realização desta pesquisa. Trata-se de uma jovem, negra, pobre, nascida nos anos de 1980. Morava em um barraco, em um terreno cedido pela Prefeitura situado na Zona Norte de São Paulo, junto com sua mãe, uma irmã e um irmão mais velhos - era a filha caçula de sete irmãos, sendo que só sobreviveram os três. Por vezes, havia algum companheiro de sua mãe morando junto, ou mesmo parentes consangüíneos que precisavam de abrigo temporário. Desde os cinco anos de idade costumava passar boa parte de seu dia na rua, voltando apenas de madrugada para sua casa, de modo a fugir do cotidiano de severa escassez e da violência doméstica que sofria. Sua mãe, que era alcoolista, costumava beber muito e bater nela e em

seus irmãos com muita freqüência. Aos dez anos de idade, passou a viver na rua definitivamente, fora internada na FEBEM mais de cinqüenta vezes e passou por cerca de uma dezena de projetos sociais empreendidos por Organizações Não Governamentais (ONG's).

É importante ressaltar que, embora sua história seja permeada por semelhante adversidade e pela imputação dos mesmos estigmas de muitos adolescentes em situação de rua, a história de Esmeralda pôde ser transformada em decorrência do atendimento individualizado e sistemático despendido a ela, com o suposto propósito de legitimar a eficácia das ONG's na elaboração e implementação de projetos desta natureza. Porém, caberia questionar: haveria verbas ou recursos humanos com qualificação adequada para proporcionar esse tipo de atendimento ao número total de crianças e adolescentes imersos na mesma condição? Nesse sentido, há limites na utilização do exemplo de Esmeralda para este trabalho, seja pela distinção em seu atendimento, seja pela sua narrativa intermediada por todos aqueles que estiveram junto a ela no seu processo de "recuperação". No entanto, é necessário atentar que os relatos de suas experiências desencadearam alguns dos questionamentos que nos moveram a empreender esse trabalho.

Em sua biografia, Ortiz (2001) apresenta uma série de fatores que desencadearam sua definitiva saída de casa, levando-a a morar nas ruas. Entre a pobreza e a violência sofrida por ela, há um fator que também se destaca: os abusos sexuais sofridos por tios e padrastos. Ortiz narra a experiência com muita dor, apontando como recorrente a incidência deste tipo de violência que vivera, fosse com ela, fosse com outras meninas que estavam morando nas ruas. Esta passou a ser uma das questões que nos emergiam: Seria esse um fator que levava as meninas a irem ao espaço da rua? Seria mesmo freqüente esta situação entre as jovens? Se abusos como este eram recorrentes no espaço da casa das jovens, como era no espaço da rua violências de natureza análogas? Elas se sentiam mais vulneráveis?

Além disso, outro aspecto que se revela de acordo com o relato da jovem Ortiz: o medo era um fator que a obrigava "a se comportar como homem" para não sofrer maus tratos e, sobretudo, abusos sexuais. Fingir ser um homem é, muitas vezes, um elemento de defesa para as jovens que vivem nas ruas, como aponta no relato:

> [...] Um dia comecei a andar como um homem na rua. Eu me vestia como homem por que era um meio para eu me proteger. Eu não falava que era mulher. Então, todo mundo achava que eu era homem (ORTIZ, 2001, p.100).

Seria possível asseverar a tese da acentuada hostilidade das ruas para as jovens que nelas vivem uma tônica ainda maior ao ponto de impulsioná-las a transmutarem sua identidade sexual como uma de suas estratégias de sobrevivência? Nossa desconfiança caminhou para a idéia de que a exposição ao espaço da rua, a elaboração de uma sociabilidade e uma vivência com os diversos sujeitos que constituem esse espaço, causa medo e as faz inventar meios para se protegerem e sobreviverem. Além disso, as jovens que estão nas ruas, por não se enquadrarem nos padrões e nas normas sociais impostas às mulheres, sofrem abusos e maus tratos que são mais facilmente "legitimados". Nessas condições as relações de sociabilidade ficam restritas, impulsionando a jovem a um estado de vulnerabilidade no que tange a sua sociabilidade, prejudicando a construção de sua identidade.

Pelo que se percebe, as estratégias de sobrevivência dessas jovens possui um viés que abrange a questão de gênero de forma incisiva. Porém, fica a questão: O que é ser uma mulher para essas jovens? Para essa indagação partimos de Beauvoir (1961, p.79) que, conforme sua perspectiva fundada no materialismo histórico, sugere:

> [...] A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica. A sociedade humana é uma *anti-phisis*: ela não sofre passivamente a presença da natureza, ela a retoma em mãos. Essa retomada de posse não é uma operação anterior e subjetiva; efetua-se objetivamente na práxis. Assim, a mulher não poderia ser considerada apenas um organismo sexuado: entre os dados biológicos só têm importância os que assumem, na ação, um valor concreto; a consciência que a mulher adquire de si mesma não é definida unicamente pela sexualidade. [...].

Ou seja, o que faz com que um ser humano seja algo é a sua ação, permeada pela reflexão e pelas condições históricas que lhe são impressas. Não é o fato de nascer com um útero, dois ovários e uma porção de hormônios, que faz alguém *ser* mulher. Essa é uma construção perpassada pelas questões biológicas e sexuais, mas que se define social e historicamente. Mas qual seria a concepção das jovens

moradoras de rua em relação a essa construção? O que seria para elas *ser* mulher? Como concebem a idéia de viverem a infausta experiência de morar nas ruas? Elas conseguem perceber, além da opressão da sociedade frente às suas histórias de vida, a opressão exercida pelos homens sobre elas? Quais são as estratégias de sobrevivência e de resistência frente ao cotidiano que vivenciam? Essas são as questões que embasaram essa pesquisa, articuladas a algumas temáticas tangenciais para compreensão do cotidiano dessas jovens e suas percepções sobre sua própria sexualidade e sua identidade social.

Para desenvolver essa pesquisa foram traçados os procedimentos metodológicos que, além de uma etapa voltada para a parte teórica, se pautavam pela realização de trabalho de campo no qual buscaríamos colher o máximo de material possível junto às jovens que vivenciaram e vivenciam experiências nas ruas. Assim, a estratégia seria coletar o material no espaço das ruas, uma vez que não se tratava de um projeto para resgatar a memória vivida, mas garantir que os sujeitos imersos na condição de rua tivessem voz.

Para tanto, fizemos uma pesquisa prévia a respeito do atendimento oferecido à população de rua formada por crianças e adolescentes e contatamos alguns dos projetos sociais que desenvolvem trabalhos pedagógicos no próprio espaço da rua e/ou de acolhimento em casas estruturadas para esse atendimento. Em um primeiro momento, estabelecemos contato com o projeto Travessia e com a Central de Atendimento Permanente Emergencial (CAPE)[2], sendo que o primeiro negou-se a prestar o auxílio que solicitávamos alegando que isso atrapalharia o andamento de seus projetos. Já o segundo permitiu-nos agendar uma reunião junto ao coordenador da ONG que estava à frente do projeto. Ao expor nossos objetivos e explicitar que o que necessitávamos era acompanhar os agentes nos atendimentos prestados na rua e que eles nos prestassem auxílio para travar os contatos com as adolescentes. Ao término da exposição do projeto de pesquisa, obtivemos a autorização para

[2] Há um programa social chamado *"São Paulo Protege: Dê mais que esmolas, dê futuro!"* encampado pela Prefeitura da cidade de São Paulo, a partir do ano de 2007. Ele tem a função de destinar verbas para ONG's que realizam trabalhos tanto com adultos, quanto com crianças e adolescentes em situação de rua. Para a realização desta pesquisa houve uma aproximação com o programa que, hoje, é o mais atuante e conhecido entre os sujeitos imersos em situação de rua no centro de São Paulo. O CAPE é um dos núcleos deste programa, com a função de fornecer transporte para o traslado dos adolescentes em situação de rua, para os abrigos com vagas disponíveis; há sempre pares de agentes de proteção social que acompanham os adolescentes até o local onde irão permanecer.

acompanhar o trabalho dos agentes, sendo que nos foi explicado em que consistia a tarefa daquela central.

O trabalho do CAPE é bastante abrangente, sendo que há equipes que atendem a população adulta e idosa e outras responsáveis pelas crianças e pelos adolescentes. Nos cinco dias úteis de semana, nos turnos da manhã (8:00 às 14:00 horas), da tarde (14:00 às 20:00 horas) ou noite (20:00 às 2:00 horas), duas equipes - formadas por duplas de "Agentes de Proteção Social" uniformizadas - saiam da sede[3] em Kombis que tinham um motorista à disposição para encaminhar as pessoas que pernoitavam na rua e que se "dispusessem" a ir para abrigos. As equipes, que se dirigiam todas para a região central, eram distribuídas por "regiões": Sé, República, Santa Cecília, Vale do Anhangabaú, Liberdade, Glicério, Largo do Paissandu, Luz, Bom Retiro, Bela Vista, Consolação, Pari e Brás. Seu trabalho era contar a população, verificar os "novos moradores" e anotar suas informações (nome, idade, de onde vinha e por quê estavam em situação de rua), distribuir fichas de alimentação e/ou pernoite oferecida pelos albergues - no caso dos adultos - e encaminhar crianças e adolescentes aos abrigos a eles destinados, de modo a retirá-los da rua. Porém, só poderiam retirá-los do espaço da rua por meio da persuasão; nunca pelo exercício da força.

O CAPE possibilitou uma relativa aproximação com as adolescentes que pretendíamos abordar, pelo fato de seus agentes possuírem vínculos com elas. Passamos a acompanhar o trabalho das equipes que se encarregavam dos adolescentes nas ruas do centro velho de São Paulo - sobretudo nas proximidades da Praça da República, Praça Ramos de Azevedo, Vale do Anhangabaú e Sé - buscando jovens mulheres que se dispusessem a conceder relatos e entrevistas. No período de 15 de janeiro até 30 de março, saíamos junto às equipes da CAPE, conforme as disposições e a anuência das equipes.

Já na primeira semana do trabalho de campo, passamos por dificuldades no que diz respeito aos agentes. Muitos não conseguiam entender as razões do trabalho que empreendíamos e não se empenhavam na prestação do auxílio que solicitávamos. Certa vez, uma agente nos confidenciou que a maior parte de seus colegas acreditava que os reais propósitos de nossa ida ao campo era fiscalizá-los

[3] A Sede do CAPE, localizada na Avenida Tiradentes s/nº, era onde ficavam os coordenadores e gestores do projeto. Era, ainda, o ponto de encontro dos Agentes para a saída do trabalho desempenhado na rua, a volta dessa jornada e a elaboração de relatórios de atendimento.

e que, em verdade, estávamos avaliando o trabalho que prestavam, para enviar relatórios à Prefeitura de São Paulo. Desse modo, pouco pôde ser feito nesse aspecto, pelo fato de muitos não estarem dispostos a conversar.

Pelo intermédio desses agentes, ainda que reticentes com nossa presença, conseguimos estabelecer um contato mais próximo com os adolescentes moradores de rua. No entanto, naquele espaço não conseguimos uma jovem sequer que concordasse em participar da pesquisa e mal conseguíamos que se travavam diálogos, na companhia dos agentes ou com seus pares. Não seria exagerado dizer que, na maior parte dos casos, nossa presença era ignorada por parte delas. O mesmo não ocorria com os rapazes, mais desenvoltos e falantes nas conversas travadas neste período de tempo em que a pesquisa estava em andamento no espaço das ruas. Em relação às jovens, pouco falavam e quando se reportavam, se dirigiam apenas aos agentes.

O distinto comportamento adolescentes mulheres em relação aos homens nos chamou a atenção. Era muito clara a diferença entre as posturas apresentadas pelas jovens e pelos jovens. Os adolescentes, quando abordados, conversavam, explicavam sobre sua situação, faziam piada, riam. Já as adolescentes, se limitavam a fazer pedidos - comida ou vaga em abrigo (note-se: aos agentes) - e pouco falavam sobre si mesmas. A expressão corporal, quando a equipe se aproximava, também era outra. Eles eram muito expansivos, se dispunham a dialogar; elas olhavam para o lado e ignoravam a nossa presença, ainda que fossem incisivamente abordadas. Por vezes, saíam do local quando percebiam a nossa aproximação, fingiam estar dormindo, não chegavam perto ou se esquivavam quando ocorria uma aproximação. Importante ressaltar, ainda, que é muito comum encontrar meninos dormindo sozinhos; mas meninas não.

Após uma semana acompanhando o trabalho das equipes do CAPE, abordamos um grupo de cinco adolescentes. Eles estavam dormindo embaixo da plataforma do terminal Praça da Bandeira, à beira da Avenida Nove de Julho. Dentre os que dormiam, havia uma garota de quinze anos. Ela era namorada de um dos garotos que nos pediu para auxiliá-lo a encontrar uma vaga num abrigo. A jovem dirigiu-se à agente, e somente a ela, para dizer que não iria a lugar nenhum. Quando a agente tentou argumentar sobre a importância de sair das ruas, a jovem afastou-se

do grupo e em momento algum olhou para os membros do CAPE. Essa foi a primeira vez que conseguimos chegar perto de um grupo no qual havia uma jovem.

Em conversa com uma das agentes, que trabalhava com esse público há quatro anos e há oito meses estava no CAPE, pudemos perceber que tal atitude era freqüente. Ela nos afirmou que a maioria das jovens que se encontra nessa condição é menos acessível do que os jovens, que demoram a estabelecer uma relação mínima de confiabilidade, mesmo com os agentes e educadores que realizam algum tipo de trabalho junto à população de rua. A jovem era conhecida dos agentes, bem como o restante do grupo. Todos que ali estavam já haviam passado por mais de uma unidade de acolhimento e atendidos por mais de um projeto; a jovem negou-se a responder sobre essa pergunta, mas a agente nos afirmou que ela já havia estado em pelo menos duas instituições.

De maneira geral, nossa tentativa de estabelecer contato e realizar a pesquisa nas ruas não obteve o êxito que esperávamos inicialmente. As abordagens sempre foram pontuadas por evasivas semelhantes à descrita acima. Esse fato poderia ser explicado pela nossa presença, pois a maioria dos adolescentes tinha dificuldade em nos aceitar por perto, pelo fato da não utilização do uniforme do CAPE. Sempre que começávamos uma abordagem, eles questionavam: *De onde você é? Você é do CAPE? Você é da Polícia?* Ao explicarmos sobre a pesquisa, a maior parte dos rapazes se dispunha a colaborar, enquanto as jovens mal questionavam ou se dispunham a escutar nossas explicações. Esses seriam indícios de perene desconfiança à respeito daqueles que delas se aproximam? Quais seriam os motivos desse receio, os quais os rapazes parecem ter em menor grau? As hipóteses erigidas acerca dessas questões parecem demonstrar que a cautela que as jovens tomavam é fruto de um senso de proteção; uma estratégia de sobrevivência.

Outra questão apresentada enquanto um entrave para o estabelecimento dessa pesquisa no espaço da rua foi o caráter itinerante dos sujeitos pesquisados. Isso dificultou em demasia a execução da pesquisa para alcançar os objetivos propostos. Pois, se em um dia encontrávamos alguma jovem que se voluntariava a nos conceder seus relatos, no outro era muito possível que não a encontrássemos e sequer voltássemos a ter informações a seu respeito.

Dada essas dificuldades, partimos para uma alternativa que não prejudicasse o cerne de nossa proposta, pautada em dar voz aos sujeitos: realizar esse estudo

em espaços de acolhimento, onde os jovens permanecem quando são “retiradas” do espaço da rua. Esses locais são constituídos por uma casa, com um corpo técnico (formado por assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, educadores) para atendê-los. Apesar de não estarem no espaço da rua, os jovens ficam nesses locais em condição provisória e incerta. Desta maneira, esta é apenas mais uma etapa que faz parte da sua condição de morador de rua.

Muitas instituições foram visitadas e cogitadas enquanto espaço para a realização desta pesquisa, sendo que entre elas estivemos em uma “casa” destinada ao atendimento de adolescentes grávidas e jovens mães. O contato e o acesso a esses locais foram possibilitados por meio de uma apresentação prévia de coordenadores do CAPE.

Dentre as cinco instituições que atendiam aos requisitos para a realização desta pesquisa[4]. Todas solicitaram um tempo para deliberarem se aceitavam ou não nossa presença, sendo que quatro respostas foram negativas. Portanto, a pesquisa foi realizada em uma instituição nas imediações do chamado Centro Velho da Cidade de São Paulo[5]. Apesar de também ser um número muito flutuante, em decorrência das fugas e transferências, na casa foram seis meninas que aceitaram participar. Algumas outras passaram pela “casa”, mas por período muito curto. Sendo assim, apesar de terem subsidiado a pesquisa com relatos de sua vivência, não fizeram parte de toda a pesquisa. Durante cinco meses estivemos em contato periódico com as jovens dessa “casa”.

Nesse período, ao menos quatro vezes por semana, as meninas recebiam nossa visita. Havia algumas atividades programadas, onde fazíamos passeios em locais públicos como cinemas, parques e museus. Acompanhá-las em passeios era a contrapartida para conseguir autorização da instituição para a realização da pesquisa. No entanto, esses momentos foram dos mais ricos para o trabalho, onde pudemos conseguir estabelecer laços de confiança com as jovens. Algumas vezes

[4]Eram localizadas na região central da cidade de São Paulo (duas nos Campos Elíseos; na Consolação; Bela Vista; e Liberdade) e prestavam atendimento às mulheres adolescentes em situação de rua.

[5] Houve uma opção de não revelar o nome da instituição, bem como o nome de todos os envolvidos nesta pesquisa. Às adolescentes que participaram da pesquisa, apresentamos a possibilidade de elas escolherem um nome, de modo que não precisássemos atribuir um número a elas - fato que tornaria muito mais distante a nossa relação com elas, ainda que fosse somente para efeitos práticos. Esse procedimento deveu-se a uma questão ética, para não expor os participantes da pesquisa. No entanto, é importante ressaltar que nenhum dos dados que serão utilizados nesta pesquisa foram coletados de modo não consentido.

tivemos a oportunidade de acompanhá-las em consultas médicas e psicológicas. As atividades educativas e culturais oferecidas pela Casa também podiam ser acompanhadas.

Desta forma, o contato com as jovens foi bastante intenso. Além das visitas e da observação, também fazíamos passeios individuais. Em um desses passeios, já no final da pesquisa, as adolescentes concederam uma entrevista semi-estruturada, com questões que direcionavam uma maior abordagem a assuntos relacionados aos nossos objetivos.

Seria importante pontuar que em um trabalho de campo com jovens mulheres em situação de rua, tocando em temáticas delicadas propostas pela nossa pesquisa, faz-se necessário prestar atenção em cada detalhe, cada gesto, cada expressão, cada silêncio; afinal, ainda que muitas questões não fossem explicitadas oralmente, eram passíveis de serem interpretadas por meio de outras formas de expressão. Muitas vezes as jovens fizeram falas evasivas e com omissões de fatos; em alguns momentos, falavam de modo a causar confusão e não mencionar pontos relevantes sobre suas vivências. Podemos presumir que, na maioria dos casos, isso ocorreu por vergonha, medo e senso de auto-preservação. Além das informações coletadas em conversas e diálogos junto a elas, ainda tivemos acesso aos prontuários das seis adolescentes. Nesses prontuários, todas as informações das adolescentes estavam contidas, incluindo relatórios de visita à família, das escolas que eram matriculadas, informações da Vara da Infância e da Juventude correspondente aos seus processos, pareceres do Conselho Tutelar, entre outros documentos que também subsidiaram a pesquisa e permitiram traçar o perfil e a trajetória das adolescentes.

Para apresentar os dados coletados pela pesquisa, optamos por discorrer a respeito de temáticas que a permeiam. Assim, na primeira parte do trabalho faremos uma breve reflexão acerca dos processos de urbanização e de industrialização que ocorreram simultaneamente, desencadeando a espoliação da população do campo, impulsionando o vultoso e desastroso crescimento urbano e acentuando a pobreza existente na cidade. A seguir, refletiremos acerca da formação da população de rua que, longe de ser um fenômeno recente, aumenta em tamanho e em complexidade.

Na segunda parte, recuperaremos a história das políticas de atendimento ao adolescente em situação de rua, tentando demonstrar quais eram os interesses de cada contexto aliado à política publica estabelecida. Em seguida, faremos uma

descrição do espaço institucional no qual realizamos a pesquisa de campo e traçaremos um perfil das adolescentes que participaram da pesquisa.

Na terceira parte, tentaremos analisar a peculiaridade de *ser* mulher na situação de rua e depreender das entrevistas e da nossa vivência junto das adolescentes em seu cotidiano - e junto aos diversos atores que fazem parte deste - as concepções do que é *ser* mulher e como elas lidam com esse fato na realidade na qual estão submersas. Discutiremos a questão do *ser* mulher na rua buscando demonstrar as estratégias de sobrevivência e as relações estabelecidas com alguns dos agentes: seus pares e com a polícia. Abordaremos a questão da família, muito lembrada para “explicar” a existência dos sujeitos no espaço da rua. Por fim, faremos uma exposição acerca das perspectivas das adolescentes para o futuro e demonstraremos que, embora tenham histórias diferentes, seus destinos são bem estreitados em decorrência da trama institucional que, mais do que ineficiente, acaba sendo um meio para um fim: a permanência desses sujeitos na situação de rua.

CAPÍTULO 1

Reflexões sobre a formação da miséria na cidade

1.1 A pobreza urbana em São Paulo

O fenômeno da formação e desenvolvimento das cidades brasileiras, junto a todas as problemáticas e contradições que são advindas dele, é, relativamente, recente. Pode-se afirmar que esse intermitente processo ocorreu no fim do século XVIII, sendo necessário "[...] mais um século para que a urbanização atingisse sua maturidade, no século XIX, e ainda mais um século para adquirir as características com as quais a conhecemos hoje" (Santos, 1993, p. 18). São elucidativos os dados numéricos apresentados por Santos (1993) acerca da súbita expansão da população urbana no contexto brasileiro. Em 1890 eram três as cidades com mais de cem mil habitantes: Rio de Janeiro (522.6510), Salvador (174.412) e Recife (111.556). Três outras cidades passavam da casa dos 50.000: São Paulo (64.934); Porto Alegre (52.421) e Belém (50.064). Em 1900, havia quatro cidades com mais de cem mil vizinhos e uma beirava essa cifra, dentre as quais estavam: Rio de Janeiro (691.565), São Paulo (239.820), Salvador (205.813), Recife (113.106) e Belém (96.560).

Por meio das cifras apresentadas, verificamos que há um crescimento populacional maciço na cidade de São Paulo em período considerado curto. Em cerca de dez anos, a população era quase quatro vezes maior, com índices de crescimentos de cerca de 14% ao ano, segundo dados do IBGE (Caldeira, 2001, p. 213). Os altos índices de crescimento populacional têm seus fundamentos pautados em diversos fatores, que estavam em consonância com o momento histórico no qual a abolição da escravatura, com a conseqüente criação de uma mão-de-obra livre, somada às massas de imigrantes oriundos de todas as partes do globo provocou um adensamento urbano conforme descreveu Santos (1999, p.228):

> A passagem do século, período ímpar na história da cidade, representou um grande e abrupto salto notabilizado pela rápida transformação da pequena vila em cidade cosmopolita e industrial. Com o fim da escravidão e a entrada de enormes contingentes de imigrantes advindos de diversas partes do mundo, São Paulo tornou-se palco de uma conformação social sem precedentes.

Tais acontecimentos históricos são fatores importantes para compreendermos o crescimento populacional abrupto e repentino logo na virada do século XIX para o século XX; pois tanto a abolição quanto a imigração foram os primeiros passos para a transformação do espaço na cidade de São Paulo.

Além disso, a população teve um novo salto contingencial em meados do século XX, com uma maciça inversão da população rural para o espaço urbano. O Brasil, que era um país rural e agrário, visava desencadear a industrialização. Podemos dizer, portanto, que os processos de industrialização e de urbanização são concomitantes. Esse último foi o produto da necessária criação de oferta de força de trabalho nas cidades para impulsionar a industrialização, ainda incipiente naquele momento, mas indispensável para que o Brasil se constituísse como uma nação "progressista".

Porém, seria importante ressaltar que a vinda dos camponeses para a cidade não se deu de forma "harmônica" e "voluntária". Ao contrário disso, o que houve foi a expropriação e o empobrecimento do homem do campo, de modo que ele não tinha como permanecer na terra. Singer (1988, p.65), ao falar da formação da classe operária, demonstra o papel do camponês nesse contexto que se aplicaria igualmente em solo brasileiro:

> [...] a formação da classe operária se acelera, revolucionando a estrutura social do país, sobretudo, pela proletarização em massa do homem do campo. Esta revolução social se produz de um lado pela acumulação de capital que expande a procura por trabalhadores assalariados e, de outro, pela expulsão de parcelas crescentes dos trabalhadores do campo. Esta expulsão resulta tanto da expropriação direta de posseiros [...] como do persistente empobrecimento absoluto e relativo de grande parte do campesinato autônomo e semi-autônomo [...].

Expropriados da terra e dos seus meios tradicionais de subsistência, o camponês estabelece uma nova relação de trabalho, onde apenas a sua força de trabalho era desejada. Assim um grande contingente de espoliados do campo passou a viver nas cidades e dela sobreviver, centrando suas esperanças em torno do mito da formação da sociedade industrial, bem como dos benefícios que o desenvolvimento traria consigo: trabalho e condições para a construção de uma vida digna.

No entanto, nesta São Paulo que se transformava, de uma vila do interior para uma metrópole nacional, havia uma discrepância entre a quantidade de mão-de-obra oferecida e a que o mercado podia abranger. Isso decorria de uma necessidade do processo de acumulação capitalista, que se utilizava do constante receio do trabalhador de ser descartado a qualquer momento, instigando-o a se submeter às

imposições do capital: baixos salários de muitos, que alimentariam os vultuosos lucros de outros. Inicia-se, pois, a formação de grande parcela da população que, expelida da terra e do processo produtivo, passaria a se configurar no chamado "exército industrial de reserva" com suas funções clássicas[6]. A esse respeito, conforme Di Flora (1987, p. 34):

> Em resumo, [...] a modalidade de produção industrial exclui grandes parcelas de trabalhadores que engrossam as fileiras do exército industrial de reserva, necessário à economia capitalista e à lógica da acumulação, pois contribui para a manutenção dos salários em níveis baixos.

Assim, importante parcela da população que fora lançada ao espaço urbano portando apenas a sua força de trabalho como meio de buscar o seu sustento, foi assimilada enquanto mercadoria. Essa tem sido a lógica de uma sociedade que possui como premissa o desenraizar de tudo, sujeitando tudo e todos às leis de mercado, por assim dizer às leis vigentes de troca no modo de produção capitalista, histórica e espacialmente diferentes, mas predominantemente desfavoráveis aos trabalhadores. Para respaldar essa assertiva, observemos o raciocínio de Martins (1997, p. 30):

> A lógica do sistema capitalista é o mercado, é o movimento, é a circulação: tudo tem de ser sinônimo ou equivalente de riqueza que circula, de mercadoria. Os camponeses foram desenraizados para que o capital pudesse se apossar da terra e dar à terra um uso capitalista, ou seja, um uso moderno, racional, ao mesmo tempo os camponeses foram desenraizados por que o capital precisava que os camponeses trabalhassem de outro modo, como operários, como assalariados, como vendedores de força de trabalho, portanto, como donos de mercadoria, como equivalentes de mercadoria.

[6] A partir da formação da sociedade industrial, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz também os meios que podem torná-la uma população supérflua. Isso porque com o aumento do capital, a força de trabalho empregada para sua reprodução passa a ser cada vez menor uma vez que os investimentos das empresas se voltam ao capital constante (matéria-prima, instalações e tecnologias que substituem o trabalhador) em detrimento do capital variável (mão-de-obra). Assim, essa população trabalhadora excedente tem sido necessária à acumulação de riqueza no sistema capitalista à medida que exerce um controle sobre as reivindicações operárias pela própria disponibilidade de mão-de-obra excedente, consolidando o "exército industrial de reserva". Nas palavras de Marx (1975, p.735) "[...] Toda forma de movimento da indústria moderna nasce, portanto, da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados."

Neste cenário, para que o modelo social e econômico vigorasse, a pobreza se proliferava, bem como as agruras de uma população despojada de manter uma condição de vida mínima para manter a dignidade, em seus mais diversos aspectos. Conforme argumentou Santos (1993, p. 10), em apontamentos erigidos acerca do processo de urbanização brasileiro de maneira geral, a cidade se expandia reproduzindo espacialmente as desigualdades gestadas na estrutura social e econômica:

> A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo sócio-econômico de que é suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias pessoas ainda mais pobres (e dos cortiços). A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial.

Esta reflexão vai ao encontro do que aconteceu na cidade de São Paulo, onde as condições habitacionais eram precárias. Santos (1999) demonstrou que não havia qualquer preocupação neste sentido, pois a população paulistana que vivia em cortiços era numerosa, constituindo um terço das moradias. Assim, os sujeitos que ali se instalavam, alijados de quaisquer estruturas no espaço urbano, foram submetidos a um processo que Kowarick (2000, p.22) nomeou de *espoliação urbana*.

> [...] Trata-se de um conjunto de situações que pode ser denominado de espoliação urbana: é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresenta-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente da exploração do trabalho ou, o que é pior, a falta desta.

A formação da cidade, portanto, apresenta um quadro histórico de produção da pobreza que, indubitavelmente, permanece até os dias atuais. O resgate histórico da urbanização da cidade de São Paulo é imprescindível; pois por meio dele conseguimos compreender um pouco como miséria e a exclusão social, econômica e espacial foi gestada no primeiro momento da República e do processo de industrialização, como se verifica na exposição de Santos (1999, p. 228) a respeito desse período:

> [...] Cresciam paulatinamente a indústria, o comércio e o mercado de serviços, e conseqüentemente a miséria e a exclusão social, a violência e a pauperização de vastas camadas populacionais, excluídas do universo da produção e do consumo.

Este cenário de *exclusão*, descrito por Santos (1999), salvo pelo gradual crescimento da indústria, não difere muito do vivenciado na atualidade. E, ainda, desde o princípio da conformação das cidades proliferou-se outra problemática social que, longe de ser uma novidade na sociedade brasileira, vem se agravando substancialmente: a questão da população em situação de *vulnerabilidade social*[7].

Sobretudo no contexto atual, há um sem número de teorias e medidas que emergem com o intuito de sanear esta mazela. Seria legítimo que tais iniciativas tomassem corpo na sociedade, com a finalidade de solucionar o problema que se tornou intermitente ao longo do processo de urbanização. No entanto, é perceptível - tanto por parte do Estado, quanto da grande mídia - a tentativa de produzir uma culpabilidade do sujeito em âmbito individual, para justificar a pauperização da população que eclode em mazelas sociais.

Mas como fazer com que o sujeito se sinta culpado por seu "insucesso"? Quais são os mecanismos para fazê-lo? Como bem sabemos, na sociedade capitalista, organizada pela compra e venda de força de trabalho, a legitimidade social e a dignidade pessoal se fundamentam pela ética do trabalho. Ser um trabalhador, nesse sentido, é o que confere ao indivíduo a possibilidade de distinguir-se dos "delinqüentes". Pouco importa se ele se submeta a receber um salário insuficiente ou a ter uma fatigante jornada de trabalho, que mal possibilite que ele disponha de tempo para ficar com sua família para ou realizar quaisquer outras atividades além do trabalho assalariado. Seu valor, portanto, está relacionado à sua inserção em uma atividade remunerada que dependa do esforço e tempo de seu trabalho empregado. De acordo com Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p.18) as premissas desta ética do trabalho são assimiladas pela classe trabalhadora:

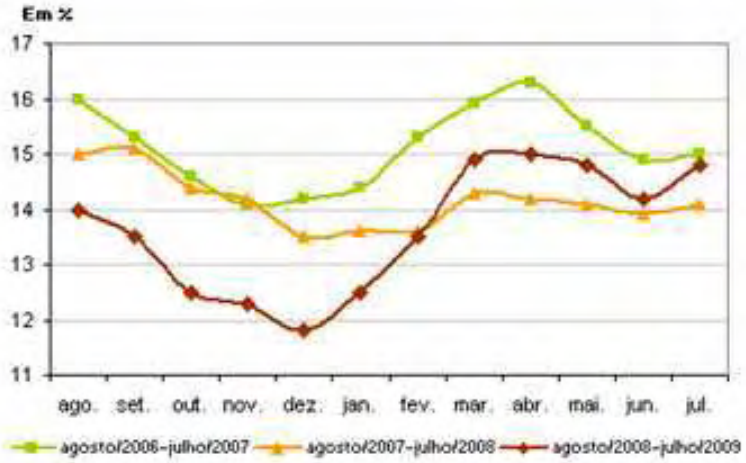
[7]O conceito de vulnerabilidade social é utilizado por agências como a UNESCO e a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). Ele é empregado para tentar desconstruir sentidos únicos e identificar potencialidades de acionar os sujeitos expostos às mazelas sociais (como a pobreza, a violência, falta de estrutura social e política) para resistir e enfrentar tais situações. (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002). Desta forma, os sentidos de sua aplicabilidade estão em desmistificar determinações na trajetória dos adolescentes submetidos à pobreza e à vivência de rua.

> [...] A forma como as classes trabalhadoras urbanas elaboram essa ética tem sido apontada por vários pesquisadores, evidenciando a existência de um valor moral associado ao trabalhador honesto e ao chefe de família responsável que se opõe a delinqüência e a marginalidade. Registra-se uma ética do provedor, que atribui legitimidade àquele que, através do trabalho regular, mesmo com todas as dificuldades consegue sustentar sua família: *pôr comida dentro de casa*.

Porém, na atualidade, a sociedade brasileira vivencia um dilema com a questão do desemprego, que pode ser tanto conjuntural (desencadeado pelas crises econômicas que diminuem postos de trabalho para diminuir a produção), quanto estrutural (que é aquele em que a vaga do trabalhador é substituída por máquinas ou processos produtivos mais modernos, necessitando de pouca mão-de-obra; pois o trabalho que outrora era executado por dezenas de trabalhadores, agora só necessita de um operador; ou melhor, dezenas de empregos transformaram-se em apenas um). Embora ambos os processos desencadeadores de desemprego sejam nocivos à ética do trabalho, típica da sociedade capitalista, o problema parece, praticamente, insolúvel.

Independente de ser conjuntural ou estrutural, o percentual de desemprego na região metropolitana de São Paulo é elevado, sendo estimada a cifra de 1.562 mil pessoas que estavam sem trabalho ou 14,8%, de acordo com pesquisa realizada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADES). Observemos o Gráfico 1, divulgado pela SEADES em agosto/2009, a respeito das taxas de desemprego total em São Paulo de agosto/2006 a julho/2009:

Gráfico 1: Taxa de Desemprego em São Paulo de ago/2006 a jul/2009



Fonte: http://www.seade.sp.gov.br/

Diante do quadro social apresentado, podemos inferir que os indivíduos que corporificam tais estatísticas estão suscetíveis ao que Saffioti (2004, p.12) compreende como processo de desfiliação[8], entendido em aspectos estruturais e particulares:

> Grosso modo e ligeiramente, a desfiliação consiste numa série de fatores sucessivos: desemprego, impossibilidade de pagar o aluguel, perda da moradia e, portanto, do endereço, da perda dos colegas e dos amigos, do esfacelamento da família, cortes crescentes dos laços sociais, cortes estes responsáveis pelo isolamento do cidadão. Enfim, de perda em perda, o desfiliado encontra-se no não lugar, talvez no vazio mais doloroso para um ser humano [...] que é um ser político.

Seguindo o raciocínio, Saffioti (2004) apresenta a idéia de que o sujeito é impelido a acreditar que seu fracasso se apresenta de forma individual, sendo responsabilizado pela perda de seu *lugar* na sociedade. Se não consegue um emprego, se não consegue prover sua família, se perde sua dignidade, é responsabilizado por isso. Pouco se considera o contexto social, mas sim a individualização do fracasso social, moral, político e econômico.

Essa é uma das angustias vivenciadas pela população em situação de *vulnerabilidade social*. Essa população, não raro, é lançada ao espaço da rua, fazendo dela sua morada, transitória ou definitivamente. É sobre esse contingente que sobrevive nos logradouros da cidade de São Paulo que pretendemos refletir: sobre essas pessoas que estão neste lugar percebido, pela maioria das pessoas como um mero local de passagem. Junto de suas trajetórias, subjetividades e experiências distintas, sobrevivem como podem; seguem ora sucumbindo e ora resistindo ao nefasto processo de desfiliação que foram submetidos. Nesse sentido, por essas e outras razões, buscamos refletir um pouco mais sobre o que é a rua, enquanto espaço de sociabilidade e de “viração”, como sugere Gregori (2000, p.31):

> Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego, etc.

[8] O conceito de desfiliação utilizado por Safiotti é retirado de Castel (1998), que está preocupado com os processos de precarização do trabalho, que é a parte mais rarefeita de sua análise - apesar de ser a parte mais importante. De acordo com suas próprias palavras, [...] enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação. (CASTEL, 1998, p. 516).

1.2 A rua e a população em situação de rua

João do Rio evidenciou que a rua tem uma dinâmica que a faz se assemelhar com um ser vivo[9]. Ela não é um mero espaço utilitário para servir de passagem aos transeuntes:

> [...] a rua é mais que isso, a rua é um factor da vida das cidades, a rua tem alma! [...] a rua é agasalhadora da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem auxílio dos deuses enquanto diante de seus olhos uma rua se abre para outra rua (RIO, 1910, p. 14).

Partindo dessa perspectiva, poder-se-ia encontrar uma diversidade de relações e vivências travadas neste espaço, sobretudo no que diz respeito aos desvalidos urbanos. No entanto, nestes tempos da expansão urbana sob a égide do capitalismo, há uma intencionalidade de demonstrar o espaço da rua enquanto o *lócus* da violência e da iminente criminalidade incidindo preconceitos, estigmas e estereótipos sobre as camadas subalternas que deambulam por elas: os sujeitos são enquadrados como potencialmente perigosos ao pleno estabelecimento da ordem e ao exercício da lei[10]. Por mais que os indivíduos não estejam imersos em práticas ilícitas, o próprio fato de vivenciarem mais ativamente o espaço da rua já se configura como contravenção.

Com isso, uma sensação de medo é construída e difundida amplamente entre as camadas sociais que compõem a sociedade causando a impressão de que o perigo é sempre iminente. De acordo com essas paisagens do medo produzidas, Tuan (2005, p.251) expõe:

> [...] Durante sua história, a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos. Dentre os muitos intrincados temas desta história, merecem especial atenção os seguintes: conflitos violentos entre os cidadãos poderosos e a criação de uma fortificada

[9] Faz-se referência aqui ao cronista João do Rio, nascido no Rio de Janeiro no século XIX. Gregori (2000) apresenta o escritor, que fora eleito para a Academia Brasileira de Letras com menos de trinta anos em decorrência de sua vasta obra e da preocupação social que ela denotava. Jornalista profissional, era também romancista e cronista. A obra aqui mencionada é entitulada *A Encantadora Alma das Ruas* de 1910.

[10] Ao abordar o conceito de *camadas subalternas* - que se refere a uma formulação presente na obra de Gramsci (2000) - pretende-se fazer referência aos sujeitos que não se vinculam aos estratos dominantes. Gramsci , ao elaborar o conceito, nos demonstra que as camadas dominantes da sociedade se impetram como responsáveis pela história de um país; é por meio da ótica da pequena parcela abastada da população que a história se constrói e é difundida, em detrimento da história das camadas subordinadas. Assim, até mesmo as camadas sociais subalternas participam de uma concepção de mundo que lhes é imposta pelas classes dominantes. A ideologia desse segmento social chega aos grupos subalternos através de diversos canais como a Igreja, a educação, o serviço militar e os meios de comunicação. Ao pontuar que há uma intencionalidade em erigir uma concepção acerca da rua enquanto espaço permeado pela insegurança, pretende-se demonstrar que este propósito é propalado pelas classes dominantes e reproduzido pelas camadas subalternas.

> paisagem do medo; perigo e ansiedade em relação aos estrangeiros no meio urbano; medo de anarquia e revolução, isto é a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis; aversão e medo dos pobres, como uma fonte potencial de corrupção moral e de doença; e medo dos imigrantes pobres.

O autor nos apresenta vários fatores que demonstram como o medo é produzido na subjetividade dos sujeitos que conformam os centros urbanos. Um dos elementos ressaltados é o medo do "outro", do diferente, daquele com o qual não nos identificamos. Essa não-identificação com o outro acaba por elaborar a internalização de um processo de estranhamento, acarretando o medo. O medo se manifesta de modo a determinar o não semelhante enquanto potencialmente perigoso e portador da violência. Ao se reportar a realidade social brasileira, Zaluar (1998, p.248) evidencia que a caracterização do "outro" enquanto nocivo se reveste de um caráter ideológico.

> O caráter ideológico dos discursos fica mais claro quando o adjetivo violento é utilizado sistematicamente para caracterizar o "outro", o que não pertence ao seu estado, cidade, raça, etnia, classe social, bairro, família ou grupo. Em algumas cidades, o crime e a violência são como um artifício ou um idioma para se pensar sobre o "outro".

O não-reconhecimento do "outro" enquanto parte integrante da sociedade, determinando-o enquanto um estranho, permite que a ele sejam imputadas responsabilidades pelos "males" sociais, donde à cada problema um estereótipo se revela, incidindo sobre o migrante, o pobre e o negro. A população de rua, por sua vez, se transforma neste "outro", sobretudo porque muitas vezes combina essas mesmas categorias. A partir da transformação em "não semelhante", recebem tipificações múltiplas, com designações que estão para além do portador da violência. Há momentos em que são admitidos pelos transeuntes como "perigosos"; outras vezes como "repugnantes", "sujos"; ainda existem situações mais "benevolentes" onde são considerados como "coitados" e, no caso das crianças e adolescentes: "coitadinhos" (MATTOS, FERREIRA, 2004).

Dessa maneira, a criminalização, aliada à repugnância, e a vitimização dirigida aos outros, possuem juntas uma desumanização do indivíduo, transformando-o em coisa, de tal modo que a relação de invisibilidade daqueles que nas ruas convivem com situações extremas parece ser o ponto máximo desse processo, ao serem tratados com indiferença. É muito comum andarmos pelas ruas do centro da cidade de São Paulo e

verificar como esses sujeitos, que ali estão em abundância, são ignorados e condenados a invisibilidade, aparentemente já não causando nem mesmo desconforto. É como se fizessem parte de uma paisagem, erigida pelas contraditoriedades indeléveis da cidade e, portanto, algo corriqueiro. As dores do "outro" não são consideradas; pois o não semelhante nem mesmo existe. Essa é uma das muitas violências cotidianas sofridas pelas pessoas que vivenciam a situação de rua.

Mas o que é população em situação de rua? Como podemos dizer que alguém está em situação de rua? Essa é uma questão de difícil delimitação, pois como já foi apontado anteriormente, trata-se de um grupo heterogêneo, formado por crianças, adolescentes, adultos, idosos, homens e mulheres. Além disso, há também uma diversidade de fatores que induz uma pessoa a fazer da rua sua morada. No relatório final da "Contagem de Pessoas em Situação de Rua" redigido pela FIPE (2003, p. 06), apresentado à Secretaria de Assistência Social do município de São Paulo, percebemos a dificuldade nesta delimitação:

> A definição de população em situação de rua é, sabidamente, difícil. A multiplicidade de condições pessoais, a diversidade de soluções dadas à subsistência e moradia, as diferenças de tempo em que os vínculos familiares se dissolveram e novas formas de socialização se consolidaram, são alguns dos inúmeros fatores que dificultam a formulação de conceitos unidimensionais e livres de ambigüidade. A literatura sobre essa população atesta os esforços de recortá-la conceitualmente.

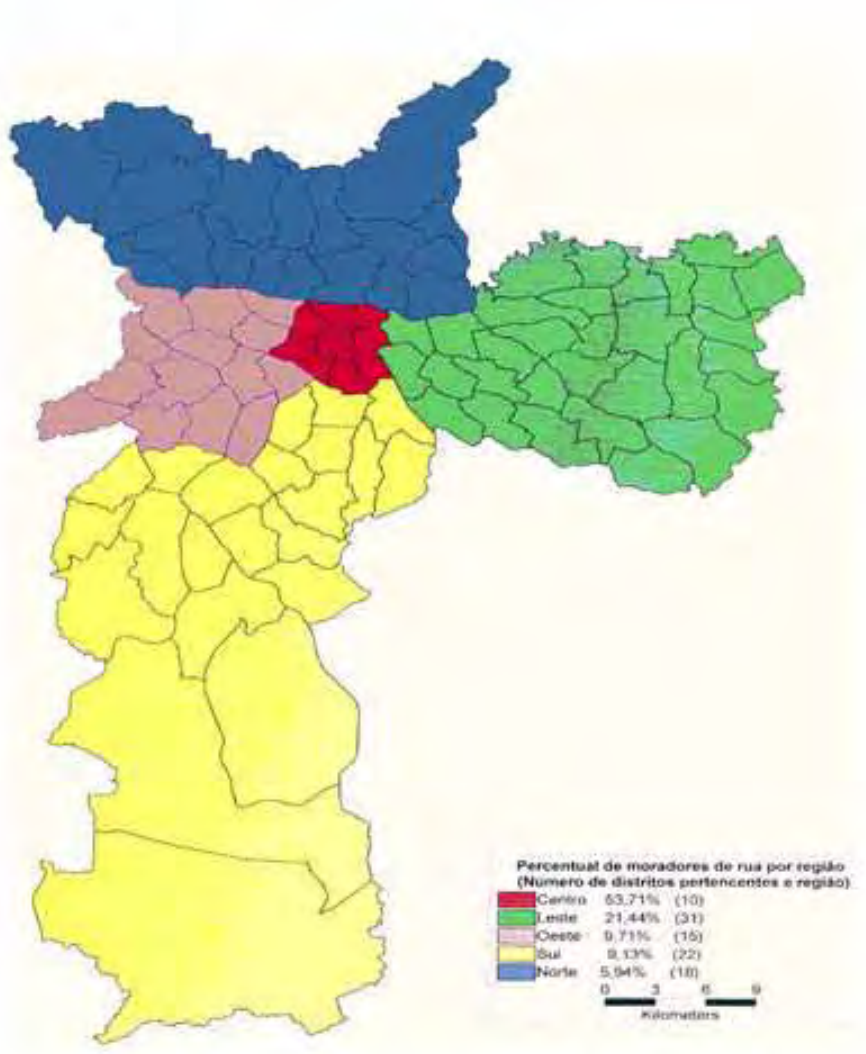
De fato, não é tarefa fácil definir a população de rua. Mas, de acordo com o exposto por Vieira, Bezerra, e Rosa (1994) podemos admitir população em situação de rua aquela que não possui renda ou renda baixíssima e que, por contingência provisória ou definitiva, pernoita nos logradouros da cidade (praças, calçadas, marquises, jardins, baixos de viaduto), em locais abandonados, terrenos baldios, "mocós", cemitérios, bem como em albergues públicos ou assistidos por organizações sociais, sendo que o número total desta população vem aumentando nos últimos anos, segundo estudos realizados pela Secretaria de Assistência Social e pela FIPE.

É importante frisar que a concepção de população em situação de rua apresentada passou a considerar os albergados a partir de 2000, conforme consta do Relatório da FIPE (2003) contratado pela Secretaria de Assistência e Bem-Estar Social do município de São Paulo, gestão 2000-2004, seguindo as análises e pesquisas acadêmicas empreendidas sobre população em situação de rua. Vale considerar também que a Secretaria de Assistência Social realizou as duas

pesquisas em 2000, considerado o primeiro censo de pessoas em situação de rua da cidade, e em 2003, não mais como um censo, mas uma “contagem de pessoas”.

Na pesquisa de 2000, obteve-se a estimativa de concentração de mais de 90% do número de pessoas em situação de rua nos 29 distritos municipais localizados nas áreas centrais da cidade. Diante dessa estimativa, o Relatório de 2003 justificou a “contagem” das pessoas em situação de rua apenas nas áreas centrais e adjacentes pelo motivo de “falta de recursos” para um novo censo em toda a cidade. Assim, foi replicada a metodologia seguida no censo de 2000 para 11 distritos da área central e se trabalhou com esquema amostral nos demais 18 distritos que completaram a área do levantamento. A Figura 1 evidencia o percentual de moradores de rua em cada região e demonstra que mais de 50% estão no centro, a partir das informações obtidas pelo censo realizado no ano de 2000:

Figura 1: distribuição das pessoas em situação de rua recenseadas nos logradouros, segundo o Censo de pessoas de rua de 2000.

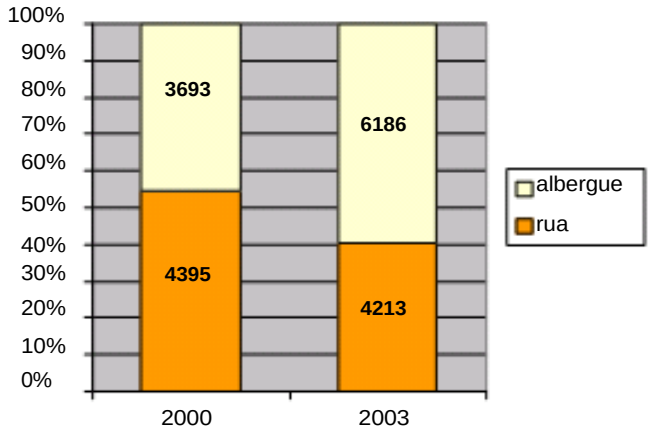


FONTE: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas

Pelo fato da população total dos 96 distritos não ter sido recenseada em 2003, sendo considerados apenas os distritos centrais para a recontagem, o mapa apresentado é o resultado do último estudo mais amplo realizado no Município. Como dissemos, a partir de 2003 foram realizados estudos somente nas áreas mais adensadas pelas pessoas em situação de rua. Apesar de considerar a dificuldade de levantar esses dados junto à população de rua, por conta da sua alta mobilidade, os dados coletados obedeceram a uma série de etapas, considerando estudos prévios sobre os hábitos e deslocamentos espaciais. Deste modo, o centro de São Paulo, indubitavelmente, seria o local de maior manifestação de casos de pessoas em situação de rua e, portanto, foi o local escolhido para desenvolvermos esta pesquisa.

Duas outras questões levantadas pela pesquisa da FIPE e relevantes ao estudo aqui empreendido são os dados demonstrando que o número de pessoas em situação de rua cresceu, bem como percentual de usuários de serviços de albergues e abrigos noturnos. O Gráfico 2 compara os números de população de rua, tanto no censo de 2000 quanto na contagem de 2003:

Gráfico 2: Número de pessoas em situação de rua, pernoitando nos albergues e nas ruas, 2000 e 2003



FONTE: http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas

Com base nos dados apresentados, verificamos um crescimento de cerca de 70% nas pessoas que pernoitam em albergues. É bastante significativo o aumento de usuários de albergues, porém vale observar que o gráfico demonstra que a

população de rua aumentou muito, se considerada a totalidade dos dados: 2.311 pessoas ou 29 %. Esse incremento passou a ser assistido pelos albergues, sobretudo os dirigidos por ONG's que, a partir do decreto expedido em janeiro de 2001 pela Prefeita em exercício Marta Suplicy estimulou o aumento do número de vagas em albergues, subsidiado por dados que até então não existiam[11]. Dentre os artigos que compõem o referido decreto, podemos verificar as disposições presentes na Lei considerando a responsabilidade do Poder Público sobre os serviços prestados a população de rua, buscando atender a demanda existente.

> Art. 5º - A política de atendimento à população de rua compreende a implantação e manutenção pelo Poder Público Municipal, nos distritos da Cidade, dos seguintes serviços e programas, com os respectivos padrões de qualidade:
> I - Abrigos Emergenciais: constituídos por instalações físicas adequadas mantidos por SAS, diretamente ou em parceria com organizações sociais, equipados com recursos humanos e materiais necessários para acolhida e pernoite, no período de inverno, da população de rua, fornecendo condições de higiene pessoal, alimentação, vestuário, guarda de volumes, trabalho sócio-educativo e acesso aos serviços de referência na Cidade;
>
> II - Albergues/Abrigos Especiais: constituídos por instalações físicas adequadas, equipados com recursos humanos e materiais necessários à acolhida e alojamento de até 100 (cem) pessoas por unidade, operacionalizados diretamente ou em parceria com organizações sociais, com funcionamento permanente, fornecendo condições de pernoite, higiene pessoal, lavagem e secagem de roupas, alimentação, guarda-volumes, trabalho sócio-educativo e serviços de documentação e referência na Cidade [...].

Este decreto surgiu após o levantamento dos dados coletados pela pesquisa da FIPE, que demonstrava uma demanda maior do que o serviço oferecido pela Secretaria de Assistência Social poderia absorver. Mas é importante observar, de acordo com os gráficos, a criação de novas vagas não solucionou o problema; tampouco diminuiu a população em situação de rua no município - fator que pode sugerir que a questão está longe de ser solucionada. Entretanto, os governos que se sucederam à gestão de 2000-2004 (gestões de 2005-2006, José Serra, e 2006-atual,

[11] Estamos nos referindo ao Decreto nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001. Este Decreto regulamenta a Lei nº 12.316, de 16 de abril de 1997, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Poder Público Municipal a prestar atendimento à população de rua da cidade, que tem base em Leis de âmbito Federal como a Constituição Federal (em seus artigos 203 e 204) e a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

Gilberto Kassab) têm alterado a política de assistência de tal sorte que a maior parte dos albergues, organizados e dirigidos por ONG's financiadas pelo município de São Paulo, estão comprometidos pela não-contiguidade do financiamento, sendo que os albergues públicos estão sendo fechados nas áreas centrais e abertos em regiões periféricas da cidade. O fato é que esses abrigos são parte de uma estratégia da própria população de rua, utilizada para a sua sobrevivência e permanência na rua e, desta maneira, a negligência ou reorientação das políticas sem lastro nas estratégias desses sujeitos, compromete a resolução do problema, apenas realocando-os em outros lugares ainda mais longe dos olhos da metrópole: o centro da cidade[12].

Como já expusemos, quando falamos em pessoas em situação de rua, estamos falando em crianças, adolescentes, adultos e idosos - homens e mulheres. Portanto, há grande heterogeneidade entre tais pessoas. Cada um dos grupos etários apresenta suas especificidades, que se expressam em escolhas distintas quanto aos locais de pernoite, soluções de sobrevivência, formas de socialização e muitos outros condicionantes da permanência na rua. Por essa razão, ao enfocarmos nossas análises a respeito da população adolescente, seguiremos com uma reflexão acerca do atendimento oferecido a esse segmento da população em situação de rua. Partiremos de um retrospecto, buscando entender como se processaram as políticas de atendimento tendo em vista esse contingente.

[12] Segundo dados apresentados por um dossiê apresentado pela organização Fórum Centro Vivo, a Gestão de Gilberto Kassab tem representado um grandioso retrocesso no que diz respeito à implementação e manutenção, prevista pelo artigo 88 do ECA, das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Seus primeiros passos foram a alegação de falta de recursos para prosseguir com o que vinha sendo realizado, bem como a revogação de Decretos que asseguravam o financiamento das políticas já existentes. Desde então são constantes os cortes e atrasos no repasse de verbas para as ONGs estruturadas para oferecer o atendimento e acolhimento destes sujeitos. (disponível em http://dossie.centrovivo.org, acessado em 15/05/2009.

CAPÍTULO 2

As políticas de atendimento à criança e ao adolescente pobre na cidade de São Paulo

2.1 Breve histórico

No fim do século XVIII e começo do século XIX, a existência dos sujeitos de pouca idade que precisavam buscar um meio de auxiliar em seu sustento era muito recorrente. Isso ocorria pelas dificuldades que as famílias, constituídas pelas camadas pauperizadas, encontravam para a manutenção dos seus tutelados em decorrência dos baixos salários e dos altos custos de vida. Visto que não havia restrição alguma na utilização da mão-de-obra infanto-juvenil era comum a presença do trabalho deste contingente no setor fabril, conforme apontou Moura (1991, p.113):

> [...] já na década de 1870 é possível surpreender a criança e o adolescente no trabalho industrial de São Paulo, sobretudo nos estabelecimentos têxteis e pequenas oficinas, como pode ser deduzido, por exemplo, de anúncios publicados na imprensa solicitando mão de obra.

No entanto, a demanda de mão-de-obra ofertada era maior do que o mercado de trabalho podia absorver e, da mesma maneira que eram iniciados em atividades produtivas cedo demais, muitos eram aqueles que se envolviam em atividades ilícitas prematuramente. Isso fica evidenciado por Santos (1999, p.218)

> Assim como o menor em São Paulo era iniciado precocemente nas atividades produtivas que o mercado proporcionava, tais como as fábricas e oficinas, também era nas atividades ilícitas numa clara tentativa de sobrevivência numa cidade que hostilizava as classes populares.

Neste contexto se constituiu a criação do “menor”, como um conceito criado para designar as crianças e os adolescentes imersos na situação de pobreza na sociedade brasileira. Até o fim do século XVIII a palavra *“menor”* não compunha uma característica negativa, e era utilizada para se definir certa categoria social de acordo com a idade, longe conter uma semântica ligada à situação social e econômica do sujeito. De acordo com Londoño (1991, p.129), até meados do século XIX, a palavra *menor* era “[...] como sinônimo de criança, adolescente ou jovem, era usada para assinalar os limites etários, que impediam as pessoas de ter direito à emancipação paterna ou assumir responsabilidades civis ou canônicas.”

Com a chegada da modernização e da industrialização na segunda metade do século XIX - e de todas as contradições advindas desse processo já arrolados anteriormente - o “menor” passou a ter um significado negativo, que estava ligado à pauperização. Não foi, exatamente, por indicar uma condição de privação econômica e social que o termo adquiriu um sentido pejorativo; mas pelo fato da pobreza ser facilmente associada como algo unívoco à delinqüência e ao abandono[13].

Era incontestável o fato de que o número de abandonos aumentava substancialmente naquele momento. Era comum que os recém nascidos fossem deixados nas “rodas dos expostos”[14], ou pelas mulheres pobres, por não ter condições de prover uma criança; ou pelas mulheres abastadas que fossem solteiras ou adulteras, pela “vergonha” que causariam às suas famílias, já que “a honra estava acima de tudo” em uma sociedade imersa em valores patriarcais, na qual o homem era a autoridade e a mulher ficava submetida à sua dominação e qualquer desvio da conduta imposta era repudiado pelo conjunto da sociedade.

Porém, a problemática do abandono passou a ser mais acintosa na ocasião da promulgação da Lei do Ventre Livre[15]. Após a data em que entrou em vigor, em 1871, o aumento de crianças negras na “roda dos expostos” foi bastante significativo. De acordo com as estatísticas apresentadas por Lima e Venâncio (1991), a cifra aumentou para pouco mais que o dobro desde a ocasião da promulgação da lei até a chegada do século XX. O abandono não era efetuado pelas mães, mas pelos seus senhores.

---

[13] A situação de abandono tem múltiplas facetas: ela pode se apresentar de modo moral, material, intelectual, afetivo, entre outras. Mas Silva (2000) aponta que o abandono de fato se apresenta pela simples constatação de sua materialidade; ou seja, não é necessário que haja aspectos jurídicos ou em trâmites para que seja constatada a situação de abandono. Basta que o sujeito abandonado esteja alijado de condições materiais de existência e ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades.

[14] A chamada “roda dos expostos” da Santa Casa de Misericórdia - existentes em diversos centros urbanos da época - tinham a função de acolher os enjeitados com o intuito de não deixá-los à própria sorte. Era uma etapa do atendimento ao *menor* abandonado a qual Silva denomina de Filantrópica. Partindo de dados obtidos por Lima e Venâncio (1991) as taxas de mortalidade infantil eram bastante altas, oscilando entre 50% e 70% das crianças abandonadas que, quando sobreviviam, ficavam pouco tempo na instituição. Em geral, eram entregues às famílias beneméritas que as tinham como agregadas.

[15] A Lei 2040 de 28/09/1871, também conhecida como Lei Rio Branco, diz respeito à libertação dos filhos nascituros das escravas. A partir dela, os filhos das cativas seriam considerados livres - ao menos em tese. A lei dizia que, após a sua promulgação, o senhor de suas mães tinha o dever de criá-lo até os oito anos de idade ou então entregá-lo uma instituição que se encarregaria do feito. Na hipótese de optar pela primeira assertiva, teria direito a servir-se do filho da escrava até que ele completasse 21 anos ou entregá-lo à tutela do Estado e receber uma indenização. Assim, podemos dizer que apesar da lei apresentar uma roupagem embasada em um discurso humanista, bem como todo o discurso do movimento abolicionista, os negros continuavam a ser tratados como propriedades. (VENÂNCIO E LIMA, 1991)

Essa lei, apesar de ter sido muito comemorada pelos abolicionistas da época, não melhorou as condições da infância e da adolescência negra no país. Não obstante a emergência das políticas que encerrariam com o regime escravocrata e toda sua conseqüência social, moral, econômica e cultural aos sujeitos a ele subjugados, a forma e os interesses embutidos na formulação e sanção da nova regra não teve outro efeito senão agravar a situação da criança e do adolescente negro do país. Segundo Venâncio e Lima (1995, p73):

> A Lei do Ventre Livre suscitou inúmeras críticas, feitas por contemporâneos das mais variadas tendências políticas, e aprofundadas posteriormente, pelos historiadores. Na verdade, poucos acreditavam na sua eficácia para melhorar as condições de vida da criança negra no Brasil. Ao lado da denúncia da perpetuação de fato de sua condição de escrava, estacou-se o prognóstico do aumento do número de abandonos de filhos de suas cativas, por parte dos senhores. [...] Hoje, há mais de cem anos da Abolição, convivemos com cerca de 12 mil de crianças abandonadas nos centros urbanos do país, das quais, a maioria absoluta é de origem negra.

É claro que o número de imaturos abandonados não era absolutamente constituído por essa fração que formava as camadas que habitavam as cidades. Havia muitas crianças consideradas pardas e brancas em meio a esse número. Apenas torna-se importante frisar o aumento de abandonos da infância negra, paralelamente, em função da lei do Ventre Livre, pois os indicadores anteriores a ela demonstravam baixos índices.

Para o Estado, essas crianças eram um problema social que precisava ser combatido. Foi nesse momento que o “menor” deixava de ser uma designação de característica etária, para adquirir valores ligados aos aspectos sociais e qualificando crianças e adolescentes desprovidos de condições materiais e em situação de abandono. Essa é uma formulação empreendida por juristas da época que, olhando para seu próprio país, descobrem o “menor” nas crianças e adolescentes pobres das cidades que, por não estarem sob a autoridade dos seus pais e tutores, são chamadas por eles de “menor abandonado”. Londoño (1991) demonstra que os juristas[16] passaram a interpretar o “menor” enquanto desvalidos e potencialmente infratores. Apesar da denominação não ser habitualmente utilizada, o estigma que

16 O autor cita nomes de alguns juristas: Cândido Nogueira da Mota, Tobias Barreto, Evaristo de Moraes e Alvarenga Neto.

ela carrega consigo ainda está naturalizado na sociedade brasileira, visto que essa denominação traz um histórico[17].

Crendo na probabilidade de esses sujeitos incorrerem em atividades ilícitas e criminosas, no começo do século XX e preocupado com a possível ameaça da ordem social, o Estado erigiu uma empreitada para "protegê-los" de recaírem no banditismo. Essa concepção dos juristas não possuía provas irrefutáveis de uma ligação direta entre pobreza e delinqüência de modo que, embora esteja presente ainda hoje no imaginário da população, não se pode afirmar que as camadas mais pauperizadas da sociedade incorrerão em crimes[18]. Contudo, as crianças e os adolescentes pobres sofriam com as determinações de potenciais infratores imputadas a elas pelo senso comum. Nesse aspecto, vale observar Adorno (1991) quando contesta a conexão entre pobreza e delinqüência:

> [...]. Certamente, não há uma correlação mecânica e imediata entre pobreza e delinqüência. Sabe-se que a maior parte das crianças pobres, coagidas a assegurarem a existência de si e de seus pares no mercado de trabalho, não envereda por esses caminhos. Apenas uma pequena parcela o faz, em circunstâncias tão fortuitas, como fortuitas são as fronteiras que diferenciam a ordem pública das ilegalidades. [...] (ADORNO, 1991, p.193).

Todos aqueles que deambulavam pelas ruas eram considerados nocivos à ordem estabelecida e, portanto, transgressores da lei. É assim que, de acordo com Santos (1999), o Estado passou a adotar medidas de contenção e repressão das classes populares e seus mais pauperizados. Era comum que os adolescentes fossem recolhidos e, como castigo exemplar, passassem algum tempo na Penitenciária do Estado sem qualquer julgamento formal; também era comum que a acusação fosse pelo delito de vadiagem. As primeiras defesas favoráveis ao

[17] Com a implantação do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente - em 1990, houve um salto qualitativo em relação ao estigma imputado à criança e ao adolescente pobre, retirando o termo *menor* implantado pelos juristas brasileiros e que vigorou antes, inclusive tempo no Código de Menores de 1979. No entanto o ECA não conseguiu desconstruir o preconceito e com a marca imposta desde aquele momento histórico. Na atualidade o que vigora no senso comum é a relação direta entre adolescência pauperizada e criminalidade.

[18] Essa correlação entre pobreza e crime é atualmente refutada nas Ciências Sociais. Não há como afirmar a existência de argumentos para sustentá-la. Segundo Coelho (1980), não se pode incorrer no erro de criminalizar a pobreza, por que esse tipo de tese é "metodologicamente frágil, politicamente reacionária e sociologicamente perversa." (Coelho, 1980: 378)

estabelecimento de centros de recuperação do “menor” surgem neste momento[19].

Algumas crianças e adolescentes que ficavam nas ruas exerciam atividades ilícitas - como pequenos furtos e a mendicância. Mas não somente isso: também havia aquelas que executavam pequenos trabalhos e tinham no espaço da rua um local de convívio social. As novas concepções normativas tinham o intuito de realizar um controle do espaço urbano em detrimento das formas de relação social estabelecidas entre os sujeitos. Isso é exposto por Santos (1999, p.229), que afirma que “[...] os novos padrões sociais impostos entraram em choque com as formas habituais de ocupação dos espaços urbanos, resultando numa constante vigília das manifestações tradicionais de convívio.”

O “menor” que perambulava pelas ruas não era somente aquele que não possuía tutores por laços consangüíneos ou similares; mas sim aqueles que, embora tivessem família, partilhavam de uma condição de privação econômica e que utilizavam os espaços para sua sociabilidade. Porém, na errônea visão formulada pelos juristas, se tratava daquele sujeito advindo de uma família desestruturada. Convergindo com isso, Londoño (1991, 134-5) expõe que para os juristas ”[...] O menor não era, pois, o filho “de família” sujeito à autoridade paterna, ou mesmo o órfão devidamente tutelado e sim a criança ou o adolescente abandonado tanto material quanto moralmente.”

O impacto social das teorias juristas acerca do *“*menor*”* produziu a necessidade de formular medidas que vicejassem o controle daqueles jovens potencialmente criminosos. Afinal, os discursos proferidos por parte dos juristas e das classes dominantes da época consolidavam a uma percepção sobre a iminência da criminalidade na vivência dos “menores”. Londoño (1991, p.137) expõe que:

> [...] Todas essas novas situações aportavam dramaticidade ao problema da infância abandonada já que para esses juristas, como expressava Lemos Britto, o abandono tinha existido sempre, mas nas atuais circunstâncias, a criança vivendo à vontade na rua, abandonada no material e no moral, necessariamente terminava por se contaminar do vício e se transformar num criminoso que ameaçava a sociedade.

[19] Segundo Silva (2000), o jurista Cândido Motta foi pioneiro em defender a necessidade da criação de instituições que se destinassem a recuperação da infância da adolescência pobre no Brasil. Foi ele quem apresentou a lei impedindo que os *menores* infratores fossem recolhidos e arremetidos às penitenciárias, por meio da criação do Instituto Correcional, em 1902.

É neste contexto que ocorre a aprovação do primeiro Código de Menores - formulado em 1927 - e a regulamentação de todas as instituições filantrópicas, que até aquele momento se encarregavam dos “abandonados” e “desvalidos”, pelo Juizado de Menores. Dessa forma, o Estado passou a se responsabilizar pela tutela de tais crianças e jovens preocupado em contornar um iminente colapso social, visando a manutenção da “ordem pública” e do “patrimônio” que este contingente parecia ameaçar. Pois, lembra Silva (2000, p.76):

> [...] a miséria não passava desabercebida aos legisladores enquanto motivadora do abandono e da delinqüência, e no entanto, eles preferiram atribuir ao Estado uma função paternalista, a contar com as incontáveis contradições do sistema capitalista.

A inoperância das instituições que existiam até então, em decorrência de seu caráter assistencialista, resultou na extinção de tais órgãos em dezembro de 1964 com a tomada do poder pelos militares. Na ocasião foi criada a Fundação Nacional para o Bem Estar do Menor (FUNABEM), subordinada ao Serviço de Apoio ao Menor (SAM) existente desde 1940, vinculada à Escola Superior de Guerra e, portanto, fortemente influenciada pela Ideologia da Segurança Nacional.

A Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor (FEBEM), que fora criada em âmbito nacional pela FUNABEM e implantada no Estado de São Paulo logo no início dos anos 70, tinha a finalidade de ser um abrigo aos carentes e servir como uma casa correcional aos infratores. No entanto, a FEBEM não conseguiu, ao longo de sua história, efetivar as questões que se propunha em seu estatuto: proporcionar, segundo Marques (1997, p.41) “[...] tratamento específico aos menores que teriam sido atingidos pelo processo de marginalização.” O carro chefe deste tratamento era o confinamento, o dito sistema de internato. Freqüentes foram os escândalos veiculados sobre os maus tratos, espancamentos, a violência multifacetada; e isso remeteu a idéia de que a instituição se configurou como um modelo falido.

Em 1990, frente aos problemas elencados pelo desgastado modelo institucional da FEBEM, foi elaborado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que transferia a tutela da criança e do adolescente para a sociedade civil, por meio dos conselhos tutelares. Entre suas finalidades, proclamar a criança sujeito de direitos como prioridade da sociedade brasileira e merecedora de proteção integral. Conforme exposto por Silvestre e Gomes (2002, p.120)

> O novo ordenamento jurídico introduziu uma série de inovações na política de promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente aplicáveis a todas essas crianças e adolescentes e não apenas a uma parcela do segmento infanto- juvenil caracterizadas por sua situação irregular. [...] Eliminou-se a concepção baseada na situação irregular em que o menor era objeto de medidas judiciais e estabeleceu-se a doutrina de proteção integral, que criou salvaguardas capazes de assegurar à criança e ao adolescente um respeito à sua condição de sujeito de direitos, ou seja, condição peculiar de desenvolvimento com prioridade absoluta. [...]

Apesar da formulação do estatuto, a problemática dos jovens desfavorecidos e infratores não avançou em muitos pontos. A proteção integral que deveria figurar, bem como o respeito máximo aos seus direitos básicos, não foram minimamente cumpridos. Muitos desses jovens que foram internos na instituição da FEBEM estiveram em situação considerada de risco social, morando nas ruas. De modo geral, as crianças e os jovens que moram nas ruas não são órfãos ou abandonados. De acordo com Gregori (2000, p.83), são sujeitos que têm seus *laços familiares esgarçados* por uma multiplicidade de fatores: violência doméstica, conflitos geracionais, pobreza e escassez, influência dos amigos, entre outros. Muitos deles possuem algum vínculo familiar, mas em decorrência de diversas razões acabaram indo morar nas ruas das cidades. Historicamente, essa parcela da população carrega consigo um passado de pobreza, maus tratos e abusos, além da criminalização que paira em torno da sua existência, pois segundo Silva (2000, p.20) “a vida de um menino de rua é toda ela uma ilegalidade e todos os atos que ele pratica são passíveis de serem enquadrados como infração no Código Penal.”

Na atualidade, no Estado de São Paulo, a FEBEM mudou de nome: chama-se agora Fundação Centro de Atendimento Sócio-Educativo ao Adolescente (CASA). A afirmação é feita neste sentido pelo fato de compreendemos que, apesar do Estado declarar a extinção da FEBEM e a construção da Fundação CASA, o princípio da internação continua o mesmo, sendo poucas as mudanças efetivas. Cabe lembrar, ainda, que essa mudança na infra-estrutura já vinha sendo gestada no período em que a instituição ainda se chamava FEBEM. Hoje, a Fundação CASA destina-se somente ao atendimento de infratores, não possuindo qualquer espécie de atendimento aos “carentes” e “abandonados” como no princípio de sua existência.

Desde os tempos da FEBEM, em meados dos anos de 1980, existem projetos sociais e ONG’s com competência para trabalhar com os jovens que a instituição

não atende: os imersos em uma condição de pobreza. Essas alternativas de assistência se destinam aos jovens que vivenciam a situação de vulnerabilidade e a situação de rua, mas que não estão sentenciados a cumprir as medidas sócio-educativas como internos da Fundação CASA.

Para que os adolescentes sejam atendidos por esses projetos sociais, há uma série de procedimentos que o educador social[20], deve cumprir. A primeira medida, quando o adolescente está na rua e sofre a abordagem de um profissional, é verificar se há possibilidade de retorno familiar. Se houver, é acionada a Central de Atendimento Permanente Emergencial (CAPE) ou o Conselho Tutelar. De modo geral, os jovens apresentam certa resistência para voltar imediatamente à casa dos familiares em decorrência dos mesmos fatores que o fizeram sair de casa.

O segundo passo para retirar o adolescente da rua é encontrar um local provisório, que antes se chamava *Casa de Passagem* e atualmente é conhecido como Centro de Referência da Criança e do Adolescente (CRECA)[21]. Nestes locais o adolescente tem de vinte e quatro horas a dois meses para permanecer, até encontrar uma *Casa de Acolhida* que tenha uma vaga disponível. É claro que estes prazos não são fixos, pois tudo depende da quantidade de vagas que serão abertas em outras instituições que têm a finalidade de dar abrigo e de tutelar este adolescente.

As *Casas de Acolhida* são locais onde o adolescente fica por mais tempo. Ela se propõe um local de atendimento 24 horas, oferecendo moradia e alimentação, além de desenvolver certas atividades que ocupe o tempo ocioso. Ademais, cumpre com as obrigações escolares, exigindo que as crianças e adolescentes assistidas freqüentem aulas em escolas nas proximidades de sua localização. Das atividades oferecidas pelo local e pelo conjunto de pessoas que compõe a equipe

---

[20] O educador social tem o papel de orientar a aprendizagem a partir do saber do educando. Todo seu planejamento é feito a partir do cotidiano vivenciado por tais meninos e meninas, com o objetivo do desenvolvimento de suas potencialidades. Ajudar o educando a refletir sobre o mundo e sobre os possíveis meios de deixar a condição de marginalizados, constitui-se no mais importante de seus objetivos. “O educador social de rua é, pois, um profissional que facilita ao outro ‘crescer para”. (PINEL: 2002 p.27). Para Petrus Rotger (1997), o educador social é o profissional que tem a função de intervir em situações de desvio ou de risco dentro do que ele chama de “setores sociais em desequilíbrio”, a fim de realizar mudanças qualitativas.

[21] Na Cidade de São Paulo, atualmente, existem 14 CRECAS, destinados a atender a população de crianças e adolescentes em situação de rua. Eles também fazem parte de uma política da prefeitura de São Paulo, para retirar esses os indivíduos da rua. Estão espalhados pela cidade, sendo que dois deles se localizam na região central, onde o problema é mais evidente. Tais centros têm, em média, capacidade para abrigar e alimentar de 20 a 25 sujeitos. É importante frisar que estes locais são apenas para uma estada rápida. Em caso de haver mais demanda que vagas disponíveis é permitida, aos atendidos pelo programa por direito, a entrada para um banho e uma refeição. Isso pode acontecer e é tratado como caso emergencial.

técnica de atendimento, são elaboradas oficinas de dança, música, artesanato, entre outras atividades sócio-culturais[22].

Além disso, há também uma preocupação em oferecer cursos que tenham uma função profissionalizante. Neste caso, são estabelecidas parcerias com centros de formação profissional, que destinam algumas vagas para a população carente. Estas escolas profissionalizantes são retribuídas financeiramente pelo Estado, seja por meio do pagamento das mensalidades, seja pela isenção de impostos. Os cursos oferecidos são variados: cabeleireiro, corte e costura, panificação, marcenaria, entre outros. Há, inclusive, jovens que já exercem alguma atividade remunerada. A própria equipe se encarrega de firmar parcerias e elaborar contratos temporários para os adolescentes.

Uma vez na Casa de Acolhida, o jovem deve obedecer a determinadas regras e horários. Também é exigida a participação nas atividades propostas, de modo a possibilitar maior sociabilidade entre o grupo e o preenchimento do tempo destes jovens. Não é permitida a saída sem acompanhamento de algum responsável, no caso, de algum educador social. O jovem que está na *Casa de Acolhida* fica em uma condição provisória. Os prazos de permanência variam entre seis meses a dois anos, que também são flexíveis conforme o comportamento e a integração do jovem na casa, passando a ser admitido enquanto *educando*. No período em que está neste local, a equipe técnica tenta estabelecer contato com a família e interpelar acerca da situação familiar do jovem, quando necessário[23].

Na impossibilidade de retorno familiar, o adolescente fica na *Casa de Acolhida* até conseguir uma vaga em um abrigo permanente. Uma vez internado neste abrigo, ele permanecerá até atingir a maioridade. No entanto, dele é exigida uma disciplina exemplar. Caso tente fugir, ele é sumariamente desligado da Casa de Acolhida e, conseqüentemente, da possibilidade de ir para o abrigo permanente.

Seria cabível ressaltar que estas etapas descritas aqui não seguem, imperativamente, esta ordem. A tentativa é apenas demonstrar como a juventude pobre é atendida, na medida em que o modelo assistencialista e convencionado como instituição total[24] criado pelo Estado na década de 1970

22 As equipes técnicas destes estabelecimentos são compostas por profissionais das mais variadas áreas de formação. Eles são psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, pedagogos. Todos dão um suporte para um atendimento amplo, mas que pretende respeitar a individualidade dos sujeitos e auxiliá-lo na construção de uma autonomia.

23 Há alguns casos que se faz necessário uma intervenção judicial. Pois alguns jovens vivenciando a situação de rua tiveram sua tutela retirada da família e transferida para os projetos destinados ao seu atendimento, que representam o Estado nesta situação.

(FEBEM), entrou em colapso no início dos anos de 1990. Atualmente, após a promulgação do ECA e da proliferação de projetos que se debruçam sobre a questão, apenas os infratores que cumprem medidas sócio-educativas são destinados a instituições como a Fundação CASA. Os abrigos se encarregam das crianças e dos adolescentes que têm a tutela retirada dos familiares ou que estão em situação de rua.

Quanto à política de abrigamento, prevista no ECA como um direito que deve ser assegurado[25], é necessário pontuar que há um discurso constituído e arraigado nas falas dos detentores do poder público, que vão ao encontro de criar alternativas para retirar as crianças e os adolescentes da rua, mas que se manifestam por meio da promoção de uma higienização dos espaços centrais da cidade. Em entrevista concedida ao *site Viva o Centro* [26], Floriano Pesaro, o secretário da assistência social de São Paulo em exercício no início de 2007, anunciava a inauguração de CRECAs destinados a abrigar crianças e adolescentes em situação de rua. No conteúdo de suas declarações, elencava importância da formulação destes locais na região central:

> [...] Tem que tirar da rua, sim. Criança pequena não pode ficar na rua. [...]. Crianças em situação de rua mesmo, que moram ali, que se drogam, que consomem álcool, thiner e cola - aliás é mais álcool e thiner - não são tantas. Na Rua Conselheiro Crispiniano havia 5 crianças que dormiam ali durante anos; 3 nós tiramos. Ficaram 2 mais velhas. Esse mecanismo a gente tem empregado com muita freqüência. Tira a criança da rua, leva para o Creca. De lá passa dois dias indo no Hopi Hari, no Play Center. Com essas atividades é que a gente tem conseguido dar mais ludicidade, digamos, ao trabalho. E não com trabalho na rua, como era feito por algumas organizações que, aliás, fazem um trabalho muito deficiente, sem tirar um número significativo de crianças das ruas. Com os Crecas

[24] Segundo Goffman (1974, p.11) "[...] uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada." Essas instituições impedem qualquer contato entre o internado e o mundo exterior; pois seu objetivo é excluí-lo completamente do mundo originário, a fim de que o internado absorva totalmente as regras internas, evitando-se comparações, prejudiciais ao seu processo de "aprendizagem" ou "ressocialização" - comumente usada nos dias de hoje.

[25] A política de atendimento por meio do abrigamento está prevista no Livro II - Parte Especial, Título I do ECA. Nesta parte do Estatuto estão as linhas básicas de atendimento e quem deve ser atendido pelos programas de abrigamento, uma vez que o convívio familiar é priorizado - ao menos nos termos dispostos na Lei.

[26] Disponível em http://www.vivaocentro.org.br/hp.htm, Acessado em 05/05/2008.

> tiramos 1.350 crianças das ruas: 600 que moravam mesmo e 750 que estavam no trabalho infantil. Repito: os números são muito favoráveis ao trabalho que estamos fazendo. E dá para acabar com o problema no próximo ano e meio, no máximo em dois anos. (disponível em http://www.vivaocentro.org.br/hp.htm)

Por meio destas colocações do secretário pode-se interpretar que o objetivo do referente espaço, arquitetado pela Prefeitura de São Paulo, é a retirada imediata de crianças e adolescentes que vivem a situação de rua. Isso é reforçado no momento em que ele desqualifica os demais projetos de atendimento existentes, que desenvolvem um trabalho diferente - como, por exemplo, o Projeto Travessia[27] - e expõe que há uma ludicidade na proposta de levá-los a famosos parques de diversão. Desta forma, fica clara que a política proposta é levar os sujeitos para a instituição somente para retirá-los da rua. Há que se considerar que a persuasão ocorre mais facilmente no momento em que é apresentada a oportunidade de realizar um passeio que muitos deles jamais teriam condições materiais para fazer.

Outro ponto nevrálgico desta fala é a demonstração da falta de compromisso em pensar em melhores condições de vida para a criança e o adolescente pobre. Aos programas interessa a retirada abrupta dos sujeitos que proporcionam a fealdade das ruas do centro da cidade, despertando a insegurança e a repulsa dos transeuntes. Retirá-los das ruas, é retirá-los do campo de visão da sociedade. Esse parece ser o sentido desta tentativa de liquidar o problema de forma rápida: eliminar a contraditoriedade do cotidiano das pessoas que por ali passam. No entanto, cabe questionar a eficácia destas políticas: as políticas de atendimento conseguem, de fato, retirar um número significativo de crianças e adolescentes das ruas? Elas passam pelos locais de atendimento e depois não voltam? Essas são questões que permeiam nossa discussão. Para discuti-las, seria cabível apresentar o espaço onde viviam as adolescentes que participaram de nossa pesquisa.

[27] O Projeto Travessia é uma parceria da iniciativa privada e também conta com algum recurso da Prefeitura de São Paulo. Consolidado em 1996, tinha como seu principal objetivo atender crianças em situação de rua, no espaço da rua. Hoje o projeto atua em várias frentes, sendo o PER (Programa de Educação de Rua) como um de seus principais programas. Não queremos aqui, avaliar a eficácia deste projeto; mas, como trata-se de um projeto grande e que tem uma certa experiência com a temática, julgamos necessário mencioná-lo.

2.2 A Casa das Adolescentes: a instituição

A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida em uma *Casa de Acolhida*, inaugurada no ano de 1996. A instituição é formada por duas casas grandes, onde se separam os espaços dos adolescentes - de 12 anos para cima - e os espaços das crianças - de 0 a 12 anos incompletos[28]. Essa distinção é feita pelo fato de haver uma preocupação em focalizar as atividades e o atendimento aos diferentes públicos, com necessidades específicas pela idade e, conseqüentemente, pelas experiências acumuladas. As duas casas são sobrados, separados apenas por um muro, mas não têm a mesma arquitetura, sendo bem diferentes em suas estruturas. Aquela onde ficam as crianças é bem menor da que estão os adolescentes.

As casas têm estrutura para abrigar, no máximo, quinze jovens e quinze crianças. Cada uma das casas tem dois quartos, separando meninos de meninas. Os quartos são pintados e decorados com cores e motivos, de acordo a faixa etária (infantil/juvenil) e com o sexo (motivos "femininos" e "masculinos"). Na casa destinada aos adolescentes, o quarto de meninos, por exemplo, era todo pintado de verde, com colchas de carros e times de futebol. No quarto das meninas, as paredes eram pintadas de um verde mais claro, as camas eram cobertas com colchas de flores vermelhas e havia bonecas e bichos de pelúcia em cima de seus travesseiros.

No espaço destinado aos adolescentes há uma grade que separa a cozinha das escadas que levam ao quarto. Ela se conserva trancada por correntes e cadeados, sobretudo no período noturno. Embora nada de explícito tenha sido dito a respeito disso, a impressão inferida é a prevenção das fugas recorrentes. Esse mecanismo não existe na casa onde estão as crianças.

Ambas as casas têm salas de convívio com aparelhos televisores protegidos por grades TV para o entretenimento, sendo que o horário da permanência é controlado para os adolescentes e livre para as crianças. Há um refeitório com mesas grandes, de modo que todos fazem suas refeições conjuntamente. Às vezes os educadores fazem suas refeições junto aos jovens - fato que representa uma integração e possibilita aos adolescentes um sentimento de satisfação e

28 Essa separação está de acordo com o ECA, que em seu parágrafo segundo apresenta: Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

contentamento. A comida é preparada no próprio local. A cozinha foi instalada na casa das crianças, em um cômodo separado da casa, com portas e trancas, permanecendo fechada nos momentos em que não há atividade das duas cozinheiras do local.

Ao lado do espaço onde os adolescentes fazem suas refeições, instalou-se a sala da equipe técnica com todo o seu aparato: computadores, impressoras, fax, telefone, câmeras filmadoras e fotográficas, jogos lúdicos e pedagógicos, instrumentos musicais, entre outros artefatos. Todos - tanto funcionários, quanto educandos - têm acesso livre a este local, entrando e saindo a qualquer hora, sendo que a única restrição é a utilização dos equipamentos e a sua retirada sem prévia autorização. Na maioria das vezes em que entram neste local, os educandos querem apenas conversar - fazendo qualquer coisa para obter um pouco de atenção. Essa informação é asseverada por meio das observações ao longo da realização desta pesquisa, bem como das declarações feitas pela própria equipe técnica.

A equipe técnica deste local é composta por duas pessoas de áreas de formação diferentes, para um trabalho mais abrangente: um psicólogo e um assistente social. Eles possuem o apoio de seis educadores diurnos e cinco noturnos

- que trabalham diretamente com os educandos e com o desenvolvimento das atividades programadas pela coordenação pedagógica. Também são eles que acompanham os educandos em atividades externas (shows peças teatrais, cinema, passeios, recreações) e em tratamentos (médicos, terapeutas, psicólogos). Dos educadores existentes, dois deles são ex-educandos assistidos pela instituição e que, ao atingirem a maioridade, passaram a prestar serviços para a casa. Há um coordenador e um assistente - ambos com formação em pedagogia, um funcionário de serviços gerais (manutenção) e dois encarregados pela limpeza.

Existem outros trabalhadores - cerca de oito, não são fixos - que desenvolvem oficinas junto aos educandos: musicalização (teoria musical, violão e cavaquinho); percussão nordestina e brasileira; hip hop; iniciação teatral; capoeira, maculelê e dança afro; inclusão digital (Windows e aplicativos Office). Os profissionais que oferecem tais oficinas são trabalhadores individuais, sem vínculos empregatícios com a instituição. Além deles, há trabalhos voluntários admitidos pela casa. Como a proposta é manter os educandos todo o tempo em alguma atividade, é necessário receber propostas de indivíduos ou de empresas que se disponibilizem desenvolver qualquer tipo de trabalho com os educandos - principalmente com os adolescentes.

A instituição em questão possui uma diretoria composta pelo presidente, vice-presidente, diretor-tesoureiro e secretário-presidente. Há, no sentido de auxiliar a captação de recursos e administrá-los, uma equipe formada por um coordenador administrativo e financeiro, auxiliar administrativo, coordenador de projetos, *marketing* e captação de recursos. Com exceção dos cargos da diretoria, dos oficineiros e voluntários, todos são trabalhadores contratados em regime de Consolidação das Leis de Trabalho (CLT)[29]. De acordo com os dados, para assistir o máximo de 30 educandos, o quadro de funcionários é constituído por vinte e sete funcionários fixos, oito oficineiros e mais uma média de dez voluntários. No projeto apresentado pelo presidente da Casa de Acolhida pesquisada à Prefeitura de São Paulo[30], a contrapartida da instituição segue o seguinte quadro:

Quadro 1: Estrutura e Recursos Humanos da Casa de Acolhida

Quantidade	**Descrição** **Descrição**
24	Funcionários da própria instituição com vínculo trabalhista CLT que direta e indiretamente se relacionarão com o projeto: educadores (11), Coordenador (1), auxiliar de coordenação (1), limpeza (2), cozinha (2), manutenção (1), departamento administrativo (4), psicólogo (1) e assistente social (1).
Alimentação	Fornecimento de 5 refeições diárias aos acolhidos: café da manhã, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche da noite.
Vestuário	Fornecimento mensal de vestuário aos acolhidos: roupas, agasalhos, chinelos, roupas íntimas e calçados;
Higienização e Limpeza	Fornecimento mensal de medicamentos básicos, produtos de higiene como desodorantes, perfumes, sabonetes, shampoos e creme dental
10	Voluntários realizando atividades de cunho artístico, pedagógico e lúdico.
Habitação / local de referência	Habitação digna humanizada e com higienização permanente para todos os acolhidos
Atendimento Psicológico e Social	Atendimento psicológico e social (entrevista social) individualizado
Serviço Jurídico	Serviço Jurídico, necessário à realização do projeto é provido à Moradia Associação Civil pela Lessa Vergueiro Advogados
Serviço Contábil	Serviço Contábil, necessário à realização do projeto à Moradia Associação Civil pela Fiscontex.

Fonte: Dados da própria instituição.

[29] A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) é a principal norma legislativa brasileira referente ao Direito do Trabalho e o Direito processual do Trabalho. Ela foi criada através do Decreto -Lei nº 5.452 em 01/05/1943 e sancionada pelo presidente em exercício Getúlio Vargas. Seu objetivo principal era a regulamentação das relações individuais e coletivas do trabalho, de acordo com seu artigo primeiro: "*Art. 1º - Esta Consolidação estatui as normas que regulam as relações individuais e coletivas de trabalho, nela previstas."* . Grosso modo, o termo CLT é utilizado para designar o sujeito que vende sua força de trabalho para uma empresa, entidade ou instituição. Os servidores públicos e os profissionais avulsos - os antigos autônomos - não trabalham em regime de CLT.

[30] O artigo 88 do ECA prevê a municipalização do atendimento à criança e ao adolescente em vulnerabilidade social. O município, por sua vez, por meio do Decreto Nº 40.232, de 2 de janeiro de 2001, terceiriza o atendimento, dando verbas às ONGs estruturadas para tal atendimento. Mas, tais organizações têm determinadas contrapartidas, conforme o ECA e o Decreto; pois precisam dispor de estrutura física e de recursos humanos que ofereçam atendimento adequado.

O financiamento do projeto *Casa de Acolhida* advém de convênios firmados junto à Secretaria de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo e da doação de entidades empresariais e pessoas físicas. Há, também, shows beneficentes que, ao que parece, são bem comuns no local. No balanço final do ano de 2007 constam oitenta colaboradores financeiros, totalizando uma cifra de R$1.268.332,00. Deste montante, cerca de R$ 950.000,00 são destinados aos salários, encargos sociais e despesas administrativas da instituição[31]. Nestes valores não estão contabilizadas as doações em roupas, móveis, equipamentos e alimentos.

Por meio dos valores mencionados verifica-se que a maior parte dos gastos está no pagamento dos funcionários. Com o discurso de que a eficácia do atendimento exige muitos profissionais, mas o número de funcionários é quase o mesmo que o número de acolhidos. É importante frisar que essa colocação não está sendo feita para desconsiderar a importância dos profissionais que fazem parte do processo de atendimento aos jovens.

Porém, ao mesmo tempo em que é necessário ressaltar a relevância do investimento financeiro em recursos humanos é de igual importância estabelecer uma crítica ao modo como são utilizados tais recursos. O que é amplamente observável, tanto na instituição pesquisada quanto em outras que foram visitadas no processo de execução deste estudo, é o elevado número de funcionários. De qualquer modo, investir em recursos humanos não é somente contratar funcionários; mas sim garantir condições de trabalho adequadas, elaborar planos de formação continuada e valorização profissional. No entanto, observamos que o dispêndio monetário é muito pequeno nestes aspectos. Assim, o dinheiro é mal empregado e o número de acolhimentos é, conseqüentemente, insuficiente.

Tanto as descrições acima expostas, quanto os pressupostos de municipalização das políticas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e em situação de rua - previstas pelo ECA -e a terceirização deste serviço através de repasse de dinheiro público para ONGs podem refletir uma isenção do Estado nesses problemas sócias que deveriam ser de sua competência. Conforme Boito (s/d, p.83-84), o envolvimento de ONGs à frente

[31] Os dados apresentados foram todos obtidos por meio do balanço e da prestação de contas apresentado pelo presidente da *Casa de Acolhida* em questão, elaborado em janeiro de 2008.

de políticas que deveriam ser encampadas pelo Estado, acarreta ineficiência na prestação de serviços a população:

> A focalização, com o envolvimento de ONGs e associações filantrópicas, tem criado uma aparência de participação democrática e logrado, inclusive, cooptar direções de movimentos populares. [...] A participação de ONGs e associações filantrópicas na aplicação da política social tem desprofissionalizado e desinstitucionalizado os serviços sociais tornando-os precários e incertos [...].

A precariedade e a incerteza dos serviços sociais, exposta por Boito, pode ser demonstrada por meio dos recursos concedidos pelo município às ONGs, que gerenciam os projetos voltados aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social e/ou de rua, através das licitações. Uma vez aprovado o projeto, a ONG poderá contar com os recursos disponibilizados pelo prazo de dois anos, prorrogáveis por mais cinco anos - caso não consiga financiamento de outras esferas (estadual, federal ou mesmo de organismos internacionais ou da iniciativa privada). Vejamos o texto acerca dos prazos de convênios para projetos dessa natureza, conforme está disposto pelas licitações:

> 10 - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONVÊNIO
> 10.1. O convênio a ser firmado com a organização/entidade/associação escolhida quando onerar somente fonte municipal terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses.
> 10.2. O convênio a ser firmado com a organização/entidade/associação que onerar fontes de outras esferas terá vigência até 31 de dezembro do ano vigente, podendo ser prorrogado por até 60 (sessenta) meses, condicionada a manutenção do repasse de recursos pelas demais esferas[32].

Após o período de dois anos, o projeto precisa ser reavaliado pela Prefeitura. Caso não seja renovado, as verbas destinadas àquela unidade de atendimento são cortadas, inviabilizando a continuidade do projeto e a continuidade de um trabalho

[32] Essas informações estão contidas nos Editais de abertura para seleção de projetos elaborados por organizações interessadas em assumir a responsabilidade no atendimento e no abrigamento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade. Os Editais estão disponíveis em http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/editais/0007.

que, para ser eficaz, deveria dispor de verbas para a realização de um trabalho em longo prazo - que é a necessidade da maioria dos adolescentes imersos em situação de rua.

Além disso, percebemos, por meio das nossas observações, que a população da casa é itinerante, não permitindo um trabalho contínuo - fundamental para tão propalada construção da autonomia do educando. Segundo o plano teórico apresentado pela própria instituição, o local acolhe anualmente trezentos sujeitos entre crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e em situação de rua; mas, apenas trinta, no máximo, por vez. Isso quer dizer que, no período de doze meses, passam pela casa um número dez vezes maior ao que a instituição pode acolher, demonstrando a alta rotatividade na casa. Assim, a informação dada pela instituição parece ter a intenção de demonstrar que o caráter social da instituição é cumprido. No entanto, os números apresentados evidenciam apenas que há um intenso trânsito de crianças e adolescentes naquele local.

Mas, será que todos os adolescentes atendidos são encaminhados para suas famílias ou para um destino que vislumbre a sua retirada definitiva da rua? Não seria esse o objetivo do atendimento? Seria leviano afirmar que o projeto não alcança êxito algum, mas não expor que a quantidade de jovens retirados definitivamente das ruas para alçar novos rumos para sua vida é pífia, seria igualmente imprudente. Nesse sentido, pensamos a política de atendimento na atualidade como mecanismo de manutenção desse contingente nas ruas. De acordo com Gregori, (2000, p.22):

> [...] Circulando entre os vários organismos, se virando, ele sobrevive e se protege. Mas está longe de conseguir projetar um caminho de saída da menoridade. [...] Parece ser condenado a ser, para sempre, um menino de rua."

Para demonstrar essa rotatividade e a ineficácia das políticas públicas nesse âmbito, partindo da pesquisa que foi realizada, cabe traçar um perfil das meninas que fizeram parte desta pesquisa.

2.3 As Adolescentes da Casa: o perfil das participantes da pesquisa.

Na pesquisa realizada na *Casa de Acolhida*, trabalhamos com 6 adolescentes nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto de 2007. Essas adolescentes que permaneceram na instituição em período superior a três meses participaram da pesquisa. No entanto, algumas delas tinham data de entrada anterior ao início e outras chegaram à casa posteriormente; bem como algumas delas voltaram para as casas de seus familiares, fugiram ou foram transferidas antes do término do estudo. Outras adolescentes passaram pela casa, permanecendo no local por períodos que variavam muito: de três a quinze dias; pois havia uma alta rotatividade na casa. Por vezes, ficávamos sabendo de internações por intermédio das adolescentes ou da equipe técnica, mas nem mesmo chegávamos a ter contato com a *menina nova*[33] em decorrência das fugas e transferências.

Na primeira vez que adentramos a casa para iniciar a pesquisa, fomos encaminhadas a sala de convívio dos adolescentes, acompanhadas pela coordenadora pedagógica. Era próximo da hora do almoço e as adolescentes foram chamadas para sermos apresentadas. Na ocasião, eram apenas cinco adolescentes mulheres que estavam na casa, sendo que uma delas estava no estágio remunerado[34], naquele momento; por isso, desceram apenas quatro. Ao chegarem ao local onde estávamos, a coordenadora pedagógica nos apresentou, informando-as sobre a pesquisa e dizendo que elas tinham a obrigação de participar e fazer tudo o quanto propuséssemos. Depois disso, saiu da sala, deixando-nos para que explicássemos melhor os objetivos e as tarefas que "deveriam cumprir". Na tentativa de impor-lhes a participação em algo, sem que houvesse uma preocupação em construir um sentido para isso, parecia que emergia a tentativa dos funcionários em

[33] Essa era a denominação recebida pelas adolescentes que adentravam a instituição, tanto pela equipe técnica, quanto pelos educadores e educandos.

[34] Alguns adolescentes realizam estágios remunerados, sobretudo em instituições da Prefeitura e do Estado. Esses estágios são estabelecidos, em geral, por contratos firmados entre a instituição onde o adolescente encontra-se acolhido e a organização que oferece a vaga de estágio, sendo que o adolescente presta serviços de diversas naturezas, por carga horária não superior a vinte horas semanais.

disciplinar os “educandos”, produzindo uma relação de poder sujeitando-os a uma relação de *docilidade-utilidade*. (FOUCAULT, 2002, p. 118)

Durante a permanência da coordenadora na sala, as educandas estiveram atentas e se demonstraram completamente obedientes enquanto a funcionária permanecia na sala. Quando a funcionária se retirou a atitude coletiva foi a de desconsiderar nossa presença. A obrigatoriedade explicitada na fala da coordenadora não foi aceita pelas adolescentes, que não demoraram em demonstrar sua animosidade, forjando uma resistência à disciplina imposta. Ainda que tentássemos dizer que, se não quisessem fazê-lo, ninguém as coagiria a tomar parte da pesquisa, as adolescentes tiveram certa dificuldade em quebrar essa primeira impressão deixada pela funcionária. Por algum período, negavam-se a conversar e ignoravam nossa presença. A estratégia utilizada para tentar desconstruir essa impressão de imposição difundida no primeiro contato, foi realizar atividades cotidianas junto às adolescentes. Assim, nos momentos que conseguíamos permissão da equipe técnica da casa, passamos a participar de almoços, assistir TV, acompanhá-las em oficinas e cursos que freqüentavam. No entanto, nos primeiros vinte dias da realização da pesquisa, mal conseguíamos que elas nos dirigisse a palavra e conseguíamos dialogar somente com os adolescentes homens. Após algum tempo, os educadores e a equipe técnica já havia tomado conhecimento das dificuldades que enfrentávamos.

Percebendo que não conseguiríamos construir qualquer vínculo de confiança por meio desta estratégia e não cogitando a possibilidade de solicitar a intervenção da equipe técnica - tanto por não querermos estabelecer algo de forma impositiva, quanto por considerarmos que essa atitude agravaria ainda mais a situação - tivemos a idéia de propor passeios em parques, cinema, teatros, entre outras atividades que as agradasse. Procuramos a equipe técnica[35], solicitando a autorização, explicitando que haveria vantagens tanto para as adolescentes, pelo

[35] De acordo com o parágrafo único do artigo 92 do ECA, os dirigentes do abrigo são equiparados aos guardiões, para todos os efeitos de direito. Nesse caso, a equipe técnica é responsável por decidir a respeito de qualquer um dos “educandos” que ali estiverem internados, salvo quando as deliberações advém da instância máxima do poder judiciário - o Juiz da Vara da Infância e da Juventude.

fato de que passavam muito tempo dentro da instituição, quanto ao desenvolvimento da pesquisa por conta de uma possível aproximação por conta do tempo que passaríamos juntas.

A idéia foi muito bem recebida pela equipe técnica, já que a contrapartida estabelecida para que pudéssemos permanecer na casa, seria o desenvolvimento de qualquer atividade junto aos adolescentes (uma oficina de qualquer atividade que pudéssemos desenvolver ou acompanhamento e reforço escolar) de modo voluntário. Apenas certas recomendações foram feitas pela própria equipe técnica: era necessário avisar com antecedência data, horário e o local escolhido para o passeio, uma vez que já participavam de algumas atividades propostas pela instituição; era preciso "ficar de olho" nas meninas, pois muitas tinham "tendências a se dispersar para ficar esmolando"[36]; não havia dinheiro para custear nem sequer o transporte, caso fosse necessário, mas tinham como disponibilizar ingressos de cinema e teatro que recebiam como doação e por vezes eram perdidos pela falta de funcionários ou voluntários que se disponibilizassem a acompanhar os adolescentes.

Com a permissão dada, nos foram oferecidos ingressos de cinema para um primeiro passeio. O filme era *A Estranha Perfeita*, estrelado pela atriz Helly Berry. Pedimos que chamassem as adolescentes para uma consulta acerca da disposição que tinham para a atividade que estava sendo sugerida, tomando o cuidado de solicitar que ninguém interviesse caso alguma delas não se interessasse. Ao chegarem, expusemos a proposta, explicando que o objetivo era estabelecer um diálogo com elas, por meio dos momentos que passaríamos juntas e, além do filme, faríamos um passeio pelos arredores do cinema, localizado na Rua Augusta - próximo à Avenida Paulista. A adesão foi unânime, sendo agendada a data de nosso encontro extra-instituição para a semana que se seguia; pois, naquela semana, estavam demasiadamente atarefadas - segundo elas mesmas informaram.

[36] Em muitos momentos a equipe técnica colocava a questão da *tendência a esmolar*, *tendência a perambular pelas ruas* como se fosse algo genético, que passava de pai para filho. Quando se referiam aos adolescentes dessa maneira, sempre tentavam justificar tais afirmações como se fizesse parte do caráter dos adolescentes de rua, como se fossem características determinantes e constitutivas da sua personalidade - fosse pelos genes, fosse pelo meio.

Procuramos, no dia marcado, não atrasar para buscá-las, chegando no horário exato de sairmos para o cinema. Ao chegarmos, fomos informadas por um educador que uma das adolescentes se recusou a sair, pelo fato de estar arrumando seus pertences em decorrência de uma transferência que deveria ocorrer no dia seguinte para outro abrigo. Duas delas nos esperavam. No entanto, uma ainda estava no quarto, se arrumando. Pedimos às demais que fossem lembrá-la que tínhamos horário para chegar e ainda precisávamos marcar os ingressos, mas isso não a apressou. Com trinta minutos de atraso, pedimos para as adolescentes que esperavam na sala de convívio subissem ao quarto e avisassem novamente. Ouvi alguns gritos, dizendo que todos podiam esperar, descendo logo em seguida.

Caminhamos até o cinema rapidamente. Porém, como havia um atraso grande, perdemos a primeira sessão. Marcamos os convites para a exibição seguinte - duas horas mais tarde - e sugerimos um sorvete, de modo que pudéssemos sentar e conversar enquanto esperávamos. Como aceitaram a proposta, e nesse ínterim, explicamos um pouco sobre pesquisa e nosso interesse a respeito de suas vidas, suas rotinas, suas histórias, seus dramas e seus sonhos. Mas logo fomos questionadas: “Pra que você quer saber?”. A resposta foi dada, citando que muitas pessoas se interessavam por isso, que pretendíamos estudar para mostrar à sociedade o que elas pensam, o que sentem e o que precisam para melhorar suas vidas. Foi quando, a arrebatadora questão veio: “Mas, o que isso vai ajudar a gente?”. Não conseguimos elaborar uma resposta que fosse capaz de demonstrar às adolescentes como uma dissertação de mestrado poderia *ajudá-las*, pois não esperávamos por esse questionamento; mas procuramos expor a importância de serem ouvidas, de espaços que elas pudessem falar. Assim, depois de se entreolharem, disseram que se dispunham a participar da pesquisa.

As três adolescentes que estavam presentes nesse dia, foram até o fim da pesquisa. A tabela abaixo traz informações a respeito delas, bem como das outras três participantes.

Tabela 1: O perfil da adolescentes participantes da pesquisa

NOME	Luana	Carolina	Vitória	Kelly	Cláudia	Angélica
IDADE	13 anos	13 anos	15 anos	15 anos	16 anos	17 anos
RAÇA	Branca	Negra	Negra	Branca	Branca	Branca
NATURALIDADE	São Paulo/SP	São Paulo/SP	São Paulo/SP	Fortaleza/CE	São Paulo/SP	São Paulo/SP
BAIRRO	Casa Verde (Zona Norte)	Sapobemba (Zona Leste)	São Matheus (Zona Leste)	Água Funda (Zona Sul)	São Judas (Zona Sul)	Casa Verde* (Zona Norte)
ESCOLARIDADE	6ºano/ Ensino Fundamental	6ºano/ Ensino Fundamental	4ºano/ Ensino Fundamental	2ºano/ Ensino Fundamental	3ºano/ Ensino Fundamental	2ºano/ Ensino Médio
SAÍDA DE CASA	13 anos	8 anos	11 anos	10 anos	11-14 anos**	15 anos***
VIVÊNCIA DE RUA	Não	Sim	Não	Não	Não	Sim
Nº DE INSTITUIÇÕES PELAS QUAIS PASSOU	2	3	5	4	3	5
MULTI-REINCIDÊNCIA	Não	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
USO DE DROGAS	Não	Sim	Sim	Sim	Não	Sim

* Abrigo que morou desde que tinha sete anos.
** A adolescente tem duas famílias: a adotiva e a biológica, tendo saído respectivamente da casa das duas.
*** Essa foi a idade que fugiu do abrigo onde morava.

Das seis adolescentes, Vitória, Kelly e Cláudia são as três que estavam desde o início da pesquisa. Angélica era a adolescente que tinha um estágio remunerado[37], portanto sua participação ocorria em momentos pontuais devido à falta de tempo, já que também era regularmente matriculada no 2° ano d o Ensino Médio. As demais adolescentes que participaram da pesquisa são Gisele e Andressa, se incorporando respectivamente ao serem encaminhadas para a *Casa de Acolhida.*

Os dados da tabela apresentada são auto-declarados - inclusive os nomes, que são fictícios e escolhidos pelas próprias adolescentes. Assim sendo, Carolina e

[37] No caso de Angélica, a função desempenhada era a de assistente de monitoria do Centro Cultural Banco do Brasil.

Vitória se declararam negras, enquanto Luana, Kelly, Cláudia e Angélica se colocaram como brancas. De acordo com os dados levantados pela pesquisa da FIPE, na última contagem da população de rua realizada em 2003, a maior parte deste contingente é branco e pardo.

Tabela 2: distribuição por cor da população em situação de rua na contagem em 2003.

Cor	Nas ruas		Albergados		Total	
	Freqüência	%	Freqüência	%	Freqüência	%
Branca	1237	29,4	2596	42,0	3833	36,8
Parda	1560	37,0	2213	35,8	3773	36,3
Preta	1068	25,3	1280	20,7	2348	22,6
Amarela	16	*	43	0,7	59	0,6
Outra	7	*	14	0,2	21	0,2
Sem identificação	325	7,7	40	0,7	365	3,5
Total	**4213**	**100**	**6186**	**100**	**10399**	**100**

* quantidade insuficiente para a estimação da proporção.

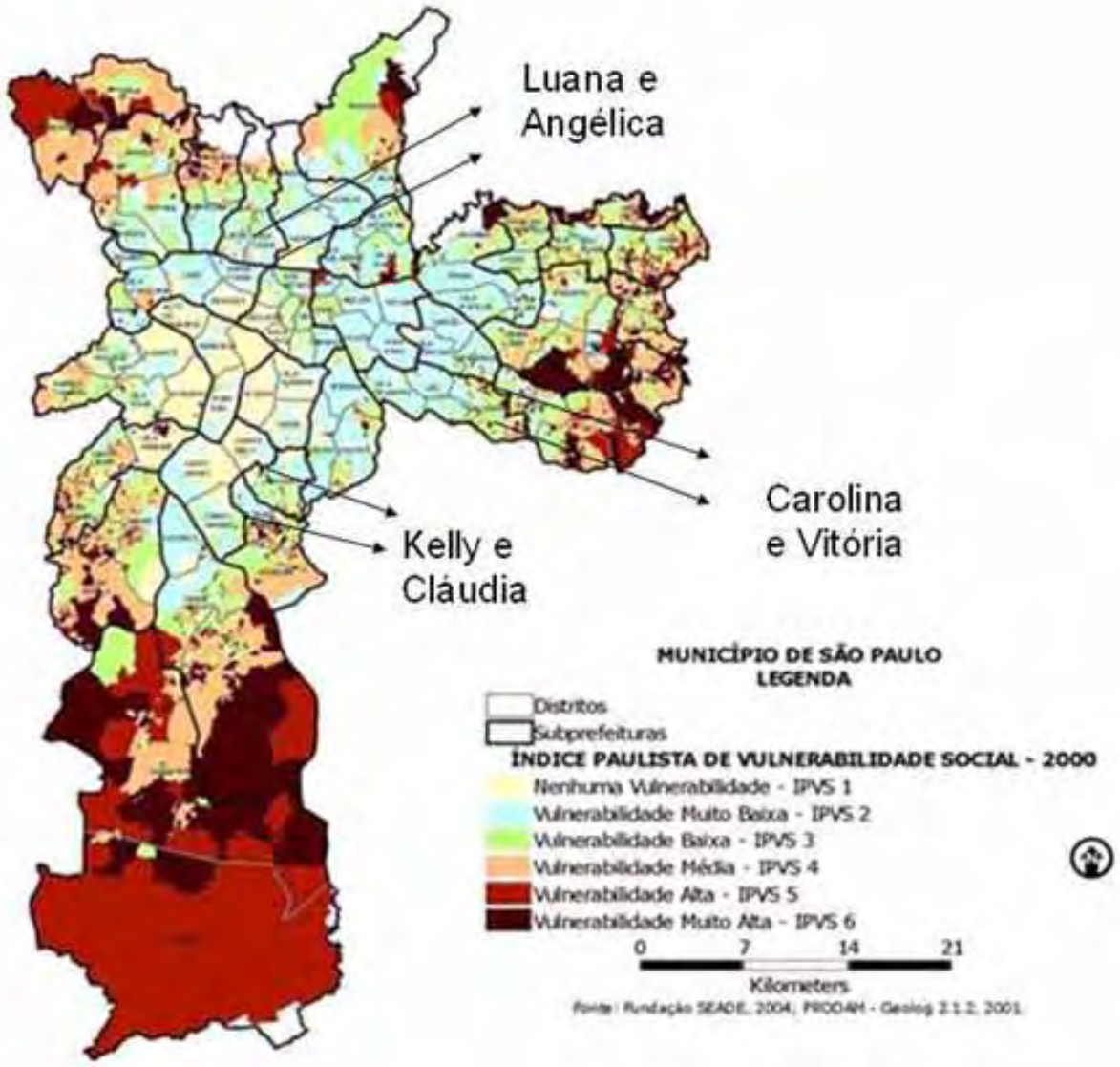
Podemos perceber que, de acordo com a Tabela 2, a maior parte da população de rua se declara como branca e parda, sendo que o percentual maior desta população encontra-se albergada. Essa não é a mesma realidade no caso dos que se declaram negros que, embora sejam em menor número, também possuem menor número de usuários dos serviços sociais oferecidos pelas políticas públicas. A esse respeito, pelo que se depreende da tabela apresentada, é necessário pontuar que as políticas públicas podem apresentar mecanismos de exclusão racial, selecionando os sujeitos para serem atendidos pelos programas sociais, embora, tal como na tabela apresentada sobre as adolescentes que participaram da pesquisa, os dados coletados pela FIPE são baseados em auto-declaração. Assim, fica a questão: por que a diferença para mais assistidos entre os brancos (42%) em

relação ao número total de brancos vistos nas ruas e menos assistidos entre os negros vistos nas ruas? Uma mera contingência percentual?

Para responder essa indagação precisamos admitir que a exclusão do negro é algo que vigora em toda a sociedade brasileira. De acordo com Segato (2005 - 2006, p.79), no Brasil há um *racismo prático* que, segundo suas próprias palavras, é algo " [...] automático, irrefletido, naturalizado, culturalmente estabelecido e não chega a ser reconhecido ou explicado." Reconhecendo a incidência de distinção entre brancos e negros em outras esferas da sociedade, podemos afirmar que exista a ocorrência de segregação dos negros nas políticas públicas direcionadas à população de rua? Dificilmente conseguiríamos uma declaração que asseverasse essa hipótese por convergirmos com a exposição de Guerrini (2009, p.313), que pondera: [...] a exclusão do negro da sociedade também decorre de um racismo velado, da vergonha de reconhecer os próprios preconceitos, o que faz com que os próprios dados da pesquisa sejam alvo de dúvidas.

Prosseguindo com a análise dos dados das adolescentes, com exceção de Kelly, todas eram naturais de São Paulo, embora Cláudia tenha morado junto de sua família adotiva, em uma cidade de pequeno no noroeste do Paraná, dos cinco meses de idade até os onze anos. Os bairro de origem das adolescentes estão dispostos nas áreas periféricas da cidade, mesmo que não sejam aquelas que apresentam maiores índices de vulnerabilidade social, como é possível depreender do mapa que utilizamos aqui para ilustrar. O mapa se refere ao último estudo da SEADE sobre a vulnerabilidade social do município de São Paulo:

Figura 2: Mapa da vulnerabilidade social na cidade de São Paulo - 2000[38].



FONTE: www.seade.sp.gov.br

[38]Os critérios utilizados pela SEADE para caracterizar os índices de vulnerabilidade foram: **1)Nenhuma Vulnerabilidade -** Renda elevada, escolaridade elevada, chefes de família mais velhos, pequena quantidade de crianças pequenas; **2)Vulnerabilidade Muito Baixa**- Segunda maior renda, segunda média de responsáveis com ensino fundamental completo, maior concentração de famílias mais velhas; **3) Vulnerabilidade Baixa** - Terceira renda nominal do chefe, terceira média de responsáveis com ensino fundamental completo, terceira maior média de idade do responsável, terceira menor média de crianças de 0 a 4 anos; **4) - Vulnerabilidade Média** - Quarta renda nominal do chefe, quarta média de escolaridade do responsável, concentração de famílias jovens, concentração de crianças pequenas; **5) - Vulnerabilidade alta:** -Pior nível de renda, pior nível de escolaridade, concentração de famílias mais velhas, pequeno número de crianças; **6) Vulnerabilidade Muito Alta** - Segunda pior renda, baixo nível de escolaridade, chefes jovens, presença significativa de crianças. (disponível em www.seade.sp.gov.br, acessado em 08/05/2009)

Nas entrevistas concedidas é possível verificar como elas se consideram no que diz respeito à situação sócio-econômica de suas respectivas famílias:

> Eu ganhava cesta básica e meu pai só ficava no bar só, o dia inteiro e ele não tinha condições de... não tinha dinheiro para pagar as contas e eu só recebia a cesta básica e fazia comida e ele passava o dia inteiro no bar. Às vezes caía na rua e alguém vinha trazer ele para casa porque eu ia para a igreja, eu chegava e ele não estava em casa, esperava ele ou ia atrás dele. Às vezes ele estava nos bares e eu ia buscar ele [...], ele era alcoólatra e ele não tinha condições de me sustentar por causa dos vícios, determinadas conseqüências e por causa da idade também, que ele não conseguia arrumar emprego. (Luana, 13 anos)

> Olha: tem o meu irmão, minha tia que tava trabalhando. Ele saiu do trabalho e tá procurando um trabalho de novo. Tem a minha tia que tá trabalhando pra prefeitura; e tem a minha avó, que faz um trampo aí - de vez em quando. Aí, quando a moça chama ela pra passar roupa, assim... aí ela trabalha. Ela também recebe um dinheiro. (Carolina, 13 anos)

> Entrevistada - É Pobre.
> Pesquisadora - *Sua tia trabalha de quê?*
> E. Ela trabalha de costura.
> P. *E o marido dela?*
> E. O marido dela agora ele tá na Bahia. Antes ele trabalhava de puxar carroça. Eu e ele e o meu outro primo, o Paulo. (Kelly, 15 anos)

> Tenho onze irmãos. São onze irmãos comigo. Minha mãe não é casada. Minha família tem... é... tem... Como é que se diz o nome? Uma boa situação assim, pras crianças; mas a minha mãe faz o possível para colocar comida dentro de casa, né? Que agora nem precisa mais né? Por que os irmãos da igreja ajuda ela. Ah, e eu e o R. *(namorado da adolescente)* ajuda ela agora. (Vitória, 15 anos)

> As duas famílias eu consigo definir, porque a minha família adotiva é um pouco desse trabalho vendendo marmitas... essas coisas assim, né? Então, é... outra coisa que eu não aceitei por causa disso. Outra que minha família adotiva eles... ah! Como eu posso explicar? Eles têm a casa deles própria... Assim, então é bastante bem de vida. A minha família daqui não tem nada.
> P. *Eles tinham uma condição melhor?*
> É. É, tinham uma condição melhor.
> P. *E o que faz sua família daqui?*
> E. Minha mão faz faxina e meu padrasto tá sem emprego agora. Meus irmãos... cada hora um faz uma coisa. (Cláudia, 16 anos)

Todas as adolescentes dão indícios de que suas famílias têm dificuldades para ofertar uma vida digna, pela questão do desemprego ou do alcoolismo. Além disso, verificamos que, na maior parte das vezes, percebe-se que as atividades exercidas para a manutenção da família, são de trabalhos incertos e de baixa remuneração. Essa descrição dada pelas adolescentes acerca das atividades desempenhadas pelas suas famílias e do desemprego nos remetem ao contexto de pobreza abordada por Vieira, Bezerra e Rosa (1994, p.21) como causas da produção da população socialmente vulnerabilizada:

> [...] Geralmente esses trabalhadores possuem uma história profissional segmentada que não se configura em torno de um ofício constituído por um processo de aprendizagem e qualificação. Além disso, não possuem a cultura do trabalho industrial legitimado pela disciplina do trabalho permanente e regular. Não têm acesso aos serviços de saúde e seguridade social e são freqüentemente dependentes de instituições públicas e assistenciais. Além disso, são estigmatizados socialmente, com base na identidade negativa e desviante dada pelo desempenho de funções pouco valorizadas socialmente.

Podemos perceber que as formas de provimento da família das adolescentes condizem com o que apontam as autoras: são ocupações de baixa qualificação, socialmente desvalorizadas e estigmatizantes. No caso de Luana e Vitória, percebemos ainda a dependência dos programas assistenciais da igreja para o sustento de suas famílias. Este quadro está bem próximo do conceito de *desfiliação* abordada por Saffioti (2004) e exposto na primeira parte da pesquisa.

Cláudia, que era a adolescente cuja família adotiva e a família biológica abriram mão da sua tutela, lamentava-se pelo fato de ter saído de casa aos onze anos com o ímpeto de conhecer sua mãe biológica e ter perdido o conforto proporcionado pela família adotiva. Apenas a adolescente Angélica não respondeu a acerca da situação sócio-econômica da família, pelo fato de ter vivido em abrigo desde os sete anos de idade, junto de seus cinco irmãos, pelo fato de sua mãe estar presa e desconhecer seu pai. Tampouco tem parentes próximos que se disponibilizaram a assumir sua tutela ou de seus irmãos.

Seguindo os dados apresentados pela Tabela 1, a escolaridade das adolescentes foi outra questão que julgamos importante analisar. Das seis

adolescentes, podemos perceber que três delas têm escolaridade compatível com a idade: Luana, Carolina e Angélica. Porém, é necessário explicitar melhor que, o que consta da tabela foi aquilo que fora declarado pelas adolescentes; mas essas informações dadas a respeito da progressão escolar escamoteiam o nível de aprendizagem. No prontuário de Luana e Carolina, bem como no caso de Kelly, constavam relatórios encaminhados pela escola que estavam matriculadas na ocasião do acolhimento. Esses documentos notificavam o vultuoso número de faltas atribuídas pelas estudantes e que seus rendimentos, em decorrência da baixa de assiduidade nas aulas e nas tarefas que deveriam desempenhar, eram muito insatisfatório. De acordo com Rizzini (1995), a freqüência e o aproveitamento escolar de meninos e meninas de rua é bastante descontínua, principalmente quando estão muito vinculados a uma vivência de rua.

Tanto Luana quanto Carolina foram diagnosticadas pela equipe técnica como não alfabetizadas, mas tinham matrícula efetuada no 6° ano do Ensino Fundamental. Por esse motivo, no período em que permaneceram na "casa" não foram regularmente matriculadas, sendo que os Educadores da "casa" buscavam auxiliá-las nesse aspecto.

No caso de Angélica, a escolaridade correspondia com as informações dadas pela adolescente. Ela cursava o 2º ano do Ensino Médio e seus rendimentos eram satisfatórios - segundo o relatório dos professores da escola onde estava regularmente matriculada. Notemos que Angélica era a única adolescente que tinha passado por longo período de internação. Isso já foi observado por outros autores. Gregori (2000) nos demonstra a reflexão acerca desta questão, dizendo que os meninos de rua

> [...] que têm melhor escolaridade a conquistaram no período em que estiveram internados em instituições[...]. Este fato não nos deve fazer pensar que as instituições fechadas sejam a solução, mas que a permanência e a estabilidade podem resultar em uma ligeira melhora na situação em relação à escolaridade, mesmo levando em conta o alto índice de repetência.

Se observarmos a Tabela 1, veremos que quatro delas foram para as ruas ainda na infância; ou seja, ainda eram crianças, conforme as disposições do artigo 2 do ECA - que considera criança o sujeito com doze anos incompletos. Somente

Luana e Angélica saíram de casa com idades mais avançadas, respectivamente 13 e 15, considerando que a última morava em um “orfanato” desde os 7 anos de idade. Observemos abaixo os motivos declarados para a precoce saída de casa:

> E. Por que eu saí de casa? Por causa que eu ficava na rua o dia inteiro [...]
>
> P. *Você vinha sozinha?*
> E. Não, os meus amigos me chamavam pra sair e eu ia de embalo. Aí agora eu sou arrependida de ter fazido isso. (Carolina)

> E. [...] eu era muito teimosa. Eu gostava de sair com as minhas amigas ela (mãe) não deixava. Aí nós pulava o portão, eu e minha irmã mais velha, e saia. Mas isso aconteceu quando o meu pai ainda era vivo, porque o meu pai também não gostava que a gente saia. Ficavam eu e meus irmãos todos dentro de casa. Aí eu não agüentava ficar dentro de casa trancada. Era uma casa de um cômodo só.
> P. *Com quantos anos você foi pra rua?*
> E. Desde os oito anos. Antes eu ia e voltava; depois eu vim e fiquei. (Vitória)

> E. Por que a minha tia me espancava. Aí eu não conseguia ficar em Casa, por que ela me espancava quase todos os dias.[...]Eu nunca fiquei fora de... ah! Fora de casa? Eu comecei a ficar com uns nove anos. Eu fui com nove anos pro abrigo, saí de casa com nove anos, fui pro abrigo aí depois eu fugi do abrigo e voltei pra casa de novo. Eu pensei que ia dar certo de novo, mas ai não deu certo. Aí eu fugi, não ela me espancou de novo aí eu chamei a polícia de novo e fui pro abrigo.
> P. *Mas você nunca ficou na rua?*
> E. Eu já virei a noite na rua, já. (Kelly)

> E. Eu morro de vergonha. Por que eu saí de casa? Porque a minha mãe, eu não me dava muito bem com o meu padrasto; aí eu acabei fugindo de casa, daqui de São Paulo né? Porque eu morava com a minha mãe biológica e... é... Então eu não dava muito bem com os meus irmãos e, principalmente, com o meu padrasto. Então eu acabei... ele acabou fazendo umas coisas que eu não gostei né! Inclusive eu até falei pra minha mãe que aconteceu, aí ela não acreditou muito em mim. Aquilo foi me revoltando, eu acabei fugindo de casa.”
>
> P. *Ele batia em você?*
> E. Até bater não, mas ele tentava abusar de mim. (Cláudia)

> [...] eu morava com meu pai, só eu e ele, era só eu e ele e não tinha mais ninguém e minha casa não tinha energia e eu vivia com dó, mas só que eu sobrevivia em casa porque eu ganhava cesta básica das irmãs da igreja e me sustentava com aquela cesta básica; e assim que eu vivia, mas meu pai não tinha condições de me sustentar porque ele bebia, ele é alcoólatra e não trabalhava, não tinha nada, ele era sem fins lucrativos, não tinha dinheiro para pagar as contas de água. Aí, até então eu fui morar com uma família, ali no Imirim, bairro Casa Verde, e eles cuidaram bem de mim. (Luana)

> Na verdade eu não saí. Eu nunca morei com meus pais, com minha mãe numa casa. A gente morava na rua. Aí tinha um grupo que entregava lanches... essas coisas na rua e o dono desse grupo ele ficou com vontade de montar um orfanato. Aí a gente foi para esse orfanato e a gente praticamente inaugurou esse orfanato. (Angélica)

Dentre as alegações dadas pelas adolescentes, podemos perceber que há diferentes fatores para sua saída para a rua: conflitos familiares, escassez de recursos, influência dos amigos e até abusos sexuais. Uma delas (Cláudia) chega a explicitar que resolveu sair de casa por que a mãe não acreditou em sua palavra quando seu padrasto tentava abusar dela. Segundo declarações da equipe técnica da casa, o fato não chegou a ser comprovado e informaram ainda que, na maioria das vezes, a questão não fica esclarecida em decorrência de uma diversidade de fatores, que vão desde a vergonha de relatar/admitir o fato, até a incredulidade das mães perante o abuso sexual. Segundo os estudos de Miranda e Yunes (2007, p.175) a respeito da atitude das mães ao se depararem fatos dessa natureza, reagem de duas formas:

> [...] a primeira quando a mãe conta sobre o abuso e a mãe não acredita ou finge não acreditar; a segunda, onde ela acredita ou flagra o abuso e reage, tomando medidas de proteção imediatas que induzem a criança à revelação. No primeiro caso, a mãe teme pela perda da unidade familiar, perda do ganha pão ou por lembranças da sua infância de abuso[...]. Esta mãe não acredita que seu marido seja capaz de abusar sexualmente da própria filha. Muitas vezes, suspeita que seja verdade, mas prefere viver na dúvida a investigar a verdade dos fatos, preferindo acreditar até que foi a filha que seduziu o pai.

Segundo a equipe técnica nos relatou, essa é uma questão imensamente delicada e de difícil abordagem. Pois, muitas vezes estão implicadas

muitas questões no mesmo caso: a mãe tem medo de perder o provedor, tem outros filhos para criar e, ainda, revela que gosta do marido; que, apesar de cometer “um erro”, é “um bom pai”. Miranda e Yunes (2007) atentam para isso, dizendo que, em alguns casos, a mãe atribui à filha a culpa pelo fato. Para Libório, Camargo, Santos e Santos (2007, p. 156-7):

> [...] responsabilizar, culpabilizar as adolescentes pela agressão vivida, provávelmente ajuda a reduzir algumas angústias [...]. A ideologia machista autoriza a crença segundo a qual as mulheres, são responsáveis pela ocorrência de qualquer forma de violência e violação dos direitos sobre ela própria, quando cometida por um homem.

No caso de Cláudia, que não possuía vínculos com sua mãe biológica, pois vivera junto dela apenas um ano de sua vida, a questão foi ainda mais latente. A adolescente tinha sido adotada com menos de um ano de idade e fugiu da casa da família adotiva, aos onze anos, porque queria conhecer a mãe biológica. Em decorrência de fatores que não constavam dos prontuários, desconhecidos da equipe técnica e que ambas as famílias se negavam a relatar, a adolescente passou pela casa de diversos parentes consangüíneos, até que foi morar com sua mãe biológica. Após três meses, fugiu e foi acolhida em um Centro de Referência - o CRECA Ipiranga. Voltou para a casa de sua mãe, e voltou para o abrigo alegando sucessivas tentativas de abuso sexual por parte do padrasto. No entanto, não conseguiu sustentar sua versão dos fatos quando foi confrontada pelo padrasto e sua mãe não acreditou em seus relatos. Nenhuma investigação a esse respeito foi levada adiante.

Embora apenas Cláudia tenha relatado sobre essa possível tentativa de abuso sexual, Carolina e Luana se sentiram constrangidas ao responderem esta questão. Para a equipe técnica, era possível que essa violência tivesse ocorrido com ambas as adolescentes e que isso fosse recorrente; mas pontuaram que não há qualificação dos profissionais para lidar com essa questão. Libório, Camargo, Santos e Santos (2007) constataram, em pesquisa realizada junto aos corpo docente de uma escola pública, este despreparo em relação ao cotidiano de indivíduos vitimizados por abusos sexuais - seja por não conseguir identificá-los, seja por falta de informação que viabilize a desconstrução de pré-conceitos e estereótipos

construídos acerca da questão.

Outro fator que ficou evidente em algumas falas, em entrevistas e análises de prontuários foram as multirreincidências das adolescentes. Como multirreincidência estamos considerando a reincidência de sua passagem e/ou internação em um ou mais programas de atendimento/ acolhimento, ou seja, as múltiplas passagens em entidades assistenciais ou organizações que prestam serviços à população de rua. Nesse sentido, todas as adolescentes apresentam passagens por mais de uma instituição e, em alguns casos, mais de uma vez no mesmo local de atendimento. De acordo com suas declarações, confirmamos essa multirreincidência:

> P. Você passou por algum outro abrigo antes daqui?
> E. Passei pelo CRECA Ipiranga.
> P. Só pelo CRECA Ipiranga?
> E. É... CRECA Ipiranga (Carolina)

> Ela (*a irmã*) me levou para o Conselho Tutelar. Cheguei lá não era nada disso que ela tinha falado. Ela só me deixou e foi embora... foi embora. Aí a perua do CAPE me levou para o CRECA - Centro e agora, do CRECA - Centro eu estou lá neste abrigo. (Luana)

> Eu fiquei já, na Estação Cidadania, Acolhimento Cidadão, o CRECA Ipiranga e aqui agora. (Kelly)

> Estive. Eu passei no CRECA Ipiranga; aí do CRECA Ipiranga eu passei para o... como é o nome? Fui pro Estrela da Manhã; do Estrela da Manhã e vim para cá e estou até hoje. (Vitória)

> Na Criança Cidadã. Inclusive foi a primeira, o primeiro abrigo que eu passei quando eu fugi de casa, né? Daí eu passei num segundo que foi o CRECA Ipiranga, né? E agora aqui: o terceiro. (Cláudia)

> Eu fiquei no orfanato onde eu morei, que era a casa de amparo ao pequeno São João Batista. Fiquei dos sete aos quinze anos, depois eu fugi de lá e fiquei na rua um tempo. Fui para o CRECA Casa Verde. Fugi do CRECA Casa Verde. Fui para o Joselito. Do Joselito eu fui transferida para o CRECA Centro e do CRECA Centro pra cá. (Angélica)

Conforme as falas das adolescentes, verificamos que a maior parte delas declara que foram usuárias de diversos programas de atendimento. Mesmo assim, ainda há omissões na quantidade de locais pelos quais passaram, pois, de acordo com os prontuários. Algumas delas não declararam todas as instituições pelas quais passaram. Por exemplo, Carolina afirma esteve em apenas um abrigo; mas em seu prontuário constam múltiplas passagens no CRECA Ipiranga, no CRECA Centro e uma no CRECA Butantã.

Neste cenário, podemos perceber que esses organismos, contradizendo as disposições do ECA, não realizam a reintegração familiar e tampouco conseguem solucionar ou minorar o problema da criança e do adolescente em situação de rua, se demonstrado ineficazes e inoperantes quando analisamos os prontuários dos "educandos" que se encontram acolhidos e as vozes destes. As múltiplas passagens, que se repete nos diversos espaços de atendimento pulverizados pela cidade, demonstram que as adolescentes não rompem com a situação de rua. Esses espaços acabam se configurando como parte da tática da *viração* dos sujeitos vulnerabilizados, viabilizando sua perpetuação. Assim, como expõe Gregori (2000, p.213) em suas reflexões, tais instituições sociais funcionam enquanto uma estratégia de sobrevivência dessas pessoas e não têm cumprido o papel pelo qual foram criadas, tornando-se, no máximo, um campo de disputa política e de instrumentalização dos sujeitos imersos nessa condição:

> Contudo, esse circuito institucional mostra-se perverso, por que se revela incapaz de converter essa atenção em estratégias e coalizões que permitam redesenhar o trançado deste emaranhado, trazendo soluções. Afinal, [...] a disputa de poder e recursos políticos presente nas ações governamentais e não governamentais [...] transforma a intenção de conceber crianças e adolescentes como sujeitos, fazendo-os meros objetos das intervenções públicas, vulneráveis a toda sorte [...].

Conforme expusemos no breve histórico acerca das políticas públicas erigidas e direcionadas para a população de rua, verificamos os interesses que estavam em voga desde as políticas assistencialistas, com a roda dos expostos, passando pela assistencial-higienista no começo do século XX, com os orfanatos e casas correcionais, pela fase institucional nos anos de 1960, no momento da criação da FUNABEM e da FEBEM, até a desinstitucionalização, com o advento do ECA.

Buscamos expor certas contradições e lacunas existentes nas formulação e interpretação das leis que asseguram os direitos da criança e do adolescente e que conduzem as políticas públicas a eles direcionadas. Assim, por meio das reflexões suscitadas pela pesquisa, pudemos perceber um pouco a dinâmica dos programas de atendimento à população de rua, bem como compreender que a multirreincidência é uma realidade entre os usuários desses serviços sociais. Nesse sentido, convergimos com Gregori (2000) e apontamos a ineficiência das instituições na solução do problema do adolescente em situação de rua.

Além disso, observamos outros aspectos da vivência e da sobrevivência das adolescentes que aqui apresentamos. Há aspectos importantes que foram observados acerca do *ser* mulher, do como se percebem enquanto mulheres e quais são as especificidades de sua vivência em relação aos rapazes. Existem, ainda, outros fatores a serem levados em consideração, como a relação com suas famílias, com a rua, a acepção e conflitos com a polícia, o uso de drogas, a inteiração com os funcionários e com seus pares dentro do abrigo, seus sonhos e perspectivas para o futuro. Essas questões serão abordadas a seguir, na tentativa de complexizar um pouco o perfil das jovens mulheres que participaram da pesquisa.

CAPÍTULO 3

O circuito comum e as trajetórias distintas

3.1 O *ser* mulher e a rua

Nos anos de 1949, Simone de Beauvoir, publicava o *Segundo Sexo* explicitando das reflexões mais importantes no que tange a temática da mulher; afirmava que ninguém nascia mulher, mas que se tornava uma. Ou seja, o que consideramos *ser* mulher está intrínseco aos aspectos culturais e educacionais, a valores construídos e ideologicamente difundidos, assim como *ser* homem.

A concepção do que é *ser* mulher na atualidade foi fundamentada a partir do advento da modernidade, por meio da separação entre o público e o privado. Essa demarcação, decorrente do modo de vida burguês, passou a reger a sociedade e exercer uma função fundamental na legitimação da divisão de papéis sociais de acordo com o sexo biológico dos indivíduos. Ou seja, a distinção entre mulheres e homens de acordo com características de seus corpos (fatores biológicos), os quais definem as ações a serem desempenhadas por cada um deles na sociedade. Assim, as atribuições do feminino e do masculino são delimitadas, obedecendo às diferenças estabelecidas pela natureza. O aspecto biológico se transforma em uma marca social, acompanhando os sujeitos desde a tenra idade, até o final de suas vidas.

Essa marca social foi cunhada para afirmar que o sexo biológico se iguala ao sexo social de maneira determinada. Isso decorre de um longo processo sócio-cultural, que naturalizou a delimitação dos papéis que deveriam ser desempenhados pelo sujeito portador do sexo feminino e pelo sujeito portador do sexo masculino. De acordo com Saffioti (1987, p.11),

> [...] praticamente tudo que cerca as populações traz o carimbo sociocultural. Não basta, entretanto, conhecer a capacidade humana de transformar o reino natural. É preciso atentar para o processo inverso, que consiste em naturalizar processos socioculturais.[...].

Mas a naturalização dos processos sócio-culturais é algo muito recorrente, como já fora evidenciado, no que diz respeito às atribuições sociais do feminino e do masculino. À mulher se reservou o espaço privado - o âmbito doméstico e o cuidado com a prole; enquanto que ao homem cabia o espaço público, o âmbito político - o que lhe conferia maior visibilidade na sociedade. Seguindo com o raciocínio, Saffioti

(1987, p.11) aponta que essa diferenciação acaba por legitimar a opressão da mulher, uma vez que

> Dada a desvalorização social do espaço doméstico, os poderosos têm o interesse em instaurar a crença de que este papel sempre foi desempenhado por mulheres. Para a solidificação desta crença, nada melhor do que retirar desta atribuição de papéis sua dimensão sócio-cultural. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se características "naturais" destas funções.

Apesar de muitos esforços e avanços para combater e desconstruir o discurso da naturalização, inclusive por meio de estudos acadêmicos e de lutas sociais travadas, a internalização destas concepções apareceu de forma latente na vivência das adolescentes que fizeram parte desta pesquisa. De acordo com as suas falas, percebemos o quanto essa naturalização permanece arraigada no imaginário acerca dos papéis da mulher na sociedade, construídos a partir de seus valores e experiências. Em muitos momentos, foi possível perceber falas contraditórias a respeito desta questão. De acordo com as respostas sobre o que era ser mulher e o papel da mulher na sociedade, foram obtidas respostas tais como:

> Mulher é aquela que cuida, que não deixa acontecer nada com seu filho [...]. Dar valor no marido também, essas coisas. (Kelly)
>
> ---
>
> Cuidar da casa, cuidar dos filhos... esse é o papel da mulher. (Angélica)
>
> ---
>
> [...] a mulher gosta muito de ficar em casa e o homem gosta de sair. Por enquanto, é isso que eu acho. (Carolina)

Observando as falas das adolescentes, verificamos que estão em consonância com dois aspectos: a mulher é destinada a maternidade e prefere permanecer no espaço privado. Evidentemente que estas falas não são monofônicas e podem ser apenas discursivas; pois não se pretende afirmar que socialmente não houve certos avanços no desmonte destes discursos. Mas é importante desvelarmos

que, de alguma maneira, ele ainda paira e permeia as sociabilidades dos sujeitos que compõem a sociedade - sejam homens ou mulheres. Essas falas instigam o questionamento: será que essas compreensões das meninas estão ligadas às suas práticas?

Verificamos, durante o período da coleta dos dados na instituição onde se encontravam acolhidas as adolescentes, que essas práticas são muito difundidas. As tarefas domésticas eram distribuídas, pela própria equipe de atendimento, apenas entre as meninas, que conformavam uma minoria numérica dos sujeitos acolhidos. Aos meninos ficava designado lavar a louça que utilizavam para a sua refeição (prato, talheres e copo) e sua própria roupa, de modo que pudessem "ajudar" na manutenção da limpeza da casa. O restante (varrer, limpar, passar pano) era de incumbência das meninas. Gregori (2000, p.128-9) fez a seguinte observação a respeito da relação entre meninos e meninas imersos em situação de rua:

> Tanto os meninos quanto as meninas têm que aprender os códigos de vivência na rua e desenvolver habilidades para sobreviver, não correr riscos, se "virar". As meninas não são protegidas ou poupadas na dinâmica do cotidiano. Não são figuras que se assemelham a "mulher de bandido" ou àqueles personagens femininos que acompanham as gangues juvenis que são objetos de disputa entre os machos. Há uma certa igualdade de condições. Contudo, existem tarefas que apenas as meninas realizam - lavar roupa, cuidar dos pequenos -, beneficiando-se de alguns recursos materiais ou simbólicos de seu prestígio junto a eles, não havendo outras divisões claras entre o que deve ser feito pelos meninos ou pelas meninas para viver na rua.

Essa análise se refere ao trabalho de campo realizado por Gregori (2000), que condiz com a realidade com a qual se deparou no cotidiano das ruas. No espaço do abrigo, verificamos certa similaridade com o quadro exposto pela autora: há certa igualdade de condições, mas algumas tarefas são atribuídas às mulheres, pelo fato de *serem* mulheres e naturalmente dotada de atributos tipicamente femininos. No abrigo, não cuidavam das crianças - que eram apartadas dos adolescentes, mas eram responsabilizadas por algumas tarefas domésticas especificas. Percebemos, ainda, que alguns dos cursos e oficinas oferecidos pela Casa de Acolhida para as meninas, eram condizentes com a condição feminina. Alguns deles eram masculinos (como construção de instrumentos: berimbau, alfaias e outros), outros femininos

(como artesanato, corte e costura e confecção de bijuterias) e alguns mistos, no caso das atividades voltadas para dança, capoeira, hip-hop e musicalidade.

Voltando às falas acerca do papel da mulher, percebemos indícios de contraditoriedade nas falas proferidas pelas adolescentes entrevistadas, a qual pode demonstrar que há, entre elas, uma tentativa de romper com essa naturalização do papel da mulher. Embora a adolescente Angélica tenha colocado que o papel da mulher na sociedade é restrito ao espaço do lar, ao ser questionada pela postura contrária que sustentou durante a sua entrevista, defendeu a inversão dos papéis entre sujeitos oprimidos (mulheres) e opressores (homens) como forma de pôr um fim à subordinação, fortemente construída na sociedade pós-industrial e que deixou os resquícios para a contemporaneidade. Ou seja, para que a mulher não seja mais alvo da opressão masculina, é necessário que ela coloque o homem em situação de submissão:

> P. *Esse é o papel da mulher? Mas você disse que não é assim. Então, qual o papel da mulher para você?*
> E. Sair pra trabalhar e deixar o homem cuidando da casa**.** (Angélica)

Esse discurso, aqui reproduzido por uma das adolescentes que participaram da pesquisa, defende a simples inversão de papéis sociais estabelecidos. Ele consegue atingir certa ressonância na sociedade, sendo difundido pelo senso comum. Seria cabível expor que este tipo de proposição como forma de dar cabo à questão da opressão não avança no sentido da (des)naturalização das diferenças sociais, mas sim da construção de novos oprimidos. Desta forma, é necessário ressaltar que esta premissa não é ponderada para o estabelecimento da efetiva igualdade entre homens e mulheres. Se pensarmos de acordo com as palavras de Lênin (1981, p.59) “não se pode assegurar a verdadeira liberdade, não se pode edificar a democracia [...] se não chamarmos as mulheres ao serviço cívico, na militância, na vida política, se não a tirarmos da atmosfera do lar e da cozinha.” Fazer uma inversão da lógica vigente, onde a mulher é subjugada, seria trocar os papéis; ou seja, uma medida simplista, baseada nos mesmos valores, sem vicejar qualquer transformação da ordem social.

A produção sócio-cultural da distinção das atribuições sociais a partir de uma

perspectiva biológica, tão forte ainda hoje, foi embasada por saberes construídos, que as legitimaram cientificamente e conferiram a autenticidade necessária. A diferença social entre o sistema feminino/masculino foi validada por meio da produção de verdades estabelecidas pelo conhecimento científico médico. Como coloca Soihet (2000, p. 80), Cesare Lombroso, conceituado criminologista italiano do século XIX, estabeleceu teorias que visavam demonstrar a superioridade masculina em detrimento do feminino:

> [...] Lombroso, cujas idéias estavam revestidas de forte teor evolucionista, apontava na mulher inúmeras deficiências, além de atribuir-lhe fortes traços de perfídia e dissimulação. Ele afirmava que a mulher era menos inteligente que o homem, explicando que a presença da genialidade nesse sexo, por uma confusão de caracteres sexuais secundários, faria a mulher parecer um homem disfarçado. Era a mulher dotada de menor sensibilidade nos mais diversos âmbitos, especialmente na sexualidade. Dentre as razões que apresentava para comprovar tal afirmação, enumerava a raridade das psicopatias sexuais nesse sexo e a sua capacidade de manter a castidade, por longo tempo; atitude impossível de exigir-se dos homens. Assim, justificava que as leis contra o adultério só atingissem a mulher, cuja natureza não a predispunha a esse tipo de transgressão. [...].

Assim, para Lombroso, como a mulher era dotada de menor sensibilidade sexual, as leis relacionadas ao adultério deveriam regular apenas as mulheres tendo em vista que os homens, com predisposição natural ao adultério, estariam livres de penalizações. Essa teoria não foi totalmente desconstruída; pois, ainda nos dias atuais percebe-se que a sociedade é permeada por esses discursos produzidos no século XIX, sobretudo à representação social do papel da mulher.

Na tentativa de desmistificar essa *biocategorização*[39], algumas reflexões começaram a ser elaboradas. É neste ínterim que surge outra categorização para o sistema masculino/ feminino, embasado no conceito de sexo na esfera social, a categoria *gênero*, utilizado pelas feministas para lançar luz ao debate e escapar da biocategorização.

Uma das características das relações de gênero é a existência de desigualdades sociais entre homens e mulheres, que se manifestam pela

[39] Este conceito de biocategorização é utiliado por Peyre e Wiels (1997) para criticar as diferenças sociais legitimadas pelos aspectos biológicos. É empregado pelas autoras em um sentido equivalente à biologização dos papéis sociais.

valorização e significações diferenciadas considerando ambos os sexos. Assim, “[...] temos que as relações de gênero concretizam relações de poder, apoiada em assimetrias, hierarquias, significações desiguais de masculino e feminino.” (DUQUE-ARRAZOLA,1997, p.351)

Rizzini (1994) expõe que tal categoria surge no fim do século XIX, a fim de indagar os paradigmas científicos que pretendiam analisar as origens e as causas da dominação/exploração masculina e subordinação/dependência feminina. Convergindo com Rizzini, Scavone (2001, p. 8) aponta um campo das Ciências Sociais que se ocupa da situação social das mulheres.

> [...] A emergência desse campo do saber coincide com as mudanças advindas na produção do conhecimento científico do final dos anos de 1960 em diante, embora já encontremos nos meados dos anos 40 trabalhos pioneiros sobre o assunto. A partir dos anos 80 esses trabalhos começaram a ficar conhecidos como estudos das mulheres e estudos de gênero, principalmente nos meios acadêmicos com maior influência americana. Nos países francófanos eles ficaram conhecidos como estudos sobre as relações sociais de sexo.

Por sua vez, Duque-Arrazola (1997) afirma que o gênero é uma construção social e histórica, onde os papéis do masculino e do feminino são internalizados apoiando-se em características particulares da sociedade na qual os sujeitos estão inseridos.

Para Duque-Arrazola (1997), Rizzini (1994), Scavone (2001) entre outros autores que trabalham a partir desta categoria, gênero é uma construção social produzida por meio de relações estabelecidas pelos sujeitos, recebendo influências da família, da escola e de outras esferas sociais. Essa construção é central no processo de formação da identidade social, principalmente a construção de gênero, conforme aponta Libório (2003, p.65)

> A construção da identidade e subjetividade masculina e feminina recebe influência de gênero, a tal ponto que a elaboração dos traços de personalidade, atitudes, valores, necessidades e sentimentos de ambos os sexos que se expressam nos modos de ser, pensar e se relacionar também estão assentados naquilo que é considerado como pertinente e, portanto, atribuído ao masculino e ao feminino.

Porém, apesar da questão da opressão da mulher entrar na ordem do dia das

reflexões em âmbito acadêmico - a partir dos anos de 1960, com o crescimento e a expansão dos Movimentos Feministas[40] - a categoria gênero vem sendo utilizada de um modo indiscriminado e, portanto, pouco eficaz na efetivação deste propósito. De acordo com Heilborn (1992, p.94)

> [...] Se, de um lado, a valorização do tema da mulher é, sem dúvida, salutar, de outro, andamos tropeçando em material de pouca reflexão e até mesmo de mimetismo do discurso militante, ainda que este tenha méritos incontestáveis. [...] Passou-se a estudar a mulher em tudo que é lugar e sob os mais diferentes ângulos. Depois de examinar a presença feminina, passou-se agora a falar de gênero. Do sexo, passou-se ao gênero, mas a categoria tem sido usada sem a percepção do alcance que deve ter como imbricada a um sistema relacional [...].

A exploração-dominação das mulheres é possibilitada por meio do poder estabelecido, que se manifesta de maneira relacional, nas ações cotidianas travadas entre homens e mulheres. Com isso a categoria gênero se demonstra lacônica para dar conta da naturalização dos processos históricos em torno da complexa questão, por pressupor a equalização entre as diferenças constituídas pela biocategorização, processadas pelo sistema relacional citado por Heilborn (1992). Não obstante, é necessário pontuar que a exploração-dominação também se apresenta por meio da subordinação das minorias sexuais, das minorias étnico-raciais, das camadas subalternas[41]. Desta forma o conceito é demasiadamente genérico para a reflexão da realidade concreta.

Nesse sentido, considerar-se-á a compreensão de Saffioti (2004, p.43), que o concebe como um conceito “por demais palatável, por que é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro”. Não se trata de abolir o conceito por completo, mas de não utilizá-lo de uma maneira exclusiva, como há muito vem sendo feito, sobretudo por algumas teóricas feministas. Assim, abarcaremos as

[40] Até a metade do século XX o debate sobre a questão da mulher se apresentava de maneira esparsa e incipiente. É bem verdade que Simone de Beauvoir, quando escreveu o Segundo Sexo (1949), impulsionou a reflexão acerca da temática. Já no século XIX, anteriormente a esse consagrado marco do feminismo contemporâneo, havia discussões que se debruçavam sobre a problemática da opressão feminina. É a partir da organização do Movimento Feminista - que não se constitui em uma unidade de idéias, comportando várias correntes de pensamento até os dias atuais - nos anos de 1960, que a questão da mulher começou a ganhar corpo e, conseqüentemente, visibilidade nas produções acadêmicas. No entanto essa ainda é uma temática majoritariamente produzida por mulheres.

[41] Ao pontuar as chamadas minorias, não estamos nos referênciando a minoria numérica; mas sim a grande parte da sociedade que está submetida a uma minoria que detém a hegemonia ideológica.

proposições de Saffioti (2004, p.44) onde pensar o patriarcado e a ordem patriarcal de gênero deixa desanuviado o vetor da dominação-exploração.

> [...] O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário, como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade, nem da neutralidade, e deixa propositadamente explicito o vetor da dominação-exploração. Perde-se em extensão, porém ganha-se em compreensão.[...].

Para a autora é indispensável, na reflexão acerca da sociedade brasileira, admitir duas premissas a respeito do poder político e econômico: *ele é macho e branco.* Isto é, há uma hierarquização social que não está pautada somente na questão do gênero; mas também na questão da raça e da classe social. Para ela (Saffioti, 1987, p.11) a história é, desta forma, socialmente construída pelas classes dominantes de modo a produzir

> [...] a naturalização dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais construindo o caminho mais fácil e curto para legitimar a ”superioridade” dos homens, assim como a dos brancos, a dos heterossexuais, a dos ricos.

Por isso pontua que as condições de vida da mulher, pobre e negra no país são as piores possíveis. Podemos perceber, em uma das entrevistas concedidas pelas jovens - mulher, pobre e negra - que essa delimitação fica clara.

> P. *Eu quero saber o que você acha de ser uma mulher? Como é ser uma mulher?*
> E. Ah, é normal.
> P. *Normal?*
> E. Tem diferença. A diferença é que cada mulher pensa de um jeito. Tudo tem igual; menos a cor. Tem as negras, tem as brancas. Mas cada uma pensa de um jeito. (Vitória)

Esta adolescente deixa claro que sente as delimitações consolidadas entre o que é ser uma mulher branca ou uma mulher negra na sociedade brasileira, que é muito dramática, conforme aponta Toledo (2005, p.84)

> A maioria das mulheres que vivem em favelas no Brasil são negras, bem como a maioria das que trabalham. Dentro do conjunto da população trabalhadora, a mulher negra conforma o contingente mais explorado e oprimido. Na ordem inversa da pirâmide social, ela tem acima de si todos os setores sociais. Vem abaixo da mulher

> branca, do homem negro e do homem branco, recebendo em média menos de dois salários mínimos por mês. [*a mulher negra*] é sempre a primeira a ser demitida diante do menor índice de crise. Assim, conforma um grande exército industrial de reserva de força de trabalho disponível e barata para as empresas capitalistas.

De acordo com Toledo (2005), a mulher negra experimenta várias formas de opressão, sobretudo quando fazem parte das camadas sociais mais pauperizadas. Percebemos que, de algum modo, a adolescente Vitória tem consciência dessas diferenças acerca de sua condição na sociedade brasileira, apontando que as mulheres pensam diferente em decorrência da cor de sua pele.

Resgatando os dados da Tabela 1, que trouxe os dados sobre as adolescentes, embora todas relassem suas *idas* para a rua, apenas duas delas, Carolina e Angélica, alegaram possuir vivência a situação de rua. Nas entrevistas concedidas, bem como nas conversas informais que eram travadas, toda vez que tentávamos abordar a questão de suas vivências na rua, as adolescentes se esquivavam e não respondiam. Ainda que não tenham respondido a respeito, declarando não ter vivência de rua, seus relatos deixaram lacunas. No caso de Vitória, por exemplo, apesar de afirmar que não tinha passado pela rua, referiu que desde os oito anos de idade saía e voltava para casa. Esse é o mesmo discurso adotado por Kelly, que permanecia e até pernoitava na rua desde que tinha nove anos de idade para fugir dos espancamentos da tia.

Refletindo acerca desta questão, pudemos perceber a insistência que tinham, na maior parte das vezes em que abordávamos a situação e a vivência de rua, que elas se apressavam em negar, repetindo sempre uma frase: *Eu não sou menina de rua!* A única adolescente que nunca proferiu palavras semelhantes foi Angélica. Todas as demais o fizeram. Isso nos chamou a atenção. Pois o *ser uma menina de rua* significa carregar uma série de estigmas, os quais as adolescentes queriam negar. Mas o que chamou a atenção foi a resposta obtida acerca da pergunta “O que é ser uma menina de rua?”, que não fez parte da entrevista que foi gravada. As respostam demonstravam a intenção que tinham em se desvencilharem de uma marca das ruas, ao mesmo tempo em que reproduziam os preconceitos que as impuseram tais estigmas; pois não titubeavam em dizer que menina de rua era “vagabunda”, “piriguete”, “galinhas” e que “não prestavam”.

Essas concepções expostas pelas adolescentes são uma reprodução dos estigmas que, geralmente, incidem sobre os moradores de rua, alinhados com outros tantos que se remetem a sua condição de gênero, pois, de acordo com Matos e Ferreira (2004, p. 47), corriqueiramente:

> Observa-se [...] a existência de representações sociais pejorativas, em relação à população em situação de rua, que se materializam nas relações sociais. Vagabundo, preguiçoso, bêbado, sujo, perigoso, coitado, mendigo... São designações comuns dirigidas às pessoas em situação de rua.

Mas, como se formam as representações sociais elencadas pelas jovens? Seguindo as reflexões de Matos e Ferreira (2004, p.48) elas são "[...] modelos compartilhados pelas pessoas em suas relações cotidianas [...]"; ou seja, é na relação como o outro, que constroem as concepções de si mesmas. No caso das adolescentes, podemos perceber como se forma essa concepção na relação que travam entre seus pares, através das observações de Gregori (2000, p. 129):

> [...] os meninos afirmam constantemente que as meninas de rua não podem ser levadas a sério, que elas não são boas para casar (são galinhas, servem apenas para "afogar o ganso" etc.). Preferem como "companheiras ideais" as moças virgens, "de família", que trabalham e estudam, que moram com os pais.

Podemos verificar a reprodução de valores constituídos pela desigualdade que rege as relações entre homens e mulheres; afinal, como lembra Lemgruber (1983,p.102), "[...] embora possa se vislumbrar mudanças, a ideologia patriarcal dos séculos da nossa história tem reservado à mulher a função de 'mãe' e 'esposa' no reduto do seu 'lar'."

Esse pode ser um dos motivos para as adolescentes, de modo geral, não estarem dispostas a relatar questões referentes à sua sexualidade. Vimos que, esse assunto era tratado ora de forma muito jocosa, ora de forma muito constrangedora pela maioria das adolescentes.

> P*. Entendi. E você... tem algum namorado?*
> E. Eu? (risos) Eu... se eu tenho algum namorado?
> P*. É?*
> E. Tenho.
> P*. Tem?*

E. Tenho.
P*. E ele mora lá na casa também?*
E. Não.
P*. É... você tem relação sexual com o seu namorado?*
E. Como assim?
P*. Faz sexo com o seu namorado.*
E. Não. Jamais.
P*. Porque não... jamais?*
E. Eu não gosto... de fazer isso!
P*. Mas você já fez?*
E. Não.
P*. Então como você sabe que você não gosta?*
E. Por que não... Credo! Pras pessoas ficar falando aí. (Carolina)

P*. E você tem algum namorado?*
E. Eu, graças a Deus não.
P*. Não?*
E. Nem ficante, nem ninguém.
P*. Você já teve relação sexual com alguém?*
E. Nunca tive. (Luana)

P*. Você tem algum namorado?*
E. Tenho.
P*. Há quanto tempo vocês namoram?*
E. Vai fazer dois anos dia 7 de agosto.
P*. Ele mora aqui também?*
E. Não ele já foi daqui. Transferiram ele para o Joselito, que é outra casa de acolhida.
P. *Vocês têm relação sexual?*
E. (risos e gestos indicando que não)
P. *Fala, senão o gravador não escuta.*
E. Não! Não! Não! (risos) (Vitória)

Em suas falas, as adolescentes tentavam evitar o assunto, com respostas curtas e bem constrangidas. Todas negaram manter relações sexuais, mesmo aquelas que alegaram ter um parceiro, um namorado. Percebíamos o desconforto que sentiam quando falávamos a respeito do assunto, tanto no momento das entrevistas, quanto em nossos passeios e conversas individuais. A reação das moças pode ter sido influenciada por uma repressão sexual, passível de ser identificado na sociedade brasileira. De acordo com Chacham e Maia (2004, p.79), podemos dizer que

> [...] o sexo pelo prazer, a "promiscuidade sexual" [...] são objetos de estigma e repressão na cultura brasileira pelo menos desde a metade do século XIX, formalizados pela religião como pecado e pela medicina como doença. A modernização dos valores sexuais a partir do século XX ainda não foi suficiente para apagar esse imaginário.

Segundo nos informou a equipe técnica a esse respeito, as meninas tinham muita dificuldade para falar sobre sexo, mesmo entre seus pares. Os funcionários nos relataram que as meninas não gostam de tocar no assunto, que não se dispõem a conversar sobre o tema, que se negam a fazer as atividades destinadas a abordar o assuntos de sexualidade e de educação sexual que a instituição propõe. Algumas das adolescentes se pronunciaram a esse respeito:

> P. *Há alguma atividade aqui dentro da casa pra discutir prevenção de doenças sexualmente transmissível, uso de camisinha ou anticoncepcional com vocês?*
> E. Não sei não. [...]
> P. *E você achava que era necessário ter uma atividade como essa?*
> E. Ah, não. Pra mim não, porque eu acho que não preciso não. Porque eu já fui lá no CTA [Centro de Triagem e Atendimento] - Henfil, fiz o exame desse negócio de HIV, doenças transmissíveis... eu já fiz esse negócio aí. Como eu, o J. também fez. Deu negativo.
> P. *Assim, mas você não acha que era necessário nem assim, porque...*
> E. Ah não, já... lembrei... já veio sim. A mulher já veio sim. A mulher veio e vez ai com os meninos da casa. Todo mundo da casa, o R. respondeu. Foi na época em que o R. ainda estava na Casa.
> P. *Então, você acha que ajuda em alguma coisa discutir com vocês, com as mulheres, com os meninos na questão da conscientização mesmo: sobre gravidez, sobre preservativos...*
> E. É mas isso daí acho que todo mundo sabe, né? Não tem que ficar falando porque eu acho que se o povo já sabe, fazer o que? Porque eu já sei. Eu tenho consciência disso, então pra que que eu quero saber desse negócio? (Vitória)

> P. *Por que não precisa?*
> E. Porque... não sei... isso é uma coisa assim que você discute uma vez e nunca mais esquece.
> P. *Mas você não acha que vocês têm dúvida? Tudo bem, você pode não ter porque, enfim, você já vivenciou várias coisas, mas...*
> E. Mas, se a gente tem dúvida a gente troca com a gente mesmo, educando com educando. Um pergunta pro outro. Eu falo com os meninos... com as meninas não.
> P. *Então [...] não existe muita conversa entre vocês.*
> E. Com elas não existe, mas eu converso com os meninos disso. Se eu não sei uma coisa eu pergunto pra eles, eles me perguntam. (Angélica)

Verificamos que as duas adolescentes, Vitória e Angélica, disseram que não há necessidade de existir atividades que sejam voltadas para discutir a questão da sexualidade. Ao menos na fala de Vitória, sua postura pode ter alguma ligação com

a tentativa de escamotear o fato de que as mulheres possuem sexualidade. Ao colocar no fim de sua resposta a pergunta "*pra que que eu quero saber esse negócio?"*, a adolescente demonstra que as informações não lhe são necessárias. Sua atitude pode representar a reprodução de um discurso pautado na repressão sexual feminina, que tem suas bases nas teorias do século XIX e que ainda ocorrem atualmente.

Já a adolescente Angélica, declara que as atividades não são necessárias, pois tira suas dúvidas com seus colegas - os educandos da casa. Isso contradiz as declarações dadas pela equipe técnica. Mas, em todo o caso, a resposta pode ter sido um subterfúgio da adolescente para não responder a questão. No entanto, é interessante perceber que a adolescente relata que não mantém diálogo assíduo com as demais. O mesmo percebemos nas falas das outras adolescentes:

> P. *Sentiria falta de alguma coisa daqui da casa?*
> E. Sentiria.
> P. *Do que?*
> E. Sentiria das atividades... e dos educadores, eu acho.
> P. *E uma coisa que você não sentiria falta?*
> E. Essas meninas aí. Eu não sentiria falta delas, não! (Carolina)

> P. *Você acha que a relação é mais fácil com os meninos, a sua relação é mais fácil com os meninos ou com as meninas?*
>
> E. Com os meninos
>
> P. *Por quê?*
>
> E. Não, porque as meninas gosta de inventar mentiras... assim. [...]
>
> P. *Acontece muito isso?*
>
> E. Isso. (Kelly)

> P. *E os seus colegas da Casa?*
> E. Ah! Eu não tenho colegas não. O único colega que eu considero como meu irmão é o meu amigo o J.
> P. *E por que o J.?*
> E. Porque ele, eu falo com ele, ele conversa comigo; mas é só ele mesmo. Nem colega, nem amigos eu tenho aqui dentro, o único amigo que eu tenho mesmo é o J. Que eu considero.
> P. *É... e os meninos da Casa? Como você acha que eles são? Qual o seu sentimento com relação a eles?*
> E. Tirando o J, o resto é tudo rebelde.
> P. *E o que você acha que é rebelde?*

> E. Criança, que não tem mente. Tirando o J. Também, que ele não fica aqui, né? O resto é tudo criação, menino; menina é traiçoeira, cobra... a gente não pode imaginar; mas amigo mesmo aqui dentro só tem o J.. (Vitória)

Observamos um comportamento bastante hostil entre as adolescentes da casa. Em alguns momentos, elas não se falavam. Em outros, até conversavam, mas não estabeleciam laços de solidariedade como os meninos. Esse intrigante comportamento, que foi pontuado enquanto um problema na sociabilidade entre as moças da casa pela equipe técnica, pode ser o indício de uma negação de uma representação social, a qual não querem ser vinculadas. De acordo com Jordelet (1984, p.32)

> Representação Social designa uma forma específica de conhecimento, o saber senso comum, cujos conteúdos manifestam a operação de processos generativos e funcionais, socialmente marcados. Mas amplamente, designa uma forma de pensamento social. As representações são mobilidades de pensamentos práticos orientados a comunicação, compreensão e o domínio do ambiente social, material e ideal. Enquanto tais, elas apresentam características específicas no plano de organização dos conteúdos, das operações mentais e da lógica.

Desse modo, pode-se dizer que a representação social é um conhecimento socialmente elaborado e partilhado, uma ação simbólica de um sujeito em relação ao mundo, uma produção social que se reflete no âmbito individual. Essa representação repercute no íntimo do sujeito por meio das influências da sociedade que, de maneira indireta, lhe impõe valores de cunho social, moral, religioso, cultural, etc. Esses valores o afetam diretamente e de tal modo, que o indivíduo passa a reproduzir esses padrões. Assim, entendemos que o modo de tratamento que tinham entre si é uma forma de as adolescentes resistirem às representações sociais imputadas a elas e que são, como já foi exposto, negativas.

Quando se afastam uma da outra, têm a intenção de se distinguir do grupo de meninas. Quando dizem, como demonstramos em suas falas anteriores, que *não são "*meninas de rua", ou *não são* "meninas de abrigo", querem se "livrar" das representações sociais incidem sobre elas. Assim, não se "misturam", não se integram, não se solidarizam - ao contrário dos rapazes. Ao dizer "menina é traiçoeira",*"*cobra", está tentando dizer que não é igual e que reprova o comportamento das demais.

Percebemos que dentro do abrigo, elas continuam a receber as representações sociais e que as próprias regras do abrigo tornam mais penoso *ser* mulher nessa situação:

> P. *E, quando alguém namora na Casa, acontece alguma coisa?*
> E. Acontece.
> P. *O que acontece?*
> E. A menina, geralmente é bem a menina, que vai ser... que é transferida; e aí, também põe no relatório; e esse relatório, no final do ano, vai tudo pro Juiz. Aí, depois se você quer ir pro Hopi Hari ou Play Center, ou você quer ir pra sua casa passar o final de semana, você não pode... por que? Porque estava namorando dentro da Casa. (Carolina)

> P. Q*uando acontece de alguém namorar dentro da casa acontece alguma coisa? Quando tem alguém que namora na casa, acontece alguma coisa com as pessoas que estão namorando?*
> E. Não, é assim: na verdade se eles forem namorar na casa, eles namoram escondido. O educador chega, eles se largam; o educador vira as costas eles se juntam, então é assim um namoro escondido, que ninguém dos educadores fica sabendo, porque além de ser proibido namorar na casa e eles colocam no relatório: se eles aprontarem já; já é proibido namorar na casa, mas se eles aprontar alguma coisa, um dos dois, ou a namorada ou o namorado é transferido.
> P. *Se os educadores descobrirem então, um dos dois é transferido?*
> E. É. [...]
> P. *E você já viu isso acontecer lá?*
> E. Eu fiquei sabendo de muitos educandos e muitas educandas que foram transferidos por causa disso. (Luana)

> P. *E namoro na casa, como é que é? Acontece?*
> E. Acontece. Lá não pode namorar, mas eles namoram escondido, também assim.
> P. *E quando alguém namora na casa o que acontece?*
> E. Eles já sabem que estão namorando lá, eles transferem a menina ou o menino. Um dos dois. A ex-namorada do J. foi transferida também, que era a D. foi transferida por causa do namoro; e o R. também, que é o namorado da Vitória [...]. (Kelly)

> P. A*contece muito namoro na Casa?*
> E. De vez... é... é.... pra frente, assim acontecia. Agora parece que está tudo calmo. Não estou vendo namoro, assim... Eu pelo menos não estou vendo.
> P. *E quando acontece namoro na Casa o que acontece?*
> E. O V. transfere ou a menina ou o menino; mas é mais provável ele transferir a menina.
> P. *Por que a menina?*
> E. Não sei.

P. *Mas acontece mais de transferir a menina?*
E. É. (Vitória)

P. *Existe alguma conversa com vocês meninas ou com os meninos sobre namorar ou não na casa?*
E. Tem porque não pode namorar na casa, inclusive é isso que eu te falei e falei pra você. Que tinha um cara lá né, um casalzinho lá que ficava brigando, brigava direto igual gato e sapato, brigava direto aí a menina foi embora e o menino está sossegado, mas eu falei porque não pode namorar na casa por causa disso que eu falei se os educadores pegar cruzando tá ferrado, meu filho! Por que ele vai com uma mão na frente e a outra atrás.
P. *E acontece muito isso?*
E. Ah! Eu não vou dizer que acontece porque não. Agora o povo está mais sossegado, mas antes, pelo amor de Deus! Era menina... seis horas da manhã a tia chegava pra limpar a casa, lá tinha menina no corredor com menino. Eita porra! Era aquela coisa só.
P. *E daí, quando acontece de pegarem, as pessoas são transferidas?*
E. Não! Vai pra fora na hora. (Cláudia)

Verificamos que, para quem tem envolvimentos amorosos na casa, há penalizações. Todas as adolescentes dão a entender isso. Seja um passeio que não faz, seja uma transferência, sempre há uma repreensão. Mas o que é interessante é verificar que, na maioria das vezes, elas expuseram que quem sofre as "conseqüências" de um namoro ou uma "paquera", de maneira geral, é a mulher. Ao serem questionados acerca desta questão, os funcionários alegaram que há, de fato, uma punição para esses casos e não admitiram que transfiram as meninas com maior freqüência; mas sim que verificavam dos abrigos com vagas disponíveis; que, no caso de uma transferência, não eram apenas os esforços deles que contavam. No entanto, em todos os abrigos que percorremos, não havia números de meninos e meninas previamente estipulado para abrigamento e, salvo o Lar de Mães, todos eram mistos. Mas, por vezes, a equipe técnica admitiu a preferência em desempenhar o trabalho com os rapazes do que com as moças; pois, como costumavam dizer, eles não tinham "frescuras", não davam "problemas", eram mais "companheiros e corporativos", "mais calmos".

Durante o período em que estivemos na casa, presenciamos apenas um caso de paquera - de forma declarada - na casa. O caso foi entre Luana, de 13 anos, e um garoto de 11 anos da casa onde eram atendidas as crianças. A equipe técnica, por julgar que a adolescente estava assediando o menino e que ele não tinha como

se defender, resolveu que a adolescente seria levada para outro abrigo. No entanto, ela fugiu dois dias antes de ter sua transferência efetivada.

Outra questão importante de pontuar é a existência do Lar de Mães, que é específico para o acolhimento e o atendimento de mulheres nestas condições. Há vários abrigos com esse caráter, mas conhecemos apenas alguns que eram específicos para mães adolescentes. Geralmente os acolhimentos das adolescentes grávidas e/ou com filhos pequenos, que passaram pela instituição na qual realizamos a pesquisa, são feitos pela Casa Menina Mãe I e II, dirigidos pela ONG Fundação Francisca Franco. Ambas estão localizadas na região do bairro da Consolação e atendem, no máximo, 20 adolescentes cada uma. Soubemos de poucos casos ocorridos na casa.

> P. *Você sabe de alguma garota que ficou grávida dentro da casa?*
> E. Eu já sabia já, que ela foi... é, a educadora pegou ela tendo relação sexual dentro do quarto e acabou ficando grávida, mas ela foi transferida para a casa das mães e o namorado ficou na casa.
> P.*O namorado está na Casa ainda?*
> E. Que é o K. E ele tinha uma namorada que chamava N.
> P. *E eles têm o bebê hoje?*
> E. O K tem uns dez já. (Luana)
>
> ---
>
> P. A*lguma garota que você conheceu no abrigo estava grávida ou ficou grávida no abrigo ou veio grávida da rua pro abrigo?*
> E. Veio grávida da rua pro abrigo... é tem uma menina aí mas eu não posso dizer o nome.
> P. *Não, não precisa falar o nome. Eu só queria saber se isso acontece, se isso já aconteceu aqui e se você percebe que isso acontece muito.*
> E. Acontecer, aconteceu.
> P. *Mais de uma vez?*
> E. Ah... duas meninas que entrou aqui dentro por que elas são de maior já. Só que isso aí eu sei não é do V. essa época, era outras pessoas que estava nessa época. Era outra equipe técnica. Então, enquanto o tio V. (*coordenador pedagógico da instituição*) tava aqui assim, nem se ela tiver filho, nem tava com filho essas meninas porque não pode. Acho que o tio V. vai e tira as mulheres por causa disso, por causa já pra não ter filhos, essas coisas.
> P.*[...] depois que essas meninas ficaram grávidas aqui o que aconteceu, elas tiveram que ir embora, elas foram pra outro abrigo?*
> E. Foram levadas pra casa da menina mãe. (Vitória)

Assim vemos que, ao ficarem grávidas, as meninas foram levadas para outro abrigo, que visa acolher somente as adolescentes mães. Porém, com os rapazes

nada aconteceu. A adolescente Luana até insinuou que, além desse caso, o adolescente em questão tem mais de um filho. Apesar disso, continuou na casa e não sofreu qualquer sanção, ao contrário da moça que se relacionava com ele, que foi transferida para o Lar de Mães. Vitória, em sua fala, explicita até que a transferência das "namoradas", uma vez que são descobertos os envolvimentos, se deve ao fato de evitar que a gravidez se torne um problema recorrente a ser enfrentado.

Podemos verificar nos relatos das adolescentes que, em caso de gravidez, o procedimento padrão é transferir a mulher para um lugar direcionado a esse atendimento. As moças são apartadas do seu grupo social, penalizadas pelo fato de exercerem a sua sexualidade e contam pouco ou nada com o respaldo do pai de seus filhos. Assim, podemos perceber as relações sociais de gênero se estabelecendo de maneira assimétrica e responsabilizando a mulher de maneira mais acintosa. De acordo com um estudo realizado com homens e mulheres jovens em situação de vulnerabilidade social no Rio de Janeiro, Monteiro (2004, p.129) "[...] quando a gestação é mantida e não há vínculo amoroso, a mulher tenderá a assumir sozinha a criação do filho/filha." Nesse sentido, apontamos que as medidas utilizadas pelos programas de atendimento não possibilitam a construção de um vínculo afetivo-amoroso e nem de uma responsabilidade masculina a respeito da paternidade.

Ao serem questionadas a respeito da atitude dos funcionários em relação às suas colegas, algumas delas aprovavam as deliberações da casa sobre o destino das adolescentes a partir da "infração" cometida:

> P. *Mas por que são as meninas que são transferidas?*
> E. Porque são as meninas que dão liberdade! Elas é que vão no quarto dos meninos. (Carolina)

> E. Ah! Que eu já vi pegando *(funcionários flagrando adolescentes da casa fazendo sexo)*. A tia A. (*psicóloga da instituição)* pegando uma, mas depois não tem nada não, nem foi transferido.
> P. *Ah, então pegaram eles fazendo sexo dentro da casa?*
> E. Isso.
> P. *Mas o que aconteceu?*
> E. Teve uma conversa, a tia A. ficou muito brava que conversou com a menina várias vezes, mas a menina não escuta. Não escutou, pegou feio. Chamou ela até de vagabunda. Mas ela não aprende.
> P. *A menina ainda esta na casa?*

E. A menina tá. (Cláudia)

P. [...] *me disseram é que, na maioria das vezes, é a menina que é transferida. Isso é verdade?*
E. Lógico! É a menina que é a safada! É a que vai.
P. *Por que você acha que é a menina que é a safada? Você acha que o menino não tem culpa nenhuma?*
E. Eu acho que o menino tem culpa. Mas a menina também é safada. Ela é que manda o menino ir lá no quarto dela, tal. (Angélica)

Notamos nas falas que, para as demais moradoras da casa, as garotas que se envolvem nestas situações têm que ser punidas mesmo. Elas são culpabilizadas pelos seus envolvimentos, pelo fato de "não se darem o respeito". Cláudia conta que a jovem flagrada mantendo relações com um dos rapazes da casa não foi sumariamente expulsa ou transferida. Mas relata que, embora a adolescente não tenha sido retirada do grupo e encaminhada para outro espaço, a atitude de um dos membros da equipe técnica foi de reprimi-la e atribuir adjetivos pejorativos e moralizadores. Assim, vemos que há casos em que outras medidas, que não a remoção, são adotadas para solucionar o problema. Mas que, de alguma forma, as meninas sofrem e se sentem em maior exposição frente às penalizações imputadas pela casa aos "casais" e relacionamentos estabelecidos, em decorrência da internalização de uma moral perpetrada pelas representações sociais que podem ser atribuídas a elas.

Mesmo admitindo que os meninos também são "culpados", Angélica coloca, assim como Carolina, que as meninas "provocam", que "dão liberdade", que são "culpadas". A maior parte das jovens, assim como concluiu Monteiro (2004, p135) em sua pesquisa com jovens acerca da sexualidade de jovens no Rio de janeiro, julgavam que "[...] os homens não têm controle, são instintivos e têm mais apetite sexual." Portanto, se alguma adolescente *ficar dando bola*, *se* oferecendo, agindo com *safadeza*, legitima toda a atitude dos rapazes em relação a elas, pois seriam supostamente dotados de uma pré-disposição natural ao sexo.

Reproduzindo essas naturalizações, as adolescentes acabam utilizando de formas violentas umas com as outras. De acordo com o que foi afirmado por Vitória:

P. *Alguma garota que já esteve aqui foi violentada sexualmente, ou em qualquer outro abrigo que você esteve? Então assim eu queria*

saber se você sabe de alguma menina que foi violentada sexualmente, aqui ou em outro abrigo que você morou.
E. Tinha aquela lá que contei pra você ontem. (*A adolescente se refere a uma conversa do dia anterior, onde ela me relatou que, certa vez, duas adolescentes violentaram outra menina interna da casa; colocaram uma mordaça na menina e introduziram um cabo de vassoura em sua vagina. Ao ser questionada se ela sabia o porquê desta atitude violenta das meninas com a outra colega, ela nos respondeu que a vítima da agressão "ficava dando muita liberdade pros meninos", sendo que as agressoras tinham ligação amorosa com alguns dos internos da casa - e isso era como se fosse uma lição para que ela não incorresse nesse comportamento.)*
P. *Dentro do abrigo mesmo.*
E. É. Só que, se o educador ver eles, não deixam, mas...
P. *E aí existe essa coisa de coagir a menina pra não dizer?*
E. *É.*

Esse pareceu ser um caso episódico, pois nenhuma das outras adolescentes o mencionou. A adolescente Vitória nos contou que isso foi há muito e que, só sabia do ocorrido, por que já era a mais antiga da casa. Não tivemos a confirmação do caso, porque a jovem referiu que, se tentássemos confirmar junto à equipe técnica, todos saberiam que ela teria dado a informação, pois o fato se devia a reminiscência de um tempo passado, o qual somente ela poderia narrar por ser a única que presenciou a ocorrência e ainda permanecia na casa. E, por isso, não fizemos maiores questionamentos à equipe técnica, tampouco aos educadores a esse respeito, limitando-nos a averiguar se havia correspondência do seu tempo de permanência na casa. Era, de fato, a mais antiga educanda do local.

Por mais que esse seja um caso esporádico, podemos notar que, a recorrente culpabilização sofrida por adolescentes que, dentro do abrigo, se desviam do padrão de conduta sexual esperado se dá em todos os níveis: entre os funcionários e entre seus pares - sejam os homens, sejam as mulheres.

Mas, se no espaço do abrigo, há ocorrência de uma reprodução das representações sociais incidindo sobre a subjetividade das adolescentes, como seria a experiência das jovens no espaço da rua?

3.2 A vivência na rua

Falamos anteriormente, de maneira muito breve, que o número de mulheres em situação de rua é muito menor que o número de homens na mesma condição.

Para evidenciar essa informação, apresentamos os quadros, com dados fornecidos pela FIPE a esse respeito, de acordo resultados obtidos pela última pesquisa oficial realizada com a população de rua em 2003:

Quadro 2: Sexo das pessoas pernoitando na rua

Sexo	**freqüência**	**%**
masculino	3365	79,9
feminino	647	15,3
sem identificação	201	4,8
Total	**4213**	**100**

Quadro 3: Sexo das pessoas pernoitando em albergues

Sexo	**freqüência**	**%**
masculino	5402	87,3
feminino	773	12,5
sem identificação	11	0,2
total	**6186**	**100**

Considerando a população total de rua, entre os sujeitos que vivem na rua e os que estão transitando pelos programas sociais de albergamento, verificamos um percentual de, aproximadamente, 13% de mulheres para 84% de homens e 3% não identificados. Apesar de haver uma margem de erro de 2% para mais ou para menos, a presença masculina no contexto da rua e da vulnerabilidade social é muito maior que a feminina.

De acordo com as declarações dadas pelas adolescentes percebemos que, apesar de muitas vezes não considerarem suas experiências e vivências na rua, as adolescentes passavam a maior parte do seu tempo nestes espaços. Isso é perceptível em algumas falas, das quais ressaltamos a da adolescente Vitória:

> Aí eu não agüentava ficar dentro de casa trancada. Era uma casa de um cômodo só. [...] Aí eu saia. Fugia de casa voltava só... Ficava três dias fora de casa, aí eu voltava. (Vitória)

A vivência de rua, que aparece pulverizada nos relatos das experiências das entrevistadas, demonstra que há incidência de violência e o consumo de drogas. Mas também é permeada pela construção de identidades coletivas que criam e recriam os mecanismos de sobrevivência, de sociabilidade e de identificação com seus pares. Desta forma, os espaços públicos das cidades transformam-se em cenários de conflitos e ações coletivas "[...] trazendo outros atores, formas de apropriação e usos do espaço urbano, bem como dando lugar para redes de sociabilidade e novas imagens da conflitividade social na cidade." (SPOSITO, 1993, p.162). Sua presença nas ruas das grandes cidades emerge o tema da condição adolescente na sociedade, sobretudo dos desfavorecidos materialmente, atribuindo-lhes uma parcial visibilidade. De acordo com Marques (1997, p.90):

> [...] para as crianças e adolescentes que atuam nas ruas, existe uma "outra" *rua* [...]. Aquela que resgata a experiência da diversidade, que torna possível a presença do forasteiro, o encontro, o encontro e a troca entre pessoas que jamais se conheceram, o reconhecimento entre semelhantes, opondo-se, em termos de estrutura, a casa, ao domínio privado. Enfim, uma rua que não pode ser identificada, senão como uma multiplicidade de práticas sociais. [...] mais do que uma propriedade das cidades, a rua da qual se fala, é o próprio "princípio" que os torna cidades. (MARQUES, 1997: 160).

Assim, não são apenas vitimizados, mas sujeitos ativos. É importante ressaltar essa questão, de a não incorrer no erro de circunscrevê-los a "[...] uma certa manipulação das oscilações com as quais a sociedade lida com os meninos de rua - a tolerância, o medo e a compaixão [...]".(GREGORI, 2000, p.44). Nas falas sobre a vivência de rua, são recorrentes os relatos sobre a construção de laços de afetividade e a das relações sociais exógenas ao âmbito familiar, mas que forjam relações familiares. Isso fica latente quando Ortiz, ao relatar seus primeiros dias enquanto "menina de rua" - aos onze anos - na região central de São Paulo, expõe que:

> [...] A gente comprava um sabonete, uma escova de dentes e tomava banho no chafariz da Sé, debaixo daquela cachoeira que saía. Os meninos tomavam banho no chafariz de baixo, a gente tomava no de cima. As meninas não ficavam peladas na frente dos meninos. Eles sempre respeitavam, viravam as costas, por que a gente era uma família. Um respeitava o outro.[...] (ORTIZ, 2001, p.86).

Das adolescentes entrevistadas, uma delas deixou claro que estabelecia certos laços afetivos e de solidariedade com seus pares por meio de sua fala:

> P.*Quando você fugia dos abrigos, você ficava algum tempo na rua?*
> E. É.
> P. *[...] Mas você não tinha medo?*
> E. Não. Sempre tinha alguém tomando conta de mim na rua. Sempre alguém tomava conta de alguma forma. (Angélica)

Como se negavam a falar abertamente sobre os assuntos relacionados à vivência na rua, pouco pudemos depreender acerca disso nas entrevistas. No entanto, sempre deixavam nas entrelinhas questões referentes ao vivido no espaço da rua; ou seja, falavam indiretamente sobre o assunto nos passeios, quando se remetiam a algum lugar, a pessoas que conheceram, ou a situações que viveram. Algumas das falas deixaram transparecer que, nestes momentos, havia sempre alguém com quem pudessem contar.

De alguma forma, conseguiam (re)criar uma família no espaço da rua, na qual se sentiam identificadas. A interação que se conforma entre os indivíduos que vivenciam os espaços públicos urbanos, sobretudo quando a intenção é abordar a população adolescente, é bastante notável. Geralmente andam em grupos, fazem suas *correrias* e dormem juntos[42]. Esse é um meio utilizado pela população de rua, que faz parte de uma gama de estratégias de auto-proteção, na tentativa de se esquivar da violência que incide sobre ela.

A mesma jovem que revelou que a vivência na rua é possível pelos laços construídos entre seus pares e alegou que se utilizava desse recurso para se proteger, confirmou a hipótese de que, mesmo com a rede de proteção, as ruas são mais hostis para as mulheres.

> P. *Essa experiência que você teve de morar na rua é diferente para uma menina e para um menino?*
> E. [...] Menina tem muito risco de ser abusada na rua. Um monte de coisas. (Angélica)

Desta maneira, podemos colocar que um menor contingente de mulheres

[42] A palavra "correria" aqui apresentada refere-se a uma gíria muito utilizada pelos jovens, representando o ato de conseguir um trabalho, da busca de algo para comer, de conseguir dinheiro.

vivenciando a situação de rua - em relação ao número de homens - pode estar diretamente relacionado às inúmeras dificuldades enfrentadas por elas, pelo fato de serem mulheres numa sociedade que reproduz as assimetrias presentes no sistema sexo/gênero. Outra questão colocada pela adolescente é a impossibilidade de fazer sua higiene diária, pois nem sempre encontrava lugar para tanto:

> É. A menina tem que tomar banho, eu queria morrer quando eu não tomava banho.

Essa questão apontada pela adolescente, também foi relatada por outras das jovens que fizeram parte da pesquisa. Diziam que, para elas, era muito difícil ficar na rua sem poder tomar banho. Tiene (2004, p.123) atentou para o fato de que "[…] é difícil uma mulher morar na rua, ainda mais difícil para aquela que já tem uma experiência de vida anterior com privacidade." No caso das adolescentes, todas elas, tiveram essa "experiência" - embora Angélica tenha um tempo muito grande de vivência de rua, permaneceu durante muitos anos em um abrigo e, neste local, partilhou esse espaço privado.

Da vivência de rua, há fatores "positivos" em *ser* mulher. Angélica elenca o que considera uma vantagem:

> P. *Quais são essas vantagens?*
> E. Se for pedir dinheiro no farol, eles não dão para um menino. Dá pra menina. Um monte de vantagens de ser menina na vida. (Angélica)

Essa questão é verificada em outros trabalhos realizados com moradores de rua. Tiene (2004, p.41) salienta a diferença no tratamento recebido pela população de rua, demonstrando-a a partir do relato de um homem imerso nesta condição:

> A gente que é homem, vai pegar uma comida, o cara chega e diz assim: você é forte, meu! Você é grande, por que não arruma um emprego? Agora, para a mulher é mais fácil. Ela chega num lugar, se ela parar num restaurante e falar: me arruma um marmitex? É muito difícil a pessoa não dar! Até eu daria! A mulher é mais fácil. O pessoal tem mais sentimentos por ela.

A fala apresentada por Tiene (2004) foi proferida por muitos dos adolescentes que estavam na casa, com os quais dialogávamos em muitos momentos. A partir dela, fica em evidência que está presente no imaginário da sociedade, e até mesmo do morador de rua que afirma que agiria da mesma forma, a questão de que o homem deve ser o provedor, que se está nesta condição é *porque quer,* considerado como *preguiçoso*, *vagabundo* por *preferir gosta de trabalhar*. *J*á as mulheres, embora sejam, muitas vezes, admitidas enquanto "vagabundas", o sentido atribuído a esse estereótipo é diferente: diz mais respeito ao deslocamento de seu *lugar* (o espaço privado). As mulheres parecem menos ameaçadoras e mais merecedoras de um sentimento caritativo.

Assim, a mulher no espaço da rua, pode ser vista como pertencente ao dito "sexo frágil", despertando a compaixão de outrem. Essa questão incita a reflexão de

que há certa polarização no cotidiano das jovens: ou são consideradas execráveis - alvo da legitimada violência multifacetada, por estarem fora de seu *lugar*; ou são encaradas como coitadinhas - vitimizadas pelo fato de serem mulheres e, nesta condição, portadoras de uma necessidade inerente de proteção. Essas duas visões não são estáticas, nem tampouco segregadas; elas se mesclam e se agregam, tanto na percepção das adolescentes quanto no imaginário da própria sociedade.

As demais adolescentes que colaboraram com esta pesquisa declararam que iam para a rua, mas voltavam para o âmbito familiar ou dormiam na casa de algum amigo. De modo geral, explicitaram que o objetivo era fazer o uso de drogas e se divertir:

> P. *Você fugia de casa, ficava fora de casa... você ia pra onde?*
> E. Eu ia pra balada; ia dormir na casa das minhas amigas. Lá as mães delas deixavam. Aí eu ia pra balada, chegava seis horas da manhã, sete horas. Eu dormia lá na casa das minhas amigas. (Vitória)

Percebemos que, em todos os casos, as meninas colocavam que "gostavam da rua, porque lá podiam *fazer o que queriam*, porque *tinham liberdade*, *ninguém ficava enchendo o saco* e nem *pegando no pé*. Das atividades que relatavam fazer era andar, *ir para a balada* e usar drogas - sendo que duas delas afirmaram que foram para a rua para poder usar drogas.

> P. *Desde que idade você ia pra rua e ficava na rua?*
> E. Desde os 11 anos.

P. *E você começou a ir pra rua por quê?*
E. Por que? Porque eu achava legal.
P. *Legal? Como assim? Que você fazia na rua?*
E. Usava drogas.
P. *Que tipo de drogas você usava?*
E. Lança-perfume e maconha.
P. *Cola não?*
E. Cola não.
P. *Geralmente a cola é o que mais usa na rua, né?*
E. É, mas eu nunca cheguei a usar cola não. Só lança-perfume e maconha. (Carolina)

P. *Por que você saiu de casa?*
E. Na verdade eu não saí. Eu nunca morei com meus pais, com minha mãe numa casa. A gente morava na rua, aí tinha um grupo que entregava lanches essas coisas na rua e o dono desse grupo ele ficou com vontade de montar um orfanato. Aí a gente foi para esse orfanato e a gente praticamente inaugurou esse orfanato. [...]
P. *E seus irmãos, onde é que eles estão?*
E. Estão no orfanato onde a gente foi, mas que eu fugi de lá.
P. *Você fugiu de lá porquê?*
E. Ah! Porque eu era a mais velha, e eles ficam falando que eu era o exemplo para os menores. Eu conheci gente na escola e a gente começou a usar drogas, aí eu peguei eu fugi de lá com 15 anos. (Angélica)

Na primeira fala, Carolina coloca que saia para a rua porque *achava legal*; e, ao ser questionada sobre quais eram suas atividades, coloca que costumava fazer uso de drogas. Apesar de explicitar que fez uso de apenas duas substâncias na entrevista concedida, nas ocasiões em que estávamos sozinhas, a adolescente costumava dizer que fazia uso de outras drogas - cocaína e cola, por exemplo. Em seu prontuário, que continha informações a respeito de família, havia a informação de que seus tios trabalhavam em uma "biqueira"[43], no extremo da zona leste de São Paulo. Desde pequena, Carolina sempre ficava lá com eles. Sua mãe morreu quando ainda era muito pequena; seu pai está preso há sete anos, por tráfico. Ela era criada pela avó, tios e tias paternos. Sua vivência de rua (ou seja, o momento em que começou a ir para a rua sozinha e ficar alguns períodos) começou bem cedo - tinha apenas sete anos. Tinha multirreincidências em Centros de Referência e Casas de Acolhida, de onde sempre acabava fugindo. Em alguns momentos, quando estava com as outras meninas - ou mesmo na presença dos meninos da casa - a adolescente costumava se "gabar das façanhas" que fazia na rua, dizendo que *já*

[43] Biqueira é o ponto onde se faz a comercialização de drogas.

tinha cheirado muito e que *não era mais criança.* Assim, colocava-se para se auto-afirmar frente aos demais; pois ser usuário de drogas pode ser uma característica ressaltada na construção da identidade social do adolescente em situação de rua e que pauta boa parte de sua sociabilidade. Por vezes, presenciamos as outras adolescentes fazendo o mesmo com seus pares.

Já adolescente Angélica, em sua reposta, expõe que fugiu do abrigo onde morava, pelo fato de não suportar ser a responsável pela pungente responsabilização que lhe era imputada, a respeito de seus irmãos. Como começou a *andar fora da linha*, resolveu retirar-se do convívio de seus irmãos. Desde então, declarou que fez uso de "[...] farinha, cola, maconha, crack, lança perfume... mas agora, só cigarro". Contou que, quando estava morando na rua, seu namorado era quem sempre conseguia droga para ela; que nunca roubou e nem pediu para isso. Disse ainda que, não usava mais nada; que precisava pensar no futuro. Pois já tinha dezessete anos e *não podia ficar queimada*.

Esse discurso a respeito da proximidade com a maioridade era muito recorrente nas falas dos adolescentes com os quais conversamos ao longo da pesquisa. E não só dos adolescentes: os funcionários, coordenadores, educadores, bem como todos os sujeitos que realizam algum tipo de trabalho junto aos adolescentes em situação de rua. Assim, tanto se fala nisso que os adolescentes assimilam essa idéia como a representação de um discurso "consciente" e tentam tirar "proveito" disso, uma vez que se trata de algo amplamente aceito pelas pessoas que estão cotidianamente junto deles. Percebemos que a ocasião na qual se utilizavam desse recurso era quando queriam conseguir uma vaga numa Casa de Passagem ou de Acolhida - que nem sempre os abriga.

Outros agentes que estão presentes em sua vivência diária são os policiais. Sejam os militares, sejam da Guarda Civil Municipal, segundo a psicóloga da instituição, "[...]todos aqueles que têm uma vivência de rua tem um grande ódio de polícia pela violência com que são tratados." Essa questão fica explícita nas falas de Angélica:

> P. [...] *Por que você pensa em trabalhar na corregedoria? Tem algum fator que te fez pensar assim?*
> E. Não... porque eu gosto. Eu gosto de trabalhar na corregedoria. De corrigir os militar. Eu gosto disso.
> P. *Por que?*
> E. Acho que é por isso, porque na rua os policiais já chegavam agredindo a gente porque a gente mora na rua, dorme na rua.

> P. *Você já foi agredida alguma vez pelos policiais?*
> E. Pela polícia? É lógico, um monte de vezes. Acho que eu quero ser da polícia por causa disso.
> P. *Das vezes que você foi agredida, é... você poderia descrever pra mim como foi?*
> E. Mesmo se você não está fazendo nada, eles chega te abordando, tira a arma pra você. Se você falar alguma coisa eles já começam a te bater, já.

Ainda que não colocassem nas entrevistas, o teor de duas conversas que tivemos com as adolescentes, foi bastante voltado para a questão da polícia como agressora sistemática da população de rua. Em conversas informais, as outras adolescentes nos disseram que não gostavam da polícia, que sentiam medo. Quando perguntávamos a elas o porquê desse sentimento, suas falas se dirigiam a dizer que *polícia só serve para atormentar gente pobre* ou *eles acham que todos os negros são bandidos*. Essas colocações feitas pelas adolescentes permitem verificar a constante criminalização da pobreza protagonizada pelas corporações que representam o Estado.

É evidente que a violência, bem como todas as adversidades vividas e aqui expostas, não incide somente sobre as jovens mulheres que fizeram parte da pesquisa. Elas permeiam o dia-a-dia de todos os sujeitos que estão em situação de rua - homens ou mulheres. Mas, o enfoque de nossa pesquisa era apreender a situação das mulheres adolescentes imersas na vulnerabilidade social e na situação de rua.

Durante a pesquisa de campo, percebemos que estava muito presente no discurso institucional a tentativa de explicitar que a vulnerabilização destes sujeitos estava dada pelo esfacelamento da família. Houve um depoimento da psicóloga da instituição, afirmando que uma característica entre esses meninos de rua é o problema psiquiátrico, ou da família, ou dele próprio, causando a desastabilização e a desestruturação familiar, responsável pela desmembramento do grupo. Desta forma, julgamos necessário pontuar onde estão as bases desse discurso e apresentar a família das adolescentes

3.3 Famílias desestruturadas?

O conceito de família é bastante amplo. É possível afirmar, por meio de uma observação ao longo da história, que todas as sociedades apresentam algum tipo de organização familiar, assim como é seguro dizer que são variáveis sua estrutura, organização e funcionamento de acordo com o tempo e o espaço. Não se pretende discorrer amplamente acerca deste conceito. Porém, é necessário abordar a temática de modo que se faça inteligível a acepção de família que fora construída e é perpetrada pela sociedade capitalista ocidental, particularmente em uma abordagem que considera o processo de urbanização alterando as relações sociais em diversos níveis.

A maneira propalada como protótipo ideal de estrutura familiar a ser seguido na sociedade contemporânea é proveniente do contexto da Primeira Revolução Industrial, no século XVIII. Anterior a este período existiam outras formas de arranjos familiares que, apesar de se conformarem com suas especificidades, se caracterizavam por não ter a privacidade enquanto um valor e se afirmar no espaço público. De acordo com Áries (1981, p.273)

> [...] A vida no passado, até o século XVII, era vivida em público [...] Por que haveria objeção, se na realidade, não existia nenhuma intimidade, se as pessoas viviam misturadas umas às outras, senhores e criados, crianças e adultos, em casas permanentemente abertas à indiscrição dos visitantes? A densidade social não deixava lugar para a família. Não que ela não existisse como realidade vivida: seria paradoxal contestá-la. Mas não existia como sentimento ou como valor.

No entanto, com a ascensão da burguesia e com o desenvolvimento do capitalismo em meio a Revolução Industrial, ocorrem modificações vertiginosas. De acordo com Poster (1978, p.195) se processa uma privatização da vida dos sujeitos para o âmbito do “lar”, construindo uma intimidade que não tinha precedentes na história das civilizações, ao menos em relação à configuração que passou a apresentar a partir de então. A família deixa de ser a instituição para a transmissão do nome, *status* social e bens, assumindo um complexo papel moral e espiritual, formando corpos e almas dos indivíduos em nome de interesses específicos.

> [...] A família burguesa deve ser entendida não apenas como um progressivo e moralmente benéfico ninho de amor, de domesticidade e de individualismo, mas também na medida em que constitui um padrão emocional particular que serviu para promover os interesses particulares da nova classe dominante. [...]

A estrutura de família burguesa constituída é marcada por uma rigorosa divisão de papéis sexuais[44]. O homem é a pessoa pública, a quem fica designada a função de provedor e mantenedor da família; e à mulher se reservava o âmbito privado, cujas atribuições dirigiam-se ao cuidado com o lar, com a educação dos filhos e todas as tarefas domésticas. Não havia o contato intenso com o conjunto das pessoas que compunham a sociedade, fato que tornou os núcleos familiares cada vez mais individualizados. Para Áries (1981, p.274), isso se deve ao fato de que "[...] chegou um momento em que a burguesia não suportou mais a pressão da multidão, do contato com o povo. Ela cindiu: retirou-se da vasta sociedade polimorfa para se organizar num mundo à parte, num meio homogêneo [...]."Esta forma de organização familiar, formulada pela burguesia no contexto da Revolução Industrial, é chamada de *família nuclear*.

Concomitante ao modelo de *família nuclear* se apresentava outra conformação organizacional da instituição analisada, na recém formada classe trabalhadora. Apesar de Poster (1978) ser enfático em suas ponderações acerca da aproximação existente entre a estrutura da família burguesa e da família da classe trabalhadora, a reflexão aqui realizada é divergente por admitir que a concepção de família que se pretendeu difundir era meramente idealizada. É inegável que alguns de seus aspectos foram disseminados e se conservaram, como os valores tradicionais fortalecidos e embasados pela ideologia do trabalho. Sendo assim, a análise apresentada vai ao encontro das afirmações de Passeti (1985, 14-5):

> [...] a família, tal qual imaginam as pessoas, nada mais é que uma idealização a partir de valores que constituem suas vidas sob a forma do modelo organizado-desorganizado. [...] Percebemos que quando se fala em família, organizada ou não, fala-se também em valores transmitidos pelo trabalho. [...].

[44] Seria cabível frisar que o ideal de família burguesa está ajustado em uma relação monogâmica entre pessoas de sexos opostos. Da união dos dois indivíduos vêm os filhos que farão completa a instituição. Nas palavras de Antoni e Koller (2000, p.28), está definido como "[...] família nuclear burguesa, em que a estrutura predominante é composta pelo pai, a mãe e os filhos."

A família constituída pela classe trabalhadora foi, tanto na Europa quanto no Brasil, recrutada entre o campesinato espoliado da terra e a pauperizada população urbana. Ela se desenvolveu em meio a um quadro angustiante de privação econômico-social, onde todo o grupo familiar deveria desempenhar funções para que pudesse suprir sua materialidade. Isso se deve ao fato de que a introdução da máquina na Revolução Industrial resultou em uma aceleração na produção.

Deste modo era necessário um maior contingente de pessoas que pudesse trabalhar nas fábricas para operar as inovações tecnológicas e maximizar a produção e, conseqüentemente, os ganhos. Ao mesmo tempo, muitos eram os sujeitos que precisavam vender sua força de trabalho. A mão-de-obra feminina, bem como a infantil, era freqüentemente utilizada por ser mais barata. A oferta de mão-de-obra era muito maior do que a oferta de trabalho, devido à existência de um sem número de famélicos que perambulavam pelos centros urbanos e precisavam de uma atividade produtiva, fazendo com que os salários fossem muito reduzidos. Com isso, todos os membros da família eram impulsionados a se submeterem aos ditames impostos pela nova lógica.

Segundo Mello (2000), quase toda a produção sociológica acerca das populações pobres e periféricas nos remeteria à idéia de que as famílias constituídas pelos sujeitos que compõem essa classe social têm distinções no seu modelo normativo de organização. Os estudos existentes, portanto, corroboram para uma visão já impregnada nas famílias das classes populares, persistente em afirmar e demonstrar que elas possuem uma desorganização familiar. No entanto, Mello (2000, p.57) aponta que é equivocado fazer este tipo de correlação e afirma:

> [...] Não é razoável falar de ausência de organização, mas de polimorfismo familiar. Despidos da rigidez das formas e sem olhos preconceituosos, podemos ver as famílias como elas são; e não como devem ser, segundo modelos abstratos, pois são históricos e presos às diferentes perspectivas das classes sociais.

Desta maneira, refuta as premissas difundidas e expõe variadas formas organizacionais que se distanciam do que fora construído historicamente enquanto uma convenção geral de família a ser seguida pelo conjunto da sociedade. Ao encontro disso, Fonseca (2005, p.91) apresenta, de modo breve, algumas das distintas concepções - formuladas pelas diferentes classes sociais partindo das suas

vivências e sociabilidades - existentes no contexto brasileiro

> [...] “família” tem grande peso em todas as camadas da população brasileira. No entanto, significa coisas diferentes dependendo da categoria social. Enquanto, entre pessoas da elite, prevalece à família como linhagem (pessoas orgulhosas de seu patrimônio), que mantêm entre elas um espírito corporativista, as camadas médias abraçam em espírito e em prática a família nuclear, identificada com a modernidade. Para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua.

Contudo, há uma tentativa errônea de enquadrar as famílias das classes populares como um agrupamento pejorativamente desorganizado. É recorrente encontrar uma correlação entre a pobreza e a desestruturação familiar. Mello (2000, p.52) demonstra que, mais uma vez, as classes populares são consideradas nocivas à ordem estabelecida e, com freqüência, têm a atribuição de estigmas pelo simples fato de estarem sob a condição de pauperização.

> [...] As famílias das classes populares estão no banco dos réus e fornecem explicações simplistas para a explosão contínua da violência que tem marcado a vida social brasileira. A patologia social está radicada na pobreza. Ela é a encarnação do mal. [...]

O problema da produção e da proliferação das crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social está posto novamente. Trata-se de sujeitos submetidos à pauperização imposta pelo modo de produção capitalista baseado em uma relação de dominação, onde a pobreza e a mão-de-obra barata e excedente são elementos necessários para a garantia do lucro e da reprodução do capital. Poder-se-ia afirmar que tais indivíduos são de fundamental importância para a manutenção do capitalismo e, portanto, ele próprio tem a incumbência de produzi-los.

Para refletir sobre esta (re)produção da pobreza como sustentáculo do capitalismo, nos utilizamos dos escritos de Foucault (1979, p.133). Segundo o autor, junto à formação da sociedade industrial está a moralização da classe trabalhadora. Esta moralização é possível por meio da construção de um estigma de delinqüente sobre os sujeitos não disciplinados pela sociedade industrial e que, de alguma maneira, desviavam-se da ordem estabelecida. Com isso, o “trabalhador honesto esforça-se para se distinguir dos “vagabundos”, submetendo-se a toda

exploração de sua força de trabalho.

> Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidentemente por uma moral rigorosa: daí esta formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. [...]. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinqüência, portanto separando nitidamente o grupo de delinqüentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos.

Deste modo concomitante ao estado de miserabilidade ao qual estão subjugados, são considerados potencialmente nocivos. Mas do que isso: a condição de pobreza, de desempregado já faz emergir o estigma da delinqüência - tanto por parte das classes dominantes, quanto pelas classes subalternas. Isso também ocorre com a infância e com a juventude oriunda de famílias desvalidas.

Pelo fato de haver, muitas vezes, crianças ou adolescentes pobres em situação de rua, não se pode afirmar que suas famílias são desestruturadas, omissas ou inexistentes. Pode-se demonstrar isso por meio das contribuições de Gregori (2000, p.20) fundamentada em alguns estudos realizados na década de 1980, afirma que as "[...] investigações realizadas em uma perspectiva etnográfica já indicavam que os meninos de rua não são abandonados, no sentido literal do termo.[...]". Como podemos perceber nas falas das adolescentes, a maioria delas têm vínculos familiares e, por vezes, irmão em outros abrigos:

> P. *[...] eu queria que você falasse um pouco pra mim como é a sua família. [...]*
> E. Meu pai tá preso e a minha mãe faleceu. Quem cuida de mim é a minha avó e a minha tia. [...]
> P. *Mas com a sua avó e com a sua tia você se dá?*
> E. Dou... muito bem.
> P. *Você tem irmãos?*
> E. Tenho.
> P. *E seus irmãos eles estão aonde?*
> E. Um tá na FEBEM (*Fundação CASA)*- que é o Jk, meu irmão [...]. Tem um, tem a T. que tá no CRECA Butantã; e tem a I.
> P. *[...] você estava morando com a sua avó?*
> E. É. Não! tava nós três. Aí foi... nós, tava só eu e o meu irmão. Aí o meu irmão tava roubando, né? Aí ele me chamou e eu fui de embalo. Aí, numa dessa aí, a gente acabou se ferrando, porque ele foi pra

FEBEM e eu não fiquei com ele porque eu tava com onze anos ainda. [...]
P. *Você se dá bem com a sua avó, com as suas tias... com todo mundo. Como você definira a sua relação com a sua família, com os seus irmãos também?*
E. Eu me dou bem! Só com o meu irmão que, de vez em quando, que é... assim: que a minha avó, ela não corre muito pelo certo! (pausa) Porque ela pega... eu que faço as coisas dentro de casa, ela deixa eu sair; agora, o meu irmão... só porque ele é homem, ele não faz as coisas e deixa sair. Aí eu fico brigando com ele.

E. [...] É assim: eu morava com meu pai, só eu e ele [...]. Aí, até então eu fui morar com uma família, ali no Imirim, bairro Casa Verde, e eles cuidaram bem de mim.
P. *Essa família já era amiga da sua família?*
E. Na verdade é que o Lopes era amigo do meu pai. Ele era amigo do meu pai. Desde pequena o L. já me conhecia, ele viu eu nascer e eu sou muito querida dele e desde que minha mãe ficou doente, ela foi para o hospital, desde esse dia eu fui para a casa dele. Depois eu tive que sair, fui para a casa do meu irmão mais velho, casado, tem um casal de filhos, foi eu e meu pai para a casa dele, nós ficamos dois meses, depois de dois meses meu pai voltou para casa e o L. foi me buscar na casa do meu irmão. Meu pai ficou naquela casa sem luz, até hoje, e eu voltei para a casa do L.. Assim que eu fiquei sobrevivendo lá dentro, aí depois fiquei três anos, aí depois eu voltei para a minha casa e eu fiquei com meu pai. Só que eu estava sobrevivendo. [...]
P. *Como que é a sua família?*[...]
E. Eu tenho quatro irmãos por parte de pai, que é duas mulheres e dois homens. A minha irmã chama A. C. e a outra chama A. L. e meu irmão chama J. C. e o outro chama R.. O R. está na Bahia e além disso e nem sei como é que é a vida dele na Bahia e nem sei como é que ele foi para lá, porque desde que eu nasci, que eu era pequena que ele mora na Bahia e nem sei porque ele foi, porque teve que ir para lá, assim a vida, as condições do meu irmão, ele trabalha, ele tem um casal de filhos, o J. C., e acho que ele tem uma situação muito boa assim, situação financeira boa, acho que não falta nada, nada de alimento dentro de casa.
E. *Eles moram aonde, seus irmãos?*
E. A minha irmã C. mora lá em Camon Vianna que é Poá; minha irmã A. L. mora em Arujá, meu irmão J. C. mora em Suzano.
E. E o seu pai e sua mãe [...]? A sua mãe já é falecida, né?
E. É. Meu pai tá doente. (Luana)

P. *E você mora com a sua tia?*
E. Eu morava com a minha tia, aí um dia ela me espancou, tirou sangue de mim aí eu chamei a polícia aí a polícia me levou pro abrigo. Aí eu fui pro CRECA Ipiranga fiquei uns dois anos, dois meses lá, uns dois anos fiquei lá, aí depois eles me transferiram pro abrigo onde eu to até agora.
P. *Aí assim, você mora com a sua tia mais a sua mãe?*
E. Minha mãe morreu de pneumonia crônica e o meu pai também.

P. *Tá. Mas você é daqui de São Paulo mesmo?*
E. Não, Fortaleza.
P. *[...]. E como você veio aqui pra São Paulo?*
E. A minha avó me trouxe pra cá, pra ela arrumar serviço aqui porque lá ela não conseguia.
P. *Depois que a sua mãe já tinha falecido?*
E. Isso.
P*. Então agora a sua mãe é falecida, né? Daí tem a sua tia. Queria que você falasse se você tem algum irmão, onde que tá como que é a sua relação, como que é a sua relação com a sua tia, com a sua prima.*
E. Com a minha prima é bom, assim porque eu gosto dela. Eu considero ela como minha irmã também, a minha prima. [...]
P. *Quantos anos ela tem?*
E. A minha prima? Ela tem quatro anos. Antes ela tinha três anos, agora ela fez quatro. Agora a minha tia eu não me dou muito bem com ela não, porque ela bebe. Agora a minha irmã ela tá morando na rua. Porque lá em Fortaleza, ela foi pra lá, com dezesseis anos ela foi pra la aí o meu tio daqui de São Paulo transferiu ... mandou ela pra Fortaleza, aí ela foi pra lá com meu outro tio. Morou com ele aí a mulher dele colocou ela na rua. Aí ela falou que não preferia ficar na rua, ela preferia ficar no abrigo. Aí ela foi pro abrigo. Arranjou um menino lá e tem uma filha lá e ela ta morando na rua. Deixou a filha dela lá no orfanato.
P. *[...] e você não tem contato com ela?*
E. Não. Nunca mais eu vi ela.
P. *Faz quanto tempo isso?*
E. Não sei já faz muito tempo, já; nem lembro direito dela. (Kelly)

P. *Eu queria que você falasse pra mim um pouquinho sobre como que é a sua família. Sobre a sua mãe, se ela é casada ou não. O seu pai você disse que seu pai já faleceu. Quantos são os seus irmãos e qual é como é que eles vivem? [...]*
E. Tenho onze irmãos. São onze irmãos comigo. Minha mãe não é casada. [...]
P. E vocês moram onde?
E. É lá em São Mateus. É bem longe aqui do centro. Eles moram numa casa de dois cômodos; só que é grande. Tem uma casa nos fundos que ela querendo emendar com a... tá querendo construir; tipo juntar assim, pra ficar mais grande. Não sei o que ela vai fazer. Ela quer juntar para aumentar mais um pouquinho, pra fazer um quarto para os meninos, um quarto para as meninas. Quer sair aumentando. (Vitória)

P. *[...] eu queria que você falasse de como são os seus pais; aí, se você quiser, você pode falar não só dos seus pais biológicos, mas também dos adotivos. Quantos e como são seus irmãos? Como é a sua relação com seus irmãos? Pode falar um pouquinho?*
E. Posso. É, a minha família biológica é assim: então, como eu morei muito pouco tempo com elas que e com eles então não entrei muito no eixo deles,né! Que meu irmão era uma coisa, minha mãe era

> outra e eu fui criada de um jeito que não me centrei neles. Então, a gente não se dava muito bem não. Meus irmãos biológicos. Agora vou falar um pouco dos meus irmãos adotivos: meus irmão adotivos são o A. - é o mais velho ele tem 26 anos - o Ad. que é o meu irmãozinho querido - ele tem 22 anos. Então a minha relação com eles é muito assim, impressionante... nossa! esse é os irmãos que eu pedi na vida, porque eles me dão muita atenção pra mim... é... essas coisas, assim! Inclusive, eles tá sentindo muita falta de mim; principalmente o meu irmão mais novo. E também o mais velho. (Cláudia)

Das seis adolescentes que participaram da pesquisa, cinco saíram de seu núcleo familiar, indo parar nas ruas ou em abrigos, Cláudia, que era a adolescente que tinha uma história que se destaca das demais, tinha duas famílias: a biológica e a consangüínea. Porém, as duas abriram mão de sua tutela. Das demais, percebemos que todas possuíam vínculos familiares afrouxados, fosse por problemas causados pela imersão em extrema pobreza, fosse pelos conflitos geracionais protagonizados por grande parte dos adolescentes.

No entanto, a principal explicação para o fenômeno dos meninos de rua, foi embasada na premissa da desestruturação familiar elaborada pelos juristas, como demonstra Londoño (1991, p.135 apud GREGORI, 2000, p. 17):

> Relacionando a origem do abandono com as condições econômicas e sociais que a modernização trouxe, os juristas, tanto no começo do século como nos anos 20 e 30, não deixaram, porém, de apontar a decomposição da família e a dissolução do poder paterno, como dos principais responsáveis.

A construção dessa tese, datada do início do século XX, ainda permeia estudos e discursos na atualidade. Porém, é necessário ficar evidenciado que a criança e o adolescente vivendo em vulnerabilidade social ou em situação de rua não estão, imperativamente, abandonados. Tampouco é possível compartimentá-los em um grupo de desajustados pela desestruturação familiar. Designados “menores” até os anos de 1990, quando passaram a ser nomeados de crianças ou adolescentes em vulnerabilidade social, apesar da mudança de nomenclatura, eles são os mesmos sujeitos produzidos historicamente pelos processos de urbanização e industrialização da Metrópole - abordados na primeira parte da pesquisa. Conforme exposto por Asciutti e Kishimoto (2002), trata-se dos filhos de famílias

excluídas do processo produtivo formal e, não obstante, têm as ruas dos centros urbanos como seus espaços de vivência e sociabilidade.

Na maior parte dos casos as adolescentes alegaram, sendo confirmada a declaração pela equipe técnica, que têm possibilidades de voltar para o núcleo familiar e expuseram que desejam voltar para casa:

> P. *Assim, tem alguma possibilidade de você voltar a viver com a sua família?*
> E. Como assim, possibilidade?
> P. *Não, você acha que pode voltar pra casa da sua avó... voltar a morar lá? [...]você acha que você pode voltar pra casa da sua avó? [...]*
> E. Minha avó me ama. Mas eu não sei. No dia que tiver uma discussão, eu quero ir embora de casa. Ah! Não sei não, tia. Não quero responder essa pergunta não. (Carolina)
>
> ---
>
> P. *[...] E você, gostaria de voltar pra casa?*
> E. Gostaria.
> P. *Tem alguma possibilidade de você voltar a viver com a sua família?*
> E. Por mim, por Deus, eu queria que o juiz deixasse eu voltar para a minha casa.
> P. *Você gostaria então de voltar para casa?*
> E. Ahãn. (Luana)
>
> ---
>
> P. *Tem alguma possibilidade de você voltar pra sua casa, a viver com a sua família?*
> E. Sim, eu to indo pra casa.
> P. *E você quer?*
> E. Sim. (Vitória)
>
> ---
>
> P. *Tem alguma possibilidade de você voltar pra sua família?*
> E. Eu acho que tem.[...]
> P. *O que que você acha que ta faltando?*
> E. Ah! Não sei. Assim, é que eu também não posso visitar ela porque o juiz não permite; tem medo dela me espancar de novo. Se eu passar o final de semana lá e ela beber e me espancar de novo? (Kelly)

Assim, é importante pontuar que, embora até mesmo os funcionários, coordenadores, psicólogos, educadores e todos os funcionários se pautem por um discurso que considera o as pessoas em situação de rua têm problemas psiquiátricos, que são oriundos de famílias desestruturadas, seria simplista explicar o fenômeno por esse viés. De fato, o esfacelamento do núcleo de convivência, bem

como o esgarçamento dos vínculos existentes entre os indivíduos ocorre; mas fica nítido que ele tem origens sociais e coletivas, apesar dos discursos parecerem se pautar pela culpabilização individual dos sujeitos.

3.4 Os sonhos e o desfecho

O acompanhamento que fizemos junto às jovens se estendeu ao longo de cinco meses**.** Quatro adolescentes já haviam fugido ou sido transferidas da instituição antes do término da pesquisa. Após oito meses, apenas uma permaneceu. Para onde foram? Qual seu destino? Quais eram seus sonhos e quais são as perspectivas para a concretização deles?

Carolina

> P. *Qual é sua expectativa pro futuro?*
> E. O que eu quero ser?
> P. *É. O que você pensa pro seu futuro, assim o que que você gostaria pro seu futuro?*
> E. O que eu gostaria de fazer, o que eu quero ser, assim?
> P. *É, e isso não só com relação a profissão, mas com relação a tudo na vida. O que que você quer fazer, o como que você quer ser, como você se imagina daqui a alguns anos, a partir daquilo que você gostaria pra você.*
> E. Eu gostaria de ser educadora.
> P. *E por que ser educadora?*
> E. Porque eu gosto de trabalhar com adolescente. Eu queria ser educadora do que ser educanda. As vezes eu sinto vontade de ser educadora. Eu gosto de trabalhar com educando, educanda, com adolescente, eu gosto. E é isso.
> P. *E qual é o seu sonho pro futuro? Você tem um sonho?*
> E. Eu sonho em morar... como assim?
> P. *Um sonho, que você tem.*
> E. Tá, eu sonho em casar, ter meus filhos. Morar por aqui mesmo.
> P. *Em São Paulo?*
> E. É por aqui mesmo. Ter um carro, é... ah, é só isso só.

A adolescente, ao expor que gostaria de ser educadora e trabalhar com os adolescentes, talvez esteja levando em consideração que uma parte dos sujeitos que conseguem romper com a circulação e com a situação de rua, acaba se tornando educador na casa onde foi educando. Isso ocorre com freqüência, conforme pudemos observar durante as pesquisa de campo. No local no qual a

pesquisa foi realizada havia dois casos de funcionários ex-educandos da casa, sendo que um deles morava no abrigo. Na maior parte das vezes, segundo pudemos observar e perceber por meio dos diálogos estabelecidos com os coordenadores desta e de outras instituições, os sujeitos que continuam na casa não têm vínculos familiares - que não era o caso de Carolina.

Antes do final desta pesquisa, Carolina já havia sido transferida da instituição, em decorrência de seu mau comportamento com as demais educandas. As colegas queixavam-se que a jovem costumava tomar as roupas, objetos e produtos de higiene pessoal emprestadas sem pedir autorização e não devolvia. Assim, foi removida para o Joselito. Fugiu três dias depois da mudança de casa e não tivemos mais notícias.

Luana

> P. *O que você quer fazer no futuro?*
> E. Assim, como profissão?
> P. *De tudo: o que você espera para o futuro? Pode ser profissão, pode ser qualquer coisa. Pode falar o quanto você quiser... pode ser profissão, pode ser qualquer coisa... Tudo, assim, que você achar que deseja para o seu futuro.*
> E. Sim, agora eu não penso em nada para o meu futuro. Não penso em nada e deixo o tempo passar, sabe? Assim, eu vivo para andar para frente, eu não fico pensando em nada, assim... Mas a profissão que eu queria ser quando crescer é advogada.
> P. *Quer ser advogada, então? Precisa estudar bastante... Você gosta de estudar?*
> E. Não (risos). Eu não gosto muito não.
> P. *Mas se quiser ser advogada, vai ter que estudar um pouco. Você tem algum sonho?*
> E. Eu nunca tenho... eu não tenho sonhos. Eu não penso em nada, assim. Minha cabeça é mente livre.

As falas da adolescente Luana podem ser interpretadas como proveniente de uma sensação de falta de perspectiva. Porém, é necessário considerar que se tratava de uma adolescente imersa em uma condição nova, já que era o segundo abrigo no qual passava - visto que teve uma passagem apenas pelo CRECA Centro, a qual ficou por quatro dias, sendo encaminhada para a instituição onde a pesquisa se realizou e permaneceu no local por um período superior a três meses. A adolescente alega que queria ter uma profissão que, talvez, tenha sido mencionada naquele momento apenas para responder aos questionamentos que lhe estavam sendo dirigidos.

Sua transferência da instituição foi efetuada antes do término da pesquisa, por conta de seu “envolvimento” com um garoto de 12 anos, que também estava no local. Foi para o CRECA Ipiranga e fugiu. Alguns dos adolescentes da casa, que fugiram e voltaram após alguns dias, contaram que estiveram com a adolescente e que ela estava em Santos. Havia descido a Serra escondida em um trem de carga, junto a um grupo de jovens e, segundo disse a eles, não tinha intenção de voltar para os abrigos. Ao menos para a Casa de Acolhida em questão, a qual mantivemos contato durante um tempo, não houve retorno da jovem.

Vitória

> P. *Qual que é a sua expectativa pro futuro? O que você pensa pro futuro? O que você espera?*
> E. Ah, não sei. Não sei o que eu espero não. Eu nem parei pra pensar.
> P. *Qual é o seu sonho pro futuro?*
> E. Não sei.
> P. *Você não sonha com nada?*
> E. Sonhar, eu não acredito em sonho não! Essas coisas eu não acredito não.
> P. *Não tem? Mas, assim: o que você pensa em fazer pro futuro? Você não tem uma idéia pro seu futuro, alguma coisa que você pensa em fazer daqui pra frente... agora, principalmente, agora que você esta saindo daqui; fazer alguma coisa diferente...*
> E. Não sei, acho que você me pegou de surpresa porque eu nem estava pensando nisso esses dias, nem parei pra pensar.

É importante ressaltar que, quando Vitória nos concedeu essa entrevista, estava a dois dias de sair da instituição para voltar ao núcleo familiar, conforme foi deliberado pelo Juiz da Vara da Infância e da Juventude responsável pelo seu caso. Dando prosseguimento à entrevista:

> P. *Você acha que não adianta sonhar?*
> E. Também, também... pode ser. Mas não acredito nesses negócios de sonhar. Negócio de sonho não é comigo não. Pro seu sonho realizar você tem que lutar; então, pra que sonhar se você vai ter que lutar pra conseguir? Então não!
> P. *O negócio é lutar?*
> E. É. Não precisa sonhar.
> P. *E, o que você gostaria de lutar pra conseguir?*
> E. Ah... o que? Não sei. Por enquanto, nada. Continuar estudando.

Tanto na entrevista quanto em momentos em que conversamos sozinhas, a adolescente sempre deixou explícita a sua postura em relação ao futuro: se

pautava mais por uma realidade cotidiana, que lhe reservava poucas oportunidades, do que por sonhos de realização profissional e pessoal. Sempre se demonstrava cética e pouco afeita a “devaneios”.

> P. *Você pretende fazer uma faculdade?*
> E. Ah não! O povo é tudo racista. Não gosto, não quero. Nem pra lixeiro, nem pra nada.
> P. *Você acha que o povo da faculdade é tudo racista?*
> E. É, é o que eles falam por aí. Vou fazer faculdade não! Ah, quando eu vejo um lugar que só tem branco, só eu de negra... eu não me sinto bem. E lá é só isso. Dizem que na faculdade é o que mais tem.
> P. *Brancos?*
> E. Ai vem uns brancos enjoados, aí chega perto de mim, você pensa que é um poste cheio de merda, nem encosta!
> P. *Você sofre muito com isso com a coisa do preconceito?*
> E. Sofro. Apesar que todo mundo diz que não tem racismo. A tia F. diz que não tem esses negócios de preconceito, mas tem sim. Os próprios negros sentem, os negros vê.
> P. *Só quem sente pra saber, né?*
> E. É. A tia F. fala que não tem porque ela é branca. Ela vai sentir o que? Ela não tá na nossa pele!

Na fala da adolescente, encontramos demonstrações acintosas sobre o racismo que enfrentava em seu dia-a-dia. Em todas as ocasiões que podia, Vitória fazia menções acerca do problema da exclusão social do negro e dizia do incômodo que sentia ao estar na presença de brancos que a olhavam diferente. Em alguns momentos, durante os passeios que fazíamos, a adolescente solicitou que nos retirássemos de determinados locais (lanchonetes, principalmente) alegando que se sentia mal pela forma como as pessoas brancas olhavam para ela.

Apesar de ter voltado para a casa de sua família, retornou para o abrigo menos de um mês depois em decorrência de conflitos familiares. No entanto, após algumas semanas foi encaminhada para a casa de sua avó, que morava próximo da casa de sua mão. A avó declarou que tinha interesse em assumir sua tutela. De acordo com as informações que tivemos, a jovem voltou para o abrigo apenas para participar de algumas atividades que estavam em andamento, como o curso de corte e costura. No entanto, deixou de freqüentá-los pelo fato da instituição se localizar muito distante de sua casa - em São Mateus, zona leste.

Kelly

P. *Qual é a sua expectativa pro futuro?*
E. Não sei ainda. Não sei.
P. *Você ainda não pensou em nada?*
E. Por enquanto, não.
P. *E qual é o seu sonho pro futuro?*
E. Ah, o meu sonho é voltar a morar com a minha tia, ver a minha irmã de novo porque faz muito tempo que eu não vejo ela. Gostaria de ver ela de novo e conhecer a minha sobrinha também, que eu não conheci ela. Gostaria disso.
P. *E assim, você acha que isso tem possibilidade de acontecer?*
E. Acho que sim.
P. *Em breve ou não?*
E. Acho que sim, em breve.

Podemos perceber que as expectativas da adolescente, segundo sua fala, se pautam em reestabelecer os vínculos familiares, voltar para a casa e sair do abrigo. Coloca o desejo de reencontrar sua irmã - que vive em situação de rua na cidade de Fortaleza/CE - e de conhecer sua sobrinha. A equipe técnica da casa estabeleceu alguns contatos com os organismos competentes de Fortaleza, de modo a encontrar a irmã de Kelly. Os funcionários estavam, ainda, interpelando junto ao juiz responsável pela situação de Kelly a concessão de autorizações para que a jovem pudesse visitar sua família aos finais de semana. Havia certa resistência do judiciário em sinalizar favoravelmente, pelo fato de sua tutela ter sido retirada da família em decorrência dos espancamentos.

Porém, depois de esperar por mais uma visita marcada, a qual não a tia não compareceu, fato que já havia ocorrido algumas vezes, a adolescente não voltou para a casa de acolhida depois de uma do curso de artesanato. Geralmente, os adolescentes são acompanhados por educadores quando saem da casa para participar de cursos e oficinas. Mas, em alguns casos, os funcionários alegaram que afrouxam os regulamentos de modo que o adolescente passe a construir sua autonomia, permitindo que vá e volte sozinho de suas atividades. Em muitos casos, como no de Kelly, são esses os momentos que os educandos aproveitam para fugir.

A psicóloga da casa nos informou que, uma vez que fogem, nada pode ser feito, sendo da alçada das instâncias jurídicas resolverem o problema. Assim, os funcionários souberam e nos informaram que a adolescente havia voltado para a casa da tia. Essa foi a última informação que soubemos a respeito da adolescente.

Cláudia

P. *Qual a sua expectativa pro futuro?*
E. Minha expectativa pro futuro? Pra mim, quando eu sair do Abrigo eu quero, quando eu estiver com 18 anos eu quero estar trabalhando ter a minha própria casa estar morando sozinha, principalmente, vai saber né, quem sabe? É, então quem sabe um dia juntar dinheiro pra ver meu pai minha mãe, né? Quem sabe... ver como eles estão e depois voltar, porque eu não quero ficar lá mais não, morar naquela cidade. Aqui eu já estou me acostumando, já.
P. *Com São Paulo?*
E. Com São Paulo. Várias coisas eu estou me acostumando, principalmente os meus amigos né! Hoje agora eu estou indo todo dia pro curso pra gente ver se não a gente vai ter que marcar o lugar pra gente se ver né! Então é isso.
P. *Por que você acha que construiu laços que você não quer desfazer?*
E. Isso.
P. *Qual que é o seu sonho?*
E. Meu sonho? É ser ... é me alistar na marinha.
P. *Se alistar na marinha? Mas me explica melhor como que é isso. Por que você sonha com isso?*
E. Ah, porque isso foi um sonho que veio assim na idéia né de se alistar na marinha. Inclusive eu estava conversando com o tio R. ele tava falando: "Cláudia, porque você quer se alistar na marinha?" eu falei, eu expliquei pra ele que é isso, isso e isso. Ele falou: "ah bom, quando você estiver com dezoito anos você já pode se alistar na marinha". Se estiver tudo bem, se estudar. Com isso a gente precisa de estudo né? que é o importante na vida da gente que sem ele a gente não consegue nada. Isso o que serve do que o tio R. vem falando pra mim.
P. *E você pretende fazer uma faculdade?*
E. Pretendo.
P. *De que?*
E. De... se não der certo da marinha, eu pretendo fazer medicina.

A história da adolescente Cláudia e a dupla rejeição entre a família adotiva e a família biológica era bastante intrigante. Pois, de acordo com as leis que regulamentam a adoção, não se pode abrir mão da tutela de uma criança adotada alegando conflitos familiares, sendo essa a situação ocorrida no caso de Cláudia. Mas, nenhum funcionário da casa sabia dar as informações do porquê isso aconteceu. Nossa hipótese é que o processo de adoção foi irregular; mas não conseguimos comprová-la por falta de informações e documentos. Uma vez que a família adotiva abriu mão de sua tutela, a família biológica assumiu a responsabilidade e acolheu a menina. Após a sucessão de fatos, que envolviam

acusações de tentativa de abuso sexual por parte de seu padrasto e violência doméstica sistemática, a adolescente foi morar em abrigos.

Importante ressaltar que nenhuma de suas famílias tinha disposição para recebê-la novamente. Todos abriram mão de sua tutela e isso foi declarado ao poder judiciário, que julgou que o melhor a fazer era garantir a sua permanência em alguma instituição. E assim ocorreu: até onde soubemos, a adolescente permaneceu na casa de acolhida, sem perspectiva de retorno familiar e de onde deveria sair quando completasse 18 anos.

Angélica

P. *Qual é a sua expectativa para o futuro?*
E. Nenhuma.
P. *Nenhuma? Você não pensa em nada para o futuro?*
E. Eu penso em ter a minha casa. Em fazer uma faculdade de corregedoria, uma faculdade de direito. Não penso em ter filhos. Não penso em casar. Eu penso em ajuntar, casar não. De morar juntos, só.
P. *Qual é o seu sonho pro futuro?*
E. Meu sonho pro futuro... é mudar o mundo... trabalhar na corregedoria.
P. *Mudar o mundo? Por que você pensa em trabalhar na corregedoria? Tem algum fator que te fez pensar assim?*
E. Não... porque eu gosto. Eu gosto de trabalhar na corregedoria. De corrigir os militar. Eu gosto disso.
P. *Por quê?*
E. Acho que é por isso, porque na rua os policiais já chegavam agredindo a gente porque a gente mora na rua, dorme na rua.

Angélica, a mais velha do grupo, deixava clara sua intenção de fazer uma faculdade que possibilitasse corrigir as injustiças cometidas pela polícia contra a população pobre que vive em situação de rua. Quando ainda estava no “orfanato” onde viveu desde os sete anos até os quinze, tinha uma “madrinha”. Tratava-se de uma mulher que levava produtos de higiene pessoal, roupas, sapatos, brinquedos e material escolar para a jovem, mas que não tinha qualquer vínculo consangüíneo ou afetivo anterior com a garota. Além disso, mediante autorização do Juiz responsável pelo caso, Angélica passava os finais de semana na casa de sua “madrinha” - que era divorciada, morava com dois filhos com mais de vinte anos, uma nora e um neto. Mesmo depois de fugir do “orfanato”, a adolescente continuou com as periódicas visitas à sua “protetora”, que tinha uma situação financeira estável, casa própria e havia prometido que, quando fizesse 18 anos, a adolescente podia, mediante um vínculo empregatício, morar junto dela e de sua família.

Quando fez dezessete anos e onze meses, Angélica juntou-se à nova família. Mesmo sem um emprego fixo, a madrinha aceitou que a jovem ficasse em sua casa durante algum período. De acordo com as informações que recebemos, no período em que mantivemos contato com a equipe técnica da casa, a menina não voltou para as ruas ou para outro abrigo/ albergue.

As informações aqui apresentadas foram fornecidas pela equipe técnica da instituição, sendo as últimas notícias que tivemos acesso acerca dos paradeiros das adolescentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho aqui apresentado buscou analisar um antigo fenômeno da sociedade brasileira, mas que ainda continua atual: a infância e a adolescência pobre em situação de rua nos centros urbanos, mais especificamente, no centro da cidade de São Paulo. Realizando uma reflexão acerca da história das políticas estabelecidas com o intuito de "solucionar" a questão, pudemos percorrer os diferentes enfoques dados ao longo do tempo: 1) a fase assistencial - no fim do século XIX, com a "roda dos expostos"; 2) a fase assistencial- higienista, no começo do século XX até a década de 1960; 3) a fase da institucionalização, dos anos de 1960 até a década de 1990; 4) a fase desinstitucionalização, com a implantação do ECA em 1990 até os dias atuais.

Verificamos que, apesar do ECA representar um grande avanço na luta pelos direitos das crianças e dos adolescentes, a transferência de responsabilidades do Estado para as Organizações Não Governamentais, que passaram a prestar o atendimento a esses sujeitos, não apresentaram progressos consideráveis no que diz respeito ao encaminhamento dos adolescentes. A existência dos programas de atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e o modo que operam, têm sido eficientes para duas finalidades: a higienização do espaço público, por meio da retirada imediata e abrupta desta população pobre das ruas, e para a perpetuação do problema social em questão, visto que estes espaços se configuram enquanto uma das táticas para a sua sobrevivência e manutenção na situação de rua. Observemos a entrevista do Secretário de Assistência Social da Prefeitura de São Paulo concedida no ano de 2007:

> Fizemos uma pesquisa com a FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostrando que na região central, apesar de ter esse número de 380 [*crianças e adolescentes*], ele já é metade do que foi. Tínhamos antes na região central mais de 600 crianças. Só na Luz eram cerca de 190. Nós tiramos 150. Tem 30 crianças ainda e são as mais velhas, que resistem em sair de lá, e que pedem esmolas no cruzamento das avenidas Duque de Caxias e Rio Branco. Mesmo no Vale do Anhangabaú já não se vê o número anterior. Eram 22 crianças morando no vale, hoje são 6 ou 7. Os dados já são muito favoráveis. [...] Quem circula pelo Anhangabaú vê mais, entre 10 e 20 crianças. Vê mais, mas são crianças que estão de passagem, que moram em cortiços do Centro. (disponível em http://www.vivaocentro.org.br/hp.htm)

A fala do Secretário Floriano Pesaro, responsável pela abertura de editais para a abertura de mais de dez Centros de Referência e Casas de Acolhida na região central, utiliza argumentos que vão de encontro a uma preocupação em dar enfoque aos aspectos qualitativos nas condições de vida da população, ilustrando com dados numéricos importância da retirada dos jovens da rua, removendo-os para abrigos na busca de “extirpar” o problema, ao menos das vistas dos transeuntes. Dessa forma, é escamoteada a complexidade das causas da problemática, que envolve a pobreza e a exclusão social, econômica e cultural desses sujeitos. Além disso, percebemos que

Por abordar a situação de forma superficial, buscando apenas a remoção da aparência do problema, as políticas que vêm sendo empregadas, não atenuam o problema; ao contrário disso: tendem a acentuar cada vez mais a consolidação dos adolescentes em situação de rua. Conforme apontou Gregori (2000) que a “trama institucional” - mais do que uma malha ou uma rede - alimenta os aspectos singulares das experiências dos meninos de rua: a “viração” e a “circulação”. As instituições acabam formando uma espécie rede de proteção que possibilita o circuito entre família - rua - abrigo, e desta forma sustentam suas *idas* e *vindas* - conforme as narrativas das adolescentes que participaram da pesquisa, bem como das observações e reflexões erigidas a partir da experiência de campo.

Das adolescentes que acompanhamos, a maioria possuía laços familiares, mas que são fragilizados por inúmeras questões, sendo mais recorrentes conflitos geracionais, violência doméstica e/ou sexual e pobreza acentuada. Verificamos que, no imaginário do senso comum e até dos próprios profissionais que acompanham os adolescentes, é comum que se justifique a existência da população de rua partindo de explicações que se baseiem no mito da desestruturação familiar e na medicalização de problemas de cunho social - atribuindo aos sujeitos que vivem na rua históricos de doenças psicológicas/ psiquiátricas. Mas pudemos perceber que, excetuando-se o caso de uma das adolescentes que alegou que a saída de casa decorria de tentativas de abusos sexuais, a maioria delas referiu que suas famílias enfrentavam processos de pobreza extrema, de *desfiliação* de acordo com a interpretação de Saffiotti (2004).

No que diz respeito às questão específica do trabalho, direcionada ao gênero, averiguamos que o número de mulheres na rua é de duas para cada dez homens. O

mesmo ocorre entre os adolescentes, sendo que as adolescentes mulheres estão em situação de rua em cifra muito reduzida em relação aos homens. Verificamos que a condição das meninas em situação de rua se difere, já que, a despeito das características comuns partilhadas por menores de ambos os sexos, as meninas - e particularmente as adolescentes - vivenciam situações especificamente ligadas à representação social dos papéis masculino e feminino. Essas distinções existentes entre o ser mulher e o ser homem, que permeiam a vivência destas meninas - bem como em toda a sociedade - se constituem um elemento de (re)produção da representação social que elas têm acerca de si mesmas, do seu corpo, da sua sexualidade, de sua identidade social - individual e coletiva; enfim, das suas experiências frente a uma realidade que as influência negativamente.

Das seis jovens que acompanhamos, cada uma seguiu uma trajetória; mas apenas uma delas (Angélica, 17 anos) conseguiu - ao menos temporariamente - romper o "circuito das ruas". As demais, continuaram em suas *idas* e *vindas.*

REFERÊNCIAS

ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Vulnerabilidade e resiliência familiar: um estudo com adolescentes que sofreram maus tratos intrafamiliares. *Psico*. Porto Alegre, v. 31, n. 1, 2000.

-----. Método Qualitativo de pesquisa com adolescentes em situação de risco. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*. UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, v. 53, n. 2, p. 38-53,

ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G.. Jovens em situação de Pobreza, Vulnerabilidades Sociais e Violências. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, v. 1, n. 116, p. 143-176, 2002.

ADORNO, S. *A Experiência Precoce da Punição*. p.181-208.IN: MARTINS, J.de S. O Massacre dos Inocentes. São Paulo: HUCITEC, 1991.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ASCIUTTI, C. M. e KISHIMOTO, C. *Crianças e Adolescentes em Situação de Rua*. MÜLLER, V. R. e MORELLI, A. J. (org.) Crianças e Adolescentes: A Arte de Sobreviver. Maringá: Eduem, 2002.

BEAUVOIR, S. O. *O Segundo Sexo 1 - Fatos e Mitos*. São Paulo: Edipe; 1961. BOITO

JR., A. *Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil*. Xamã, s/d.

CALDEIRA, T. P. do R. *Cidades de Muros - Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000.

CAMPOS, A. V. de S. *O menor institucionalizado: um desafio para a sociedade - Atitudes, aspirações e problemas para sua reintegração na sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CASTEL, R*. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

Chacham, A. S. & Maia, M. B. *Corpo e sexualidade da mulher brasileira*. In G. Venturi, M. Recamán, & S. de Oliveira (Orgs.), A mulher brasileira nos espaços público e privado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

COELHO, E.C. Sobre sociólogos, Pobreza e Crime*. Dados, Revista de Ciências Sociais*, 23 (3), p.377-383, 1980.

DI FLORA, M. C. *Mendigos: Por que Surgem, Por onde Circulam, Como São Tratados?*. Petrópolis: Vozes, 1987.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. *O Cotidiano Sexuado de Meninos e Meninas em Situação de Pobreza.* In: MADEIRA, F. R.(org.). Quem Mandou Nascer Mulher: estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil**.** Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Ventos, 1997, p. 349-402.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (ECA) - Lei Federal n° 8.069, Imprensa Oficial, Condeca, 2000.

FENELON, M. G.; MARTINS, L. C.; DOMINGUES, M. H. *Meninas de Rua:* Uma Vida em Movimento. Goiânia: CEGRAF-UFG, 1992.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v.14, n.2, p.50-59, maio-ago 2005.

FOUCAULT, M. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

-----. *História da Sexualidade:* A Vontade de Saber. São Paulo: Edições Graal, 1988.

-----. *Vigiar e Punir*. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

GOFFMAN, E. *A representação do EU na vida cotidiana*. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.

-----. *Manicônios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, A. *Os cadernos do cárcere.* Caderno 25 (1934) Às margens da história: História dos grupos sociais subalternos (volume 5) 2a ed. Trad. Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sérgio Henriques, Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p.129-146.

GREGORI, M. F.; SILVA, C. A. *Meninos de rua e instituições*. São Paulo: Contexto, 1999.

-----. *Viração: Experiência de Meninos nas Ruas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GUERRINI, E. W. *O princípio Constitucional da igualdade material e as ações afirmativas para negros nas Universidades brasileiras.* IN: Retratos e Espelhos: Raça e Etnicidade no Brasil e nos Estados Unidos. São Paulo: FEA/USP, 2009.

JODELET, D. *As Representações Sociais*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1984.

JUNQUEIRA, L. *Abandonados*. São Paulo: Ícone, 1986.

KOWARICK, L. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LEAL, M. L. e LEAL, M. de F. *Tráfico de Pessoas e Exploração Sexual de Meninas no Brasil*. IN: LEAL, M. L., LEAL, M. de F e LIBÓRIO, R. M. C. (org) Tráfico de Pessoas e Violência Sexual, VIOLES/SER/ Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LEMBRUGER, J. Cemitério dos Vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

LESCHER, A. D.; SARTI, C.; BEDOIAN, G. A.; ADORNO, R. C. F.; SILVA, S. L.*Cartografia de uma Rede - Reflexões sobre um mapeamento da circulação de crianças e adolescentes em situação de rua da cidade de São Paulo*. São Paulo: Ministério da Saúde/ COSAM, UNDCP, Projeto Quixote/ Unifesp, (1999).

LIMA, L. G.; VENÂNCIO, R. P. *Abandono de crianças negras no Rio de Janeiro*. In: PRIORE, M. D. (org.). História da criança no Brasil. São Paulo. Contexto. 1991, p. 61-75.

LIBÓRIO, R. M. C. *Desvendando Vozes Silenciadas: Adolescentes em Situação de Exploração Sexual*. (Tese de Doutorado). São Paulo: USP, 2003.

-----. CAMARGO, L. S.; SANTOS, R. C. F.; SANTOS, R. B. *Saberes profissionais de educação sobre abusos e exploração sexual: contribuições para as políticas educacionais.* p . 147 - 166. IN: LEAL, M. L., LEAL, M. de F e LIBÓRIO, R. M. C. (org) Tráfico de Pessoas e Violência Sexual, VIOLES/SER/ Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

LONDOÑO, F. T. A Origem do conceito menor. p. 129-145 .IN: PRIORE, M. DEL. *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto, 1991.

LOURO, G. L. *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista.* Petrópolis: Vozes, 1997.

LOYOLA, M. A. *A Sexualidade Como Objeto de Estudos das Ciências Humanas*. p.31-57. In. HEILBORN, M.L. (Org.). Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MARCÍLIO, M. L*. A Febem de São Paulo: Passado e Presente*. In: WESTPHAL, M. F. (org.). Violência e Criança. São Paulo: Edusp, 2000. p.167-187.

MÁRQUES, F. T. *A Maldição das Ruas:* O Estigma do Pivete*.* (Dissertação de Mestrado). Campinas: UNICAMP, 1997.

MARTINS, J. de S. *Exclusão Social e a Nova Desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2007.

MARX, K. *O Capital*. Livro I. Volume I. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975.

MATTOS, R. M.; FERREIRA, R. F. *Quem vocês pensam que (elas) são? - Representações sobre as pessoas em situação de rua*. Psicol. Soc., Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago. 2004 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo. Acesso em: 25 fev. 2007.

MELLO. S.L. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, M. C. B. *A Família Contemporânea em Debate*. São Paulo: EDUC, 2000.

MIRANDA, A. T.; YUNES, M. A. M. *O ato da denúncia de abuso sexual contra crianças e adolescentes no ambiente escolar.* p. 167-190. IN: LEAL, M. L., LEAL, M. de F e LIBÓRIO, R. M. C. (org) Tráfico de Pessoas e Violência Sexual, VIOLES/SER/ Universidade de Brasília. Brasília, 2007.

MONTEIRO, S. *Gênero, Sexualidade e juventude numa favela carioca*. p. 117-145. In. HEILBORN, M.L. (Org.). Sexualidade: O Olhar das Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

MOURA, E. B. B. *Infância operária e acidente de trabalho em São Paulo*. p. 112 - 128. In. PRIORE, M. del. História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

ORTIZ, E. C*. Esmeralda* - Por que não Dancei. São Paulo: SENAC, 2001.

PAIS, J. M. *Culturas Juvenis.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003.

PASSETI, E. *O Menor no Brasil Republicano.* p. 146-175. In. PRIORE, M. del. História da Criança no Brasil. São Paulo: Contexto, 1991.

-----. (coord). *Violentados - Crianças, Adolescentes e Justiça*. São Paulo: Imaginário, 1999.

PERROT, M. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. São Paulo: Paz & Terra, 2001.

PETRUS ROTGER, A. Concepto de Educación Social. In PETRUS ROTGER, Antonio. (Coord.). *Pedagogia Social***.** Barcelona: Edit. Ariel Educación, 1997.

PINEL, H. *Educação (especial) de rua e a prevenção contra as DST/ AIDS*: uma compreensão frankliana do ofício no sentido da vida. São Paulo: IP-USP, 2000.

POSTER, Mark. Teoria crítica da família. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1978.

QUEIROZ, M.I. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMNON, O. M. (org). *Experimentos com histórias de vida (Itália - Brasil)*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v. 5, 1988.

RIO, J. *A alma encantadora das ruas*. Rio de Janeiro, Org. Simões.

RIZZINI, I. (Org.). *A Menina Adolescente No Brasil:* uma análise da bibliografia. Rio de Janeiro: Universitária, 1994.

-----. Deserdados da Sociedade: Meninos de rua na América Latina. Rio de Janeiro: USU/CESPI, 1995.

SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

-----. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo: Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

-----. Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividadade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 2, 1997.

-----. *Gênero, patriarcado e violência.* São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, M. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, M.A. C. dos. *Criança e criminalidade no início do século*. p. 210- 230. IN: PRIORE, M. del. (org). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 1999.

SCAVONE, L. *A Emergência das Questões Feministas nas Ciências Sociais*. In: SCAVONE, L. Feminismo e Ciências Sociais. (Tese de Livre Docência). Araraquara: UNESP, 2001. p. 1-20.

SEGATO, R. L. *Cotas: por que não reagimos?*. Revista USP 68, 2005-2006, p. 76-87.

SILVA, R. da. *Os filhos do Governo - A formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Editora Ática, 2000.

SILVESTRE, E; GOMES, T. M. *Os novos espaços de participação: encruzilhadas e desafios.* IN: MULLER, V. R; MORELLI, A. J. (org). Crianças e adolescentes - A arte de sobreviver. Maringá: EDUEM, 2002.

SINGER, Paul. A formação da classe operária. São Paulo: Atual, 1988.

SOIHET, R. *Mulheres pobres e violência no Brasil urbano*. In: PRIORE, M. del. História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto/ Unesp, 2000. p. 362- 400.

THÉBAUD, F. *A Grande Guerra.*p. 31-94. IN: DUBY, G e PERROT, M. (org) História das Mulheres no Ocidente**,** vol. 5 - O Século XX. Edições Afrontamento, São Paulo, 1991.

TIENE, I. *Mulher moradora na Rua:entre vivências e políticas sociais.* Campinas: Alínea, 2004.

TOLEDO, C. *O Gênero nos Une, a Classe nos Divide*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

TONET, I. *Para Além dos Direitos Humanos.* Disponível em <http://www.geocities.com/ivotonet>. Acesso em 10 de set. de 2005.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagens do Medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). *População de rua: quem é? Comovive? Como é vista?* São Paulo: Hucitec, 1994.

WALKOWITZ, J. R. *Sexualidades Perigosas.* p. 403-443. IN: DUBY, G e PERROT, M. (org) História das Mulheres no Ocidente, vol. 4 - O Século XIX. Edições Afrontamento, São Paulo, 1991.

WELTI, C. *Adolecents in Latin América**:*** Facing the future with skepticism. 2002. p. 276-306.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan - UFRJ Editora, 1994.

-----. *Para não dizer que não falei de samba: os enigmas da violência no Brasil*. In: Schwarcz, L. M. (org.). História da Vida Privada no Brasil vol. 4 - Contrastes da Intimidade Contemporânea. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

FONTES:

http://www.mds.gov.br/programas. Acesso em 15 out. 2007.

http://www.dhnet.org.br/direitos/anthistbr/imperio/ventrelivre.htm. Acesso em 22 out. 2007.

http://www.seade.sp.gov.br/. Acesso em 05 ago. 2009.

http://portal.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/assistencia_social/pesquisasemapas. Acesso em 15 abr. 2009.

http://www.vivaocentro.org.br/hp.htm. Acesso em 15 dez. 2007.

http://www.travessia.org.br/. Acesso em 17 dez. 2007.

http://dossie.centrovivo.org. Acesso em 15 abr. 2009.

http://www.fipe.org.br. Acesso em 15 de abr. 2009.